

Universidade do Vale do Paraíba
Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional

Luciana Brauna Batista

**RESISTÊNCIA NEGRA NA CIDADE INCOLOR: EXPERIÊNCIAS SÓCIO-
TERRITORIAIS DOS COLETIVOS E MOVIMENTOS NEGROS DE SÃO JOSÉ DOS
CAMPOS ENTRE 2003-2023**

BLACK RESISTANCE IN THE COLORLESS CITY
**Socio-territorial experiences of black collectives and movements in São José
dos Campos between 2003-2023**

São José dos Campos
2025

Luciana Brauna Batista

RESISTÊNCIA NEGRA NA CIDADE INCOLOR: EXPERIÊNCIAS SÓCIO-TERRITORIAIS DOS COLETIVOS E MOVIMENTOS NEGROS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS ENTRE 2003-2023.

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Discente: Luciana Brauna Batista.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lidiane M. Maciel,

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Fabiana Félix do Amaral e Silva.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DA OBRA

Ficha catalográfica

Batista, Luciana Brauna
Resistência negra na cidade incolor : Experiências
Sócio-Territoriais Dos Coletivos e Movimentos Negros de São José
dos Campos-SP entre 2003 e 2023 / Luciana Brauna Batista;
orientadora, Lidiane Maria Maciel; co-orientadora Fabiana Félix
do Amaral e Silva. - São José dos Campos, SP, 2025.
1 CD-ROM, 163 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade do Vale do
Paraíba, São José dos Campos. Programa de Pós-Graduação em
Planejamento Urbano e Regional.

Inclui referências

1. Planejamento Urbano e Regional. 2. Movimento negro. 3.
Territorialidade. 4. Racismo urbano. I. Maciel, Lidiane Maria,
orient. II. Silva, Fabiana Félix do Amaral e, co-orient. III.
Universidade do Vale do Paraíba. Programa de Pós-Graduação em
Planejamento Urbano e Regional. IV. Título.

Eu, Luciana Brauna Batista, autor(a) da obra acima referenciada:

Autorizo a divulgação total ou parcial da obra impressa, digital ou fixada em
outro tipo de mídia, bem como, a sua reprodução total ou parcial, devendo o
usuário da reprodução atribuir os créditos ao autor da obra, citando a fonte.

Declaro, para todos os fins e efeitos de direito, que o Trabalho foi elaborado
respeitando os princípios da moral e da ética e não violou qualquer direito de
propriedade intelectual sob pena de responder civil, criminal, ética e
profissionalmente por meus atos.

São José dos Campos, 19 de Setembro de 2025.

Autor(a) da Obra

LUCIANA BRAUNA BATISTA

**“RESISTÊNCIA NEGRA NA CIDADE INCOLOR: EXPERIÊNCIAS SÓCIO-TERRITORIAIS
DOS COLETIVOS E MOVIMENTOS NEGROS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS ENTRE 2003-
2023.”**

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, SP, pela seguinte banca examinadora:

Prof. ^a Dr. ^a Lidiane Maria Maciel	<i>Lidiane Maria Maciel</i>
Prof. ^a Dr. ^a Fabiana Felix do Amaral e Silva	<i>Fabiana Felix do Amaral e Silva</i>
Prof. ^a Dr. ^a Maria Ap. C. R. Papali	<i>Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali</i>
Prof. Dr. Dennis de Oliveira – EACH/USP	<i>Dennis de Oliveira – EACH/USP</i>

Prof.^a Dr.^a Juliana Ferreira Strixino

Diretora do IP&D – Univap

São José dos Campos, 21 de fevereiro de 2025.

Dedico este trabalho aos NOSSOS ancestrais, às
minhas mães, e às minhas filhas...**à memória de Rosa Miranda.**

AGRADECIMENTOS

MEUS SINCEROS AGRADECIMENTOS À MINHA FAMÍLIA, QUE É MEU ESTEIO E RAZÃO DE SER E EXISTIR; AGRADEÇO AO SAGRADO, QUE NUNCA ME FALTA; AGRADEÇO ÀS MINHAS ORIENTADORAS, QUE ORIENTAM PARA ALÉM DA PESQUISA; AGRADEÇO À CAPES, POR PAGAR MEU ALUGUEL; AGRADEÇO AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, E A TODOS OS PROFESSORES DO PROGRAMA, POR PROPICIAR SUBSÍDIOS AO MEU DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL. AGRADEÇO, SOBRETUDO À ANCESTRALIDADE, QUE PAVIMENTOU MEUS CAMINHOS. ESSA PESQUISA NÃO É SOMENTE MINHA; POIS, É FRUTO DE MOBILIZAÇÃO COLETIVA E COLABORAÇÃO IRRESTRITA DE PESSOAS E COLETIVOS. AGRADEÇO E DEDICO ESTA PESQUISA À MEMÓRIA DE ROSA MIRANDA, POR CADA ENSINAMENTO, REFLEXÃO, CAMINHO PAVIMENTADO. AGRADEÇO AOS MAIS VELHOS, AOS PRECURSORES: DONA ALBINA, BOSCO, NEUSA SANTOS, NEUSA DO CARMO, SILVIA MIRTES, FABRÍCIO CAMILO, CARLOS ROBERTO, EDNA GOMES, MÁRCIA, MESTRE LAUDENÍ, RAQUEL DE PAULA, ANA CAROL... E TANTAS PESSOAS QUE ABRIRAM CAMINHOS. AGRADEÇO AOS COLETIVOS QUE CONTRIBUÍRAM DIRETAMENTE COM A PESQUISA: INSTITUTO LÉLIA GONZÁLEZ, NÚCLEO DE MULHERES NEGRAS QUILOMBELAS, GRUPO DE JONGO MISTURA DA RAÇA, COLETIVO DE MULHERES DO HIP HOP TRILUNA, COLETIVO MELANINA DO VALE E COLETIVO NEGRO DE PSICOLOGIA SANKOKA. AGRADEÇO AO MEU ESPOSO, ALUÃ OLIVEIRA SIMÕES PIRES. SEM A SUA PARCERIA COTIDIANA, NÃO SERIA POSSÍVEL ALCANÇAR MAIS ESTE DEGRAU DE SONHO. AGRADEÇO À MINHA MÃE MARIA REGINA BRAUNA BATISTA, POR SER A BASE SÓLIDA DO CHÃO QUE PISO E ACOLHER NOSSAS RAÍZES BRAUNA. AGRADEÇO ÀS MINHAS FILHAS, ISABELA E HELENITA, POR SEREM A FORÇA MOTRIZ E A LUZ DE TUDO QUE FAÇO. SÓ TEM LUTA POR ESSAS PESSOAS QUE AMO E RESPIRO. AGRADEÇO AOS MEUS AMIGOS BARBARA BONILHA E DANILO ZANELATO, POR FORTALECEREM A MINHA CAMINHADA. AGRADEÇO À BANCA PELA LEITURA E APRECIACÃO DESTE TRABALHO COLETIVO. AGRADEÇO E INÍCIO SAUDANDO ÀQUELE QUE É DONO DA COMUNICAÇÃO E DOS CAMINHOS. LAROYÊ!

“ONDE TEM UMA MULHER PRETA, NINGUÉM PASSA FOME” - YÁ

ADRIANA DE NANÃ

RESUMO

A pesquisa tem o objetivo de mapear e sistematizar as experiências sócio-territoriais dos coletivos e movimentos negros da cidade de São José dos Campos por meio da metodologia de sistematização de experiências, composta por cinco etapas de pesquisa que propõe a recuperação do processo vivido, das ações realizadas, os atores envolvidos e o sentido das ações dentro do contexto da formação econômica e social local e das distintas porções do território da cidade, tensionando e propondo outras territorialidades. Cabe ressaltar que a pesquisa parte de pressupostos epistemológicos do materialismo histórico-dialético sob aspectos da crítica decolonial. Os resultados vêm identificando que o movimento negro joseense é distribuído de forma heterogênea no território, com uma amplitude de ações que variam de acordo com as suas táticas em prol de uma mesma estratégia: tensionar o racismo estrutural em seus desdobramentos espaciais.

Palavras-chave: movimento negro; territorialidade; racismo urbano; São José dos Campos/SP.

ABSTRACT

The research aims to map and systematize the socio-territorial experiences of black collectives and movements in the city of São José dos Campos through the methodology of systematizing experiences. This methodology consists of five research stages that propose the recovery of the lived process, the actions taken, the actors involved, and the meaning of the actions within the context of local economic and social formation and the different portions of the city's territory, challenging and proposing other territorialities. It should be noted that the research is based on epistemological assumptions of historical-dialectical materialism under aspects of decolonial critique. The results have identified that the black movement in São José dos Campos is distributed heterogeneously across the territory, with a range of actions that vary according to their tactics in favor of the same strategy: challenging structural racism in its spatial unfoldings.

Keywords: black movement; territoriality; urban racism; São José dos Campos/SP.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Participação de trabalhadores em cargos gerenciais por cor ou raça.....	39
Tabela 2- Distribuição percentual por região de rendimento mensal domiciliar per capita por cor ou raça - 2021.....	40
Tabela 3 - Rendimento-hora médio real habitual do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por nível de instrução, segundo as Grandes Regiões e cor ou raça - Brasil – 2021.....	41
Tabela 4 -Rendimento-hora médio real habitual do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por nível de instrução, segundo as Grandes Regiões e cor ou raça - Brasil – 2012.....	42
Tabela 5 - Evolução da população prisional 2005-2021.....	43
Tabela 6 - “População residente por cor ou raça”. Brasil, São Paulo, Vale do Paraíba, São José dos Campos- 2010.....	73
Tabela 7 - “População residente por cor ou raça”. Brasil, São Paulo, Vale do Paraíba, São José dos Campos- 2022.....	73
Tabela 8 - População de pessoas com baixa renda, por raça cor em São José dos Campos – 2010.....	74

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Grupo focal 02/01/2024.	25
Figura 2: Mapa Percentual de pessoas vivendo em vulnerabilidade média, alta ou muito alto	74
Figura 3: Página Extraída do documento “Dados de São José dos Campos – 2023”	75
Figura 4: Ensaio #afrotendência2020- Coletivo Afrontitude	87
Figura 5: Festa da Consciência Negra 2023 na Praça da Rua Elder de Oliveira Prata	89
Figura 6: Praça da Rua Elder de Oliveira Prata quando não há ocupação.	91
Figura 7: Localização do Ponto de Cultura do Jongo Mistura da Raça	91
Figura 8: Cartografia dos coletivos Negros de São José dos Campos-SP 2003-2023	101
Figura 9: Cartografia dos coletivos Negros de São José dos Campos-SP 2003-2008	103
Figura 10: Cartografia dos coletivos Negros de São José dos Campos-SP 2003-2014	104
Figura 11: Cartografia dos coletivos Negros de São José dos Campos-SP 2003-2019	105

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 METODOLOGIA	20
3 A ABORDAGEM CRÍTICA NO CAMPO DO PLANEJAMENTO URBANO: RACISMO URBANO E A CONDIÇÃO DO NEGRO NO BRASIL	33
3.1 O Planejamento Urbano Racializado	48
4 A EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL COMO RESPOSTA AO RACISMO ESTRUTURAL NO TERRITÓRIO.....	54
5 RASTROS DA PRESENÇA NEGRA EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E EXPERIÊNCIAS SÓCIO-TERRITORIAIS DO MOVIMENTO NEGRO JOSEENSE. 60	
5.1 São José dos Campos e a cultura cafeeira incipiente: Negociação ou “liberdade” tutelada	61
5.2 Cidade sanatório e o higienismo social como ocultamento dos sujeitos negros	64
5.3 O negro na cidade planejada e em vias de desenvolvimento	68
6 RESISTÊNCIA NEGRA NA CIDADE INCOLOR.....	79
7 CONCLUSÃO.....	106
REFERÊNCIAS.....	109

APRESENTAÇÃO

Holliday (2006) propõe que o ponto de partida da pesquisa é a própria prática, e que “só podem sistematizar uma experiência aqueles que tenham tomado parte dela e que não é possível que uma pessoa totalmente alheia à experiência pretenda sistematizá-la.” (p. 74). Para tanto, é importante partir de minha curta e recente chegada enquanto parte deste movimento negro joseense, desde 2018. Naquele contexto, setores progressistas de esquerda de partidos políticos e movimentos sociais tomaram as ruas para fazer frente ao avanço do Bolsonarismo em protestos de rua que ficaram conhecidos como “#Elenão”. Os atos contaram com um forte protagonismo de mulheres afiliadas ideologicamente, ou não, às distintas vertentes do feminismo. É difícil quantificar o número de participantes neste movimento de protesto de rua, mas ele teve fôlego para três atos cheios que tomaram as ruas do centro da cidade. No segundo ato, dia 20 de outubro de 2018, às vésperas do segundo turno das eleições entre Fernando Haddad e Jair Bolsonaro, formou-se uma coluna de mulheres negras. Éramos, em torno de 50 mulheres negras portando cartazes com estatísticas concernentes às condições de vida e de morte da mulher negra brasileira e com a tag #vidasnegrasimportam, em referência ao movimento norte-americano fundado em 2013, em função da violência policial e o perfilamento racial no sistema penal. Daquele ato de 2018 criou-se o grupo de *WhatsApp* “Resistência Preta”, que embora nunca tenha realizado ações em seu nome no território, reúne até hoje 20 mulheres negras que atuam em diferentes movimentos, coletivos ou atuam individualmente com o devido letramento racial em diferentes áreas, como saúde, educação e cultura. Além de fazer parte deste contexto, naquele momento eu fazia parte de um coletivo feminista, colateral à corrente Resistência, segmento interno do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), a “Resistência Feminista”. Neste coletivo, éramos em torno de cinco mulheres negras pautando as interseccionalidades de gênero e raça dentro do movimento feminista de esquerda. Alguns meses depois, fundamos uma “filial” de outra colateral desta corrente, o coletivo Afronte. A partir da vitória de Bolsonaro ao pleito, instalou-se um regime de contenção de forças nos ditos partidos e movimentos progressistas, tal que em 2020, seguindo a tendência nacional de criação de “coalizões” e “frentes”, criou-se a “Frente Preta SJC”, composta, na época por lideranças de coletivos, partidos, movimentos e ativistas independentes que eram negros. Eu estava nesta Frente como liderança política ligada a estes setores da esquerda político partidária e de movimentos “colaterais”, cuja pertença ao amplo espectro do Movimento Negro me causam questionamentos. Em 2020 no contexto da

pandemia; o assassinato de George Floyd em uma abordagem policial violenta, irrompe em uma nova onda de protesto internacional que quebrou o isolamento. Em São José do Campos fomos novamente às ruas portando cartazes que denunciavam a violência policial, também, no bairro Campo dos Alemães, cujas forças repressivas do Estado tinham matado um menor de idade rendido, após abrir fuga em um carro furtado. Neste momento, eu e uma fileira de dez militantes havíamos rompido com a corrente Resistência, devido às divergências no campo interpretativo da luta de classes em relação ao “sujeito da revolução”, que a nosso ver, seriam os corpos negros, periféricos, mulheres e LGBTQIAP+, rompendo com a histórica e permanente concepção “obrerista” presentes nas correntes socialistas ‘trotskistas’ e ‘leninistas’. Destarte, adotamos uma concepção tática de se aproximar do “movimento de cultura” e neste mesmo ano, fundei um coletivo literário negro chamado Coletivo Iyalodê. Éramos quatro integrantes, e é inegável o fato de que essa união se deu em função de nossa aprovação no edital de publicação literária pelo Fundo Municipal de Cultura para publicar um livro de antologia poética de mulheres negras. Foi a minha primeira experiência de produção e escrita de projeto cultural, o que contribuiria para que eu chegasse a este tempo singular.

Neste lócus temporal espiralar, sou mãe de duas meninas, sendo uma delas neurodiversa; sou companheira de um homem negro e carioca, cuja pertença racial e cultural o expõe a pelo menos, uma abordagem policial violenta por semana; sou filha de uma mulher negra não retinta, que criou e formou sozinha, uma das 60 milhões de pessoas sem o nome paterno na certidão de nascimento. Sou neta de uma mulher parda que só usava branco, que só tinha o primário, era egressa da escravidão moderna e alisava meu nariz para que afinasse. Sou neta de migrante nordestino que mudou a narrativa da pobreza na milagrosa São Paulo em desenvolvimento. Sou fruto da pertença racial tardia, que foi dando sentido às violências sofridas ao longo da vida. E que descobriu a positiva negritude no âmago do racismo explícito de uma cidade no interior do Paraná. Atualmente, não estou atuando em nenhum coletivo ou partido, mas sigo como uma “ativista independente” ao realizar ações na educação e na cultura com ênfase nas relações étnico-raciais e na luta contra o racismo estrutural, desde 2017. Em 2023, quando decidi concorrer ao programa de pós-graduação em Planejamento Urbano, ainda que não tivesse clareza das etapas de uma pesquisa nas bases de uma epistemologia decolonial, eu intuía que parte do problema, que culminara no hiato de mais de 10 anos para que eu decidisse retornar ao contexto universitário, devia-se ao arbitrário distanciamento opressor entre “pesquisador” e seu “objeto”. Naquele momento, quando o objetivo do pré-projeto ainda estava centrado

nas experiências do Grupo de Jongo Mistura da Raça, apenas me certifiquei de conversar com a Márcia Cunha, liderança e produtora do Grupo, sobre as minhas intenções em realizar o trabalho. Desde então, realizo atualizações periódicas sobre o andamento da pesquisa e os apontamentos que venho levantando sobre a trajetória deles na cidade. Contudo, optei por ampliar o sujeito de pesquisa para a totalidade do Movimento Negro na cidade por entender que não seria possível compreender as emergências da floresta olhando para uma única árvore. Foi quando decidi procurar o grupo Resistência Preta e outras lideranças de grupos e coletivos ativos de meu conhecimento, para denunciar minhas intenções e objetivos. Felizmente, fui acolhida nesta proposta ao que, por aclamação, todos demonstraram aceite em contribuir com a pesquisa e a importância em produzirmos uma sistematização sobre o “nosso Movimento Negro”; desde as lideranças mais antigas até a dos movimentos recentes, pós 2018. É com esse ponto de partida que propus o “perfil de entrada” da experiência dos coletivos e movimentos negros de São José dos Campos, no qual sou orgulhosa participante aprendiz.

Espero honrar essa trajetória!

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa tem o objetivo geral de produzir uma sistematização das experiências sócio-territoriais dos coletivos e movimentos negros de São José dos Campos entre 2003 e 2023; compreendendo Movimento Negro como coletivos, grupos, instituições e movimentos de protesto, protagonizados por pessoas pretas e pardas, munidas de consciência racial de si, e que partam da estratégia comum de atuarem de forma intencional para combater o racismo e a discriminação racial nos diferentes territórios e espaços sociais; ainda que as táticas adotadas na ação coletiva sejam diametralmente divergentes, em função da territorialidade produzida enquanto síntese de relações complexas nos planos econômico, social e político.

Contudo, é “preciso que nas ações desse coletivo se faça presente e de forma explícita uma postura política de combate ao racismo”, conforme bem sintetiza Nilma Gomes (2019, p. 20). Ademais, têm-se como objetivos específicos da pesquisa: 1-) fazer um mapeamento destes movimentos negros, por meio de suas ações no território; 2-) apontar a emergência de territorialidades produzidas a partir de tais ações, considerando linguagem, estratégia, motivações, táticas, atores envolvidos e relações com a institucionalidade e; 3-) qualificar as estratégias de resistências dos coletivos e movimentos ante às especificidades do racismo na cidade de São José dos Campos; definidos a partir de marcadores econômicos, sociais e políticos que abrangem a totalidade histórica e as idiossincrasias dos processos locais.

Cabe ressaltar que este recorte temporal proposto se dá a partir da chamada “quarta fase” do Movimento Negro proposto por Domingues (2007) e que vem ganhando notoriedade nos estudos para as relações étnico-raciais no Brasil, que afirmam haver uma mudança significativa no perfil destes Movimentos, nos últimos 20 anos.

Desta forma, o objeto de pesquisa é o Movimento Negro; ao qual, por compreendê-lo como dotado de agências próprias e protagonismo nesta pesquisa, o trataremos como “sujeito de pesquisa”. Não obstante, objetivamos compreender as especificidades e consonâncias do Movimento Negro na cidade de São José dos Campos com estes Movimentos inseridos em outros contextos globais e regionais, considerando a dinâmica de ocupação desta população negra no município, uma vez que a literatura e os dados evidenciam que, por recorrência ou insuficiência, há prevalência histórica do “racismo urbano” (Berth, 2023) decorrente da “colonialidade territorial” (Delgado; Ruiz, 2014).

O município de São José dos Campos – SP, foi forjado a partir de um contexto regional de crescimento da economia cafeeira em uma condição antagonista, enquanto economia incipiente, pautada em pequenas e médias propriedades. No entanto, “o período de cafeicultura no Vale do Paraíba Paulista foi um fator impulsionador da economia e diversificou as funções dos centros urbanos” (Lima; Santos, 2022, p. 286). Inclusive, ao lançar São José dos Campos na vanguarda da urbanização, num primeiro momento, como premissa da fase sanatorial e, posteriormente, sob a égide da indústria moderna. Nesse sentido, o projeto urbanizador nesta cidade é herança multifatorial de processos históricos que marcaram a paisagem urbana e a subjetividade dos atores que compõem os marcos decisórios sobre a cidade.

Nos cabe compreender a presença da população preta e parda no município, a princípio, marcada pelas “negociações” no plano relacional entre senhores e escravizados, seguida das tensões no pós-abolição (Papali; Zanetti, 2022), tendo como hipótese a de que a formação econômica e social do município impactou e segue impactando na produção da identidade dos coletivos e movimentos negros; sobretudo, a partir de sua aproximação com a institucionalidade, no enfrentamento ao racismo pela via da negociação, com momentos pontuais de ação direta e protestos de rua. Nesse sentido, é de suma importância elaborar as impermanências dessa presença negra frente aos ideários higienistas que balizaram a fase sanatorial no município, bem como aos de caráter desenvolvimentistas que pavimentaram a industrialização (Vianna; Elias, 2007), relegando essa população à intensos fluxos migratórios para cidades do Oeste Paulista (Lima; Santos, 2022).

Aqueles que, aqui permaneceram, sua presença ficou condicionada às regiões de periferia social da cidade (Lima, 2020). Conquanto, o avanço neoliberal em dimensão local tratou de lançar a “pá de cal” na consolidação da segregação sócio-espacial desta população, enquanto apropriação capitalista do espaço, graças à aplicação das políticas de “desfavelização” da cidade, empurrando as populações pobres (Forlin; Costa, 2010), e conseqüentemente pertencentes, em sua maioria, à grupos raciais historicamente e socialmente subalternizados, às periferias geográficas do município.

De acordo com censo demográfico de 2022, o somatório da população preta e parda de São José dos Campos (IBGE, 2022a) era de 32,3% do total da população residente no município. No estado de São Paulo este percentual se eleva para 40,95%, ou seja, 5,72 pontos percentuais de diferença entre a unidade de federação e o município; e 20,28 pontos percentuais em relação à união. Cabe ressaltar que, no

mesmo período, o Vale do Paraíba Paulista contava com uma população negra (pretos e pardos) de 35,23%, o que nos sugere a segunda hipótese desta pesquisa: a de que essa ocupação preta e parda no território seja heterogênea e fortemente atravessada por processos sociais complexos, tal como o racismo estrutural presente na formação histórica do município, pela via do ocultamento dos sujeitos negros ao reproduzir uma urbanização de tipo “eugenista” e “daltônico” (Berth, 2023).

São estes processos que pretendemos lançar luz e compreender as implicações dessa formação à população negra que permaneceu na cidade. Nos interessa, sobretudo, salientar a fração desta população de São José dos Campos que, consciente da perversidade do mito da democracia racial, “sempre inseriu na agenda do debate a questão do racismo e preconceito, como questões que deveriam ser pautadas e discutidas na sociedade brasileira” (Lima; Santos, 2022, p. 294). Desta forma, pretendemos reconhecer como as recentes experiências socioterritoriais têm revelado disposição em permanecer “negociando” a presença negra no território, a produzir territorialidades centradas no combate ao racismo estrutural e na valorização das culturas afrodiáspóricas.

Ao constituirmos os processos sociais complexos que imbricam as desigualdades sociais e raciais, poderemos concluir que as condições sociais que atravessam a população negra na cidade de São José dos Campos “(...) não é somente herança de um passado escravista, mas, sim, um fenômeno mais complexo e multicausal, produto de uma trama complexa entre o plano econômico, político e cultural” (Silvério, 2002 *apud* Gomes, 2019, p. 11). A complexidade destes processos adquire contornos espaciais no que Joyce Berth (2023) qualifica como “racismo urbano”, que se define como a regulação da exclusão no território com base nas características fenotípicas dos sujeitos, uma vez que “a colonialidade se estabeleceu e categorizou pessoas, formando identidades e usando nossas diferenças (...) para fins de organização social hierárquica” tal que, “o território se apresenta como cenário fiel dessas representações” (Berth, 2023 p. 115).

Este fenômeno está diretamente relacionado à configuração da colonialidade territorial (Delgado; Ruiz, 2014), que definiram os marcadores da privilegiada epistemologia ocidental, assentada no binômio modernidade/colonialidade. Desta forma, se define a colonialidade territorial como um “conjunto de padrões de poder que na práxis territorial servem para estabelecer hegemonicamente uma concepção de território sobre outras que resultam ‘inferiorizadas’” (Delgado; Ruiz, 2014 p. 348)¹.

¹ conjunto de patrones de poder que en la praxis territorial sirven para establecer hegemonicamente una concepción del territorio sobre otras que resultan ‘inferiorizadas’” (Delgado; Ruiz, 2014 p. 348).

Nos interessa compreender estes fenômenos, a partir do comum e das particularidades que atravessaram a formação territorial, econômica, social e histórica de São José dos Campos-SP ao respondermos à pergunta de partida: ***Como os coletivos e movimentos negros do município de São José dos Campos fazem o enfrentamento ao racismo urbano e à colonialidade territorial nos últimos 20 anos?***

Desta forma, apresenta-se como objetivo geral desta pesquisa, realizar a sistematização das experiências sócio-territoriais dos Coletivos e Movimentos Negros do Município de São José dos Campos entre 2003-2023. Compreendendo a sistematização como uma “interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido” (Holliday, 2006, p. 24).

Por conseguinte, a experiência, ou experiências são “processos sociais dinâmicos: em permanente mudança e movimento”, bem como, “(...) processos sociais complexos, em que se interrelacionam, de forma contraditória, um conjunto de fatores objetivos e subjetivos” (Holliday, 2006, p. 21); tais como as condições do contexto em que se desenvolveram, as situações particulares enfrentadas durante o processo, as ações realizadas, as percepções, interpretações e intenções dos sujeitos que intervieram no processo, os resultados esperados e inesperados que surgiram e as relações e reações entre os participantes. (Holliday, 2006, p. 21). Nesse sentido, nos interessa entender como este “sujeito movimento negro” atua no município a fim de realizar o enfrentamento ao racismo e à discriminação racial, ciente de que este sujeito é interface de coletivos inseridos em tais processos sociais complexos, enquanto síntese das ações dos sujeitos que o compõem. Objetiva-se, neste sentido, a reconstrução do processo vivido a partir das experiências dos protagonistas, dos processos em diferentes escalas e as possíveis conexões entre eles.

Contudo, essa sistematização objetiva a reconstituição da dimensão socioterritorial destas experiências, como propositoras de territorialidades (Haesbart, 2004) que reivindicam outros modos de ocupação e intervenção no âmbito da cidade que tensiona a colonialidade (Quijano, 2005), a partir da estratégia comum destes coletivos.

Tal recorte, remete às diferentes concepções de movimento negro em uma vasta literatura explorada no contexto teórico da pesquisa. Contudo, Petrônio Domingues (2007), propõe uma interpretação de Movimento Negro que concebe a existência de três fases deste movimento ao longo do século XX e prenuncia a

emergência de uma “quarta fase” em meados dos anos 2000 a partir do recrudescimento da cultura Hip Hop.

Aline Pereira e Ventuil Pereira (2021), em um artigo recente, propõem um conjunto de marcadores que definiriam uma “nova agência política do movimento negro” a partir de 2004. Nos parece promissor este recorte; contudo, admite-se por tendências e observações, a emergência de uma reestruturação do movimento negro, a partir de marcadores como, tipos de ações, atores que vêm protagonizando o processo, linguagem e táticas adotadas por eles.

É parte dos objetivos específicos desta pesquisa realizar um levantamento dos coletivos e movimentos negros que atuaram ao longo do período de recorte histórico proposto (2003-2023), reconhecendo a dimensão quantitativa da pesquisa ao produzir este levantamento, lançando as bases para que pesquisas futuras possam aprofundar nesta produção de dados acerca da atuação coletiva desta população negra, que geralmente, atua na realidade em regime de ocultamento, uma vez que o “apagamento é um dos elementos da morte simbólica da população negra. Ao ocultar que o espaço físico que dividimos está "exalando" as consequências dos processos históricos que culminaram com uma divisão racial do território” (Berth, 2023 p. 110).

A partir deste levantamento inicial, foi possível realizar uma cartografia social destes movimentos negros, apontando suas ações no território a partir das regiões geográficas do município, produzindo, por conseguinte, uma forma de visualizar as permanências dos coletivos e os períodos de efervescência, seja na composição de novos coletivos como de ações; uma vez que foram produzidos mapas em diferentes lapsos temporais, considerando processos globais. Espera-se que tal mapeamento possa contribuir para conexões de sentido entre contextos globais e locais da luta antirracista, uma vez que seus atores poderiam verificar a amplitude de suas ações localizadas e, possivelmente, avaliar a necessidade de possíveis deslocamentos no território e ajustes de táticas de ações.

Além disso, foi possível apontar a emergência de territorialidades produzidas a partir de tais ações, considerando a multiterritorialidade (Haesbart, 2004) como um dos aspectos da apropriação do espaço, através das diferentes linguagens, motivações, táticas, atores envolvidos e relações com a institucionalidade que tais coletivos produzem.

Por último, face às reflexões de fundo suscitadas durante o grupo focal, foi possível qualificar as estratégias de resistências dos coletivos e movimentos ante às especificidades do racismo na cidade de São José dos Campos; definidos a partir de marcadores econômicos, sociais e políticos que abrangem a totalidade histórica e as

peculiaridades dos processos locais dados, a partir da sistematização das experiências de parte destes coletivos levantados, uma vez que não dispúnhamos de tempo suficiente para propormos a aplicação da técnica ao conjunto de coletivos em atividade no município, bem como, não foi possível contatar as lideranças e ativistas de parte desses coletivos ativos e inativos, seja por falta de resposta ou por não ter o contato inicial estabelecido.

Desta forma, uma vez que a sistematização de experiências (Holliday, 2006) requer um processo de interação para a recuperação do processo vivido para a construção da reflexão de fundo; selecionamos seis coletivos negros que estão em atividade no município, cujas ações majoritariamente estão inseridas em um contexto tático específico para participar de três seções de grupo focal, cujas narrativas, as interações e reflexões serviram de base para este objetivo específico, bem como, tratou de salvaguardar uma vasta lacuna de conhecimento que tarda em ser reconhecida. Este trabalho pretende ser uma contribuição possível.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa é de base materialista, histórica, dialética e crítica, com contribuições de base decolonial (Quijano, 2005). Adotou-se o método da sistematização de experiências (Holliday, 2006), da cartografia social (Acserald, 2023) e da netnografia (Kozinets, 2014), para tal empreendimento. Contudo, estruturar o corpo metodológico que coaduna em uma pesquisa factível, verificável e que possua validade, é tão desafiador do que a própria pesquisa em si. Nesse sentido, Borsani (2021) nos alerta que não se trata de fazer um prato no “self-service” metodológico que as distintas epistemologias propõem. Tampouco, trata-se de elaborar uma nova “receita” tão universalizante e opressora como as de outrora. Não se trata, portanto, de fazer uma simples escolha ferramentas que melhores se enquadrem nos problemas levantados e torcer para que uma abordagem “multimétodo” (Oliveira, 2005) culmine na corroboração das hipóteses suscitadas, a partir de diferentes técnicas.

A princípio, nos parece interessante e sedutora a ideia de “combinar” diferentes técnicas de cunho “quantitativo” e “qualitativo”, para produzir evidências de uma realidade “crível” enquanto factível. No entanto, causa preocupação a ausência de substrato de dados, sobretudo, quantitativos, acerca dos temas e sujeitos de pesquisa que estejam no espectro de invisibilidade da lente colonial; como propõe esta pesquisa.

Nesse sentido, nos parece interessante a utilização da metodologia que vem sendo construída e proposta nos segmentos decoloniais de pesquisa, na qual Oscar Jara Holliday propõe como a metodologia da Sistematização de Experiências. Grosso modo, a sistematização de experiências é uma “interpretação crítica de uma ou várias experiências” nas quais, “a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido” tendo como escopo de análise, “os fatores que intervieram no processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram desse modo (Holliday, 2006, p. 72).

Trata-se de uma metodologia dialética que propõe um método de compreensão do universo estudado a partir da proposição de cinco tempos de pesquisa, relativamente concomitantes entre si, para a recuperação e a ordenação desses processos:

1. O ponto de partida (ter relação e registros das experiências)
2. As perguntas iniciais (objetivo da sistematização, que experiências sistematizar e o eixo da sistematização)

3. A recuperação do processo vivido (reconstruir a história, ordenando e classificando as informações)

4. A reflexão de fundo (analisar, sintetizar e interpretar criticamente o processo)

5. Os pontos de chegada. (formular conclusões e comunicar a aprendizagem)

O ponto de partida se caracteriza pela aproximação ao sujeito de pesquisa, o que significa a construção da relação com este sujeito pesquisado e a elaboração dos registros dessa experiência. Nesse sentido, a partir do levantamento bibliográfico sobre o tema, de pesquisa preliminar e de pesquisa histórico-documental, verificamos, a princípio, a emergência de pelo menos 20 coletivos negros no município de São José dos Campos-SP entre 2003 e 2023, que depois foram reduzidos 17 coletivos como o universo dessa pesquisa. A partir da aprovação do Comitê de Ética², estreitamos essa aproximação por meio de pesquisa de campo, utilizando a técnica da “observação participante” (Valladares, 2007) em campo presencial e digital (Kozinets, 2014).

As observações participantes no campo presencial foram realizadas em ações propostas pelos coletivos negros entre 2023 e 2024; com a devida anuência dos ativistas e lideranças destes movimentos, que foram devidamente comunicados da intenção da pesquisadora ao participar daquela atividade. Durante o campo presencial, foram realizadas anotações sobre local da atividade, o tema, o número de presentes, as atividades e apresentações que estavam acontecendo, impressões extraídas de diálogos com os participantes, a composição étnico-racial dos mesmos a partir da heteroidentificação realizada pela pesquisadora, a condição socioeconômica dos presentes a partir de suas vestimentas, de suas falas e da porção do território em que a atividade está acontecendo.

No campo digital foram realizadas três tipos de coletas de dados: dados arquivais, dados extraídos e dados de notas de campo (Silva, 2015).

A primeira coleta consiste em copiar diretamente de comunicações mediadas por computador dados da página, blog, site da comunidade ou grupo observado, assim como fotografias, trabalhos de arte e arquivos de som, dados cuja criação e estimulação o pesquisador não esteja diretamente envolvido. A segunda coleta refere-se aos dados extraídos que o pesquisador cria por meio da interação com os membros, tais como dados levantados por meio de entrevistas por correio eletrônico, bate papo, mensagens instantâneas etc. O terceiro tipo de coleta diz respeito às notas de campo experienciadas pelo pesquisador, sobre as práticas comunicacionais dos membros das comunidades, suas interações, bem como a própria participação e o senso de afiliação do pesquisador etc. (Silva, 2015, p. 340).

² Pesquisa aprovada sob o CAAE nº 79413924.2.0000.5503 e parecer nº 6.877.986 de 10 de junho de 2024.

Desta forma, no campo digital foram visitados os perfis das redes sociais *Instagram* e *Facebook* dos 17 coletivos negros identificados durante a pesquisa; onde foram extraídas informações sobre: número de seguidores, curtidas da página, as ações presenciais e digitais divulgadas pelo coletivo, a localidade das ações presenciais, os temas das ações propostas, os participantes, o posicionamento diante de acontecimentos que são “virais” nas redes sociais naquele momento, análise de sentidos dos discursos veiculados em lives que ficaram gravadas bem como o dos comentários, prints de fotos e artes de divulgação que chamaram atenção da pesquisadora no que diz respeito aos objetivos gerais e específicos da pesquisa, instituições realizadoras, apoiadoras e financiadoras das ações.

Ademais, foram realizadas buscas na plataforma Google, com as “tags” nominais dos coletivos e “movimento negro”, “movimento negro São José dos Campos”, “consciência negra SJC” e outras que remetessem ao contexto pesquisado. As informações obtidas foram registradas em um caderno de campo em arquivo de .doc, devidamente identificadas com a sequência de letras e números “C1, C2, C3...Cn”. Tal identificação é posteriormente anexada nas “fichas de campo”. O caderno de campo não entrou em anexo deste texto, por conter observações sensíveis que poderiam comprometer a segurança política dos coletivos.

Com os dados coletados no campo presencial e digital, a pesquisadora preencheu fichas de campo, apresentadas no apêndice deste trabalho, compondo um banco de dados. Essa etapa foi fundamental para a aplicação da metodologia da sistematização de experiência, para que avançássemos ao tempo 2 e 3 da pesquisa; ou seja, quando definimos os eixos da sistematização - *Racismo Urbano em São José dos Campos, Território e Territorialidade e Escala e Agências do Movimento Negro Joseense*. Através destes eixos, foi possível realizar as perguntas iniciais para que os sujeitos envolvidos na pesquisa pudessem ordenar e recuperar o processo vivido e refleti-lo coletivamente.

A composição deste acervo de fichas de campo esteve em curso desde a etapa preliminar da pesquisa, em conformidade com o Art. 24 da Resolução 510/2016; tal que, nesta fase inicial realizamos a definição de nossa amostra pelo método “bola de neve” (Vinuto, 2024); tal que identificamos, inicialmente, 20 coletivos, nos quais obtivemos dados mais completos quanto possível, contendo informações a respeito do período de atuação, tática prioritária, principais ações realizadas e a porção do território, bem como os ajustes conceituais e de práticas que reduziram este universo a 17 coletivos. Desta forma, foi possível realizar o mapeamento desses coletivos, bem como realizamos reflexões de fundo, no momento da aplicação das três sessões de

grupo focal, a partir das respostas obtidas na entrevista coletiva, mediada pela própria pesquisadora responsável pela pesquisa.

Nas fichas de campo, nas quais a pesquisadora preencheu a partir das experiências das entrevistas e do campo presencial e/ou digital, contém as informações como nome, status de atividades (ativo ou inativo), ano de início e/ou encerramento de suas atividades (se for o caso), tática prioritária de atuação, porção do território em que mais atuam, linguagem principal adotada pelo coletivo, histórico de formação e ações recentes propostas. A partir do preenchimento das fichas, realizamos uma cartografia social (Acselrad, 2013) dos coletivos negros, produzindo 4 mapas em lapsos temporais de aproximadamente 5 anos, apontando no território quais coletivos estavam em atividade e atuando em quais porções do território.

Aqui, será compreendida a cartografia social enquanto práticas que promovam a “apropriação de técnicas e modos de representação cartográficos modernos por grupos sociais historicamente excluídos dos processos de tomada de decisão” (Acselrad; Viégas, 2023, p. 17). Ainda que as reflexões promovidas por tais práticas estejam assentadas nas experiências, sobretudo, tradicionais, identitárias e extrativistas que tensionam os interesses do capital no meio rural, propomos a identificação das lutas sociais com base territorial no meio urbano, como tensionamento à ordem privatista que incide, também, sobre este território.

Transcorrida esta etapa, foram suscitadas questões iniciais, além das reflexões anteriormente explicitadas nas hipóteses da pesquisa. A partir delas, foi possível definir os “eixos da sistematização” citados anteriormente. O eixo de sistematização “é como um fio condutor que atravessa a experiência e se refere aos aspectos centrais dessa(s) experiência(s) que nos interessa sistematizar nesse momento”. Ainda, de acordo com Holliday (2006), o eixo, ou os eixos, é o que consideramos “uma pergunta essencial para poder levar até o fim um processo de sistematização coerente com a concepção que propomos” (Holliday, 2006, p. 81).

A partir dos eixos da sistematização, elaboramos eixos temáticos que foram desenvolvidos nos três grupos focais aplicados durante a execução da pesquisa em sua etapa final. Neste tempo da pesquisa, os 6 coletivos que foram selecionados, a partir da pluralidade de tipos de ações³ realizadas na cidade de São José dos Campos, participaram desse encontro, a fim de produzir as reflexões de fundo sobre os eixos da sistematização suscitados pela pesquisadora. Vejamos como foi construída a tipologia das ações dos coletivos.

³ Para compreender a concepção Weberiana de “tipologia das ações” e os “tipos ideais” como instrumento metodológico, ver: WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

Durante a aproximação inicial, verificamos que os coletivos variavam em abordagens relacionadas às diferentes táticas possíveis (Rios, 2012) que respondem à estratégia comum de superação do racismo e da discriminação racial (Gomes, 2019). Algumas experiências revelavam a cultura como eixo tático central de alguns coletivos, sejam as culturas ancestrais, como o Jongo e a Capoeira, ou urbanas, como o Hip Hop. Outras experiências revelavam a prevalência das lutas no campo social, produzindo ações para tensionar a estrutura vigente, como o movimento de mulheres negras; contudo, um terceiro conteúdo tático tem se colocado na ordem do dia; a emergência de coletivos que se aproximam da institucionalidade, participando da política institucional, em partidos políticos e processos eleitorais, tensionando instituições seculares, como as universidades e a colonialidade do saber (Ballestrin, 2013); ou assumindo identidades jurídicas. Tendo essas dimensões táticas em vista, e que todas elas correspondem a uma dimensão política estratégica comum de superação do racismo, consideramos a tipologia das ações destes movimentos em três tipos: **coletivos político-sociais, político-culturais e político-institucionais**. Exploraremos essa construção tipológica nas próximas seções.

Desta forma, selecionamos a amostragem de 6 coletivos negros em atividade de São José dos Campos, sendo 2 de cada tipo-tático, para compor os três grupos focais. São eles:

1. **Político-cultural:** Grupo de Jongo Mistura da Raça, Coletivo de Mulheres do Hip Hop Triluna;
2. **Político-social:** Núcleo de Mulheres Negras Quilombelas, Coletivo Melanina do Vale;
3. **Político-institucional:** Coletivo de Psicologia Sankofa, Instituto Lélia González.

Os Grupos seriam realizados com, no máximo, 12 participantes, sendo 2 representantes de cada um dos coletivos selecionados. Entretanto, com a dificuldade em assegurar a participação dos coletivos, em função das agendas de suas representações, fez-se necessário flexibilizar estes números; tal que, na primeira seção contamos com a presença de 7 representantes de 6 coletivos, sendo o coletivo negro Sankofa, o único a contar com 2 representantes na seção. Os demais coletivos apresentaram apenas um único representante. Nas seções 2 e 3 do grupo focal foram 6 representantes de 5 coletivos. O coletivo Melanina do Vale não participou destas etapas, pois a representante teve um imprevisto e não pôde comparecer. Os coletivos participantes foram convidados através de e-mail, no qual constavam os objetivos da pesquisa, dos grupos focais e solicitando a indicação dos participantes que

representam o coletivo, conforme os critérios estabelecidos. Desta forma, os coletivos foram acionados e estes concederam a carta de anuência para a participação da pesquisa, uma vez que a relação entre os sujeitos pesquisados e a pesquisadora foi estabelecida na fase inicial da pesquisa.

Os três grupos focais seriam inicialmente realizados em dias diferentes, com um intervalo de, ao menos, duas semanas entre eles, cada qual com um eixo temático desenvolvido na etapa anterior da pesquisa. Ademais, os grupos iriam acontecer em um evento realizado pelo NEPACS (Núcleo de Extensão Pesquisa-Ação Cartografias Sociais) em um espaço dentro da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP). Esperava-se que os mesmos participantes estariam presentes nos 3 grupos focais, tal que esta orientação estava presente no e-mail que foi enviado aos coletivos, os convidando para participar de todo processo. Contudo, as datas programadas para o mês de novembro de 2024, no prédio da universidade, não atendiam a totalidade das participantes indicadas pelos coletivos. Desta forma, foi necessário adotar a drástica medida de avançar o calendário até o mês de dezembro e articular para que as três sessões acontecessem em um único dia, dia 02 de dezembro de 2024, das 9h até às 16h, conforme o roteiro apresentado em anexo. Em função da mudança do calendário, as atividades foram realizadas no Espaço Obí-Ilê, uma casa de cultura e gastronomia que fica localizada na região central de São José dos Campos.

Figura 1: Grupo focal 02/01/2024.



Foto: Acervo pessoal.

Com o objetivo de responder aos objetivos gerais e específicos da pesquisa, a análise do material pesquisado foi pela análise compreensiva (Guimarães, 2018) com

base nos pressupostos epistemológicos da afrocentricidade (Assante, 2009), que compreende os sujeitos africanos e afrodiáspóricos como “agentes de fenômenos atuando sobre a sua própria imagem cultural atuando de acordo com seus próprios interesses humanos” (Assante, 2009, p. 93). para tanto, consideramos as agências dos movimentos negros, o que implica a concepção ulterior de que os movimentos negros possuem agências e que seus representantes e ativistas possuem agência:

Um agente, em nossos termos, é um ser humano capaz de agir de forma independente em função de seus interesses. Já a agência é a capacidade de dispor dos recursos psicológicos e culturais necessários para o avanço da liberdade humana. Em uma situação de falta de liberdade, opressão e repressão racial, a ideia ativa no interior do conceito de agente assume posição de destaque (Assante, 2009, p. 93-94).

Conquanto, nos tempos 3 e 4 da pesquisa, conforme propõe Holliday (2006), na etapa de “recuperação do processo vivido”, fizemos reconstrução da história dos coletivos e movimentos negros de São José dos Campos, através da elaboração da cronologia dos acontecimentos na cidade, relacionados à cronologia do contexto, relacionando eventos no âmbito político e social global que pudessem ter conexões com eventos locais. Uma vez ordenadas e classificadas essas informações, a partir dos questionamentos suscitados nas etapas anteriores, partimos para a produção das “reflexões de fundo”, que compreende a interpretação crítica do processo vivido; articulando e distinguindo opiniões, intenções, ações e resultados destes processos protagonizados por estes coletivos e movimentos negros, em um contínuo processo de abstração e síntese.

Para tanto, utilizamos a codificação de registros e contextos das falas realizadas durante a aplicação das sessões de grupo, que tinham como escopo: *1. O ser negro em São José dos Campos; 2. Ações que o coletivo realiza; 3. Em que porção do território realiza suas ações; 3. A tática de ação; 4. Motivação da criação e da existência do coletivo; 5. Fontes de financiamento.* Desta forma, foi possível extrair das falas os registros compatíveis com as categorizações realizadas em torno das ações táticas, às hipóteses suscitadas no contexto teórico, considerando as generalidades dentro das experiências e os pontos distratores.

Uma segunda abordagem de pesquisa, foi realizada concomitantemente ao segundo e terceiro momento da pesquisa, ou seja, no período das perguntas iniciais e da execução da recuperação do processo vivido. Como tática complementar à pesquisa, realizamos 2 entrevistas roteirizadas com o objetivo de preencher as

lacunas deixadas pela pesquisa de campo, e por conseguinte, nas fichas de campo. A princípio, faríamos 5 entrevistas. Contudo, tivemos dificuldades em obter retorno de outros 3 ativistas que tenham participado de processos de mobilização coletiva negra no recorte proposto, e que pudessem tecer suas impressões e percepções pessoais sobre o processo; e que poderiam contribuir para aprofundar questionamentos, conhecer os principais atores, dissolver eventuais contradições que apareceram durante o campo nos primeiros tempos de pesquisa.

No entanto, nas duas entrevistas que foram realizadas, foi possível cumprir o objetivo de preencher as "lacunas das fichas", e a necessidade de aprofundamento na compreensão das ações em cada tática adotada, fazer conexões históricas entre protestos de rua, contexto regional e global. Além disso, dois coletivos foram elucidados a partir das entrevistas realizadas, e um terceiro passou a compor o quadro geral de coletivos, que será apresentado abaixo.

O material foi colhido em áudio e vídeo pela própria pesquisadora, por considerar que a autodeclaração e a hétero identificação do sujeito negro são partes complementares dos critérios de inclusão/exclusão; por ser lugar de pertencimento ou exclusão, uma vez que a população negra no Brasil é atravessada pelo fenômeno do colorismo (Devulsky, 2021), desta forma, foi necessário visualizar a negritude do entrevistado.

O participante da entrevista, ainda que não representasse nenhum coletivo negro, foi selecionado a partir de sua atuação pessoal com projeção pública, sendo uma liderança ou ativista de destaque, cuja narrativa serviu para conferir validade discursiva aos fatos narrados. Desta forma, o entrevistado foi convidado a ter suas contribuições à pesquisa identificadas, sendo divulgado apenas o seu nome. Outros dados primários, ainda que tenham sido coletados durante a entrevista, não foram divulgados em nenhum dos sistemas de coleta de dados propostos no âmbito da pesquisa, bem como não são mencionados na dissertação. O material coletado nas entrevistas, também foi analisado através da análise compreensiva (Guimarães, 2018), foram integralmente transcritas pela pesquisadora e constam no apêndice.

A escolha da Sistematização de Experiências, como o método dessa pesquisa, se localiza no plano reflexivo a que se propõe, enquanto ação intencional de uma prática social dada.

Parece que o mais característico e próprio da reflexão sistematizadora é que ela busca penetrar no interior da dinâmica das experiências. Algo assim como entranhar-se nesses processos sociais vivos e complexos, circulando entre seus elementos, percebendo a relação entre eles, percorrendo suas diferentes etapas, localizando suas contradições, tensões, marchas e contramarchas, chegando assim a

entender estes processos a partir de sua própria lógica, extraindo ensinamentos que possam contribuir para o enriquecimento tanto da prática como da teoria (Holliday, 2005, p. 24).

Nesse sentido, “a sistematização situa-se no difícil e pouco transitado caminho intermediário entre a descrição de uma experiência e a reflexão teórica”, uma vez que “a sistematização é um primeiro nível de conceitualização e que pretende contribuir na melhora da própria experiência e, às vezes, no enriquecimento da teoria” (Holliday, 2005, p. 45). Contudo, os tais “marcos teóricos” tendem a ditar os rumos da pesquisa, preservando a linha abissal (Santos, 2009).

No campo do conhecimento, o pensamento abissal consiste na concessão à ciência moderna do monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso, em detrimento de dois conhecimentos alternativos: a filosofia e a teologia. O carácter exclusivo deste monopólio está no cerne da disputa epistemológica moderna entre as formas científicas e não-científicas de verdade. (...) Estas tensões entre a ciência, a filosofia e a teologia têm sido sempre altamente visíveis, mas como defendo, todas elas têm lugar deste lado da linha. A sua visibilidade assenta na invisibilidade de formas de conhecimento que não encaixam em nenhuma destas formas de conhecer. Refiro-me aos conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses, ou indígenas do outro lado da linha (Santos, 2009, p. 25).

Em se tratando de uma pesquisa autorreferenciada nos saberes produzidos no interior de coletivos e movimentos negros, ou seja, no lastro invisível da lente colonial; há de se ter acuidade ao propor que a teoria seja um marcador contextual da pesquisa, tal qual propõe Oscar Jara Holliday.

Toda intencionalidade supõe pressupostos teóricos e filosóficos. Por isso, em qualquer processo de sistematização devemos estar conscientes que temos uma referência teórica que nos sustenta. (...) Por isso preferimos falar de “contexto” teórico, para sublinhar o sentido dinâmico e situador dessa referência fundamental. Mais ou menos explícito, é o contexto teórico que - em última instância - nos fará formular determinados objetos a serem sistematizados e priorizar determinados aspectos ao longo do processo. Inclusive, a partir da própria elaboração de uma proposta para sistematizar, já existe uma fundamentação, uma justificação que argumente seu sentido (Holliday, 2005, p. 85).

Ao considerarmos que sistematização de experiências propõe a mediação reflexiva entre teoria e prática, é de fundamental importância que localizemos este

trabalho como um esforço de aprimoramento da concepção metodológica do materialismo histórico-dialético.

A Concepção Metodológica Dialética é uma maneira de conceber a realidade, de aproximar-se dela para conhecê-la e de conhecê-la para atuar sobre ela e para transformá-la. (...) Nesse sentido, concebe a realidade como uma criação dos seres humanos que, com nossos pensamentos, sentimentos e ações, transformamos o mundo da natureza e construímos a história outorgando-lhe um sentido (Holliday, 2005, p.45).

Nesse sentido:

A Concepção Metodológica Dialética entende a realidade histórico-social como uma totalidade: um todo integrado, em que as partes (o econômico, social, político, cultural; o individual, local, nacional, internacional; o objetivo, o subjetivo, etc.) não podem ser entendidos isoladamente, senão em sua relação com o conjunto. É uma totalidade que não é vista como soma aritmética das partes e sim como a articulação interna de todas as suas múltiplas relações (Holliday, 2005, p.46).

Nesta pesquisa, o contexto teórico é marcado por três eixos, cujas reflexões de fundo são complementares e dialéticas entre si: São elas:

1. Os pressupostos epistemológicos e metodológicos com base no pensamento e na abordagem crítica do campo do Planejamento Urbano;
2. A dimensão conceitual de Coletivos e Movimentos Negros que qualifica o debate, a fim de estabelecer o quantitativo e o qualitativo estudado;
3. A dimensão contextual e histórica que fundamenta as questões a serem respondidas na pesquisa e que evidencia o sentido das ações dos sujeitos pesquisados;

São essas reflexões que aprofundaremos nas próximas seções. Contudo, na colaboração com estes esforços, devemos apresentar o “sujeito-objeto” dessa pesquisa, ou seja, os sujeitos históricos cujas ações foram sistematizadas nesta pesquisa.

Inicialmente havíamos levantado 20 coletivos negros durante o recorte de tempo proposto. Contudo, após considerar informações do campo e de amplo debate na segunda sessão do grupo focal, chegou-se ao quadro geral abaixo; contendo 17 coletivos negros no município de São José dos Campos entre 2003-2023; sendo 11 em atividade e 6 inativos.

Quadro 1: Quadro geral de coletivos negros de São José dos Campos de 2003-2023.

(continua...)

Coletivo/Movimento	Status	Ano	Tática	Região	Ações
Jongo Mistura da Raça	Ativo	2001	Político-cultural	Leste	Jongo, palestras, cursos, ações sociais e salvaguarda da cultura tradicional do Jongo.
Afronorte	Ativo	2004	Político-cultural	Norte	Cursinho, editais, feiras, ação de capacitação..
Conen	Ativo	2003	político-social	leste	congressos e ações contra racismo religioso
Quilombelas	Ativo	2001	político-social	Centro	formações, seminários, rodas de conversa
Aqui, oh! Somos pretas	Inativo	2015	político-social	Sul	rodas de conversa, eventos sociais, rodas de acolhimento
Afrontitude	Inativo	2019-2021	político-social	Sul	Revista, formação, redes sociais.
Instituto Lélia Gonzales	Ativo	2005	político-institucional	Centro	Debates, palestras, seminários. Em 2018 se institucionalizou
Confraria do Samba Enredo	Inativo	2003-2023	Político-cultural	Leste	Patuscada, feiras, ensaios da bateria
Quilombo Abayomi	Ativo	2022	político-social	Sul	Festas, rodas de conversa, biblioteca solidária
Capoeira Angola Ubuntu	Ativo	2015	Político-cultural	Norte	Apresentações, oficinas, lives sobre a cultura da Capoeira Angola
Quilombo Raça e Classe	Inativo	2008	político-social	Sul	Rodas de conversa, formações, organização política
Frente Preta	Inativo	2020	político-social	Centro	Lives, Protestos de rua
Coletivo Triluna	Ativo	2018	Político-cultural	Sul	Palestras, rods, oficinas e apresentações da cultura Hip Hop
Coletivo Melanina do Vale	Ativo	2014	político-social	Centro	Palestras, feiras, rodas de conversa
Projeto Destaque Negro	Ativo	2016	político social	Centro	Palestras, rodas de conversa, premiações.

Quadro 1: Quadro geral de coletivos negros de São José dos Campos de 2003-2023.
(conclusão)

Quilombo Urbano	Inativo	2015	político-social	Sul	Batalhas de rimas, festas, formação política sobre cultura urbana periférica e violência.
Coletivo Negro Sankofa	Ativo	2020	político-social	Oeste	Minicursos, palestras, rodas e práticas de Psicologia antirracista.

Fonte: (Autora, 2024).

Cabe justificar, que a redução do quadro se deve aos critérios construídos durante a própria pesquisa; que consideram: *ação coletiva de sujeitos racializados enquanto pretos e pardos, conscientes de sua negritude, atuando coletivamente sob a estratégia de combater o racismo e a discriminação racial; bem como, terem sido citados e reconhecidos por, ao menos, um ativista ou liderança de outro coletivo negro no período.*

Nesse sentido, os coletivos Afronte e Tornar-se Negro não se enquadraram no critério de indicação. A festa Urban Black, embora desempenhe um importante trabalho ao promover sociabilidade e lazer para o seu público, composto majoritariamente de pessoas negras, não se enquadra no critério de promover suas ações coletivamente. Embora os eventos exijam um esforço coletivo para a realização, o campo não permitiu verificar a existência de um corpo coletivo fixo, enquadrados nos outros critérios, que pudesse concebê-lo enquanto ação coletiva.

O COMPIR foi retirado do quadro geral após ampla reflexão e diálogo durante a segunda sessão do Grupo Focal. concluiu-se que o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, embora seja resultado de pressão política histórica do Movimento Negro, assim como a Secretaria de Igualdade Racial, que hoje opera dentro de um departamento, no interior da Secretaria de Apoio Social ao Cidadão, o COMPIR é parte de uma política pública nacional, associada ao SINAPIR (Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial). Ainda que seja considerado tático a ocupação deste espaço por parte deste movimento negro, a instituição não poderia ser considerada parte dele, devido a sua natureza enquanto política pública.

Desta forma, apresentamos a versão final do quadro geral de coletivos e movimentos negros de São José dos Campos-SP entre 2003-2023 como um panorama em construção; que pode ser aprimorado em pesquisas futuras, por esta pesquisadora ou terceiros.

Outro saldo importante da pesquisa diz respeito ao preenchimento das fichas de campo que foram realizadas a partir do campo presencial, do campo digital e das entrevistas. No campo presencial, foi realizada pesquisa de observação participante, tal que as observações e percepções da pesquisadora foram anotadas em um arquivo denominado “Anotações de Campo”. Contudo, optamos por não divulgar esse caderno para manter a ética da pesquisa, como mencionamos anteriormente. No entanto, avaliamos criticamente o campo digital realizado nas redes sociais destes coletivos, bem como através de plataformas de busca, como o Google. Nas principais redes sociais (Instagram e Facebook) observando:

1. Frequência de postagem;
2. Linguagem e natureza das ações propostas
3. Flyers de divulgação de eventos presenciais e digitais, considerando: tema, local, participantes, realização e patrocínio;
4. Relações com outros coletivos;
5. Relações com atores políticos interseccionais, sobretudo, de gênero e classe;
6. Alcance e interação das postagens e das ações, por meio de registros fotográficos, número de seguidores, número de visualizações, números de comentários;

A data das publicações e possíveis relações com os contextos macrosociais. Tais critérios têm sido fundamentais para que possamos aprofundar as relações entre as Tecnologias de Informação e Comunicação e as ações dos movimentos sociais.

3 A ABORDAGEM CRÍTICA NO CAMPO DO PLANEJAMENTO URBANO: RACISMO URBANO E A CONDIÇÃO DO NEGRO NO BRASIL

O Planejamento Urbano e Regional é um campo do conhecimento consolidado a partir das demandas das cidades industriais nascentes no continente Europeu do século XIX, dotado de uma racionalidade técnico-científica, característica do campo.

Assim, a complexidade do campo do planejamento urbano e regional permeia suas práticas e seus discursos disciplinares (isto é, das disciplinas que o compõem), na medida em que origina um conjunto de mediações de natureza não apenas teórica, mas também política, social e cultural. Afinal, esse campo deve considerar os agentes que intervêm, tanto nas práticas, quanto na produção de saberes disciplinares. Daí o imperativo de ter de lidar com duas lógicas, que devem ser claramente diferenciadas, por sua natureza teórica e prática: (i) a lógica interpretativa e valorativa da produção do conhecimento e (ii) a lógica operativa e programática da intervenção no espaço urbano e regional (Lacerda, 2013, p. 78).

As relações disciplinares vêm se justapondo a compor uma prerrogativa “interdisciplinar” e, quiçá, “transdisciplinar” no campo, com o objetivo de dar cabo da complexidade da realidade posta.

Mostrou-se que o paradigma da ciência clássica levou a um big-bang das disciplinas, e destas, em subdisciplinas, o que não significa, em absoluto, uma negação das disciplinas. Muito ao contrário, a inter e a transdisciplinaridade apoia o crescimento disciplinar, faz emergir – da confrontação das disciplinas – dados, informações e reflexões novos, que as articulam entre si, questão fundamental para que disciplinas e campos disciplinares (como é o caso do planejamento urbano e regional) alcancem novas conquistas conceituais e metodológicas (Lacerda, 2023, p. 90).

Nesse sentido, esta pesquisa propõe ao campo um diálogo entre as diferentes disciplinas que o compõem para evidenciar a presença negra no território e a centralidade com que esta presença precisa ser refletida no campo, tendo em vista a necessidade de descolonização deste, como uma ciência que possui o DNA dos processos civilizatórios que deram origem ao meio urbano. Para tanto, devemos refletir à baila do campo da Geografia, como tais grupos sociais se inserem no espaço social.

Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da

realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social (Santos, 1982, p.1).

Nesse sentido, é fundamental elencar os processos sociais, econômicos, políticos e espaciais que coadunam na Formação Econômica e Social brasileira que permitiram o desenvolvimento do modo de produção capitalista neste território.

(...) a categoria de Formação Econômica e Social parecer-nos a mais adequada para auxiliar a formação de uma teoria válida do espaço. Esta categoria diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais freqüentemente lhes provém o impulso. A base mesma da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta (Santos, 1982, p. 1).

No tocante desta análise propomos a perspectiva de que as relações étnico-raciais que compõem a FES brasileira é um fenômeno constitutivo da totalidade das relações de produção e reprodução do capital na história mundial. Desta forma:

O interesse dos estudos sobre as formações econômicas e sociais está na possibilidade que eles oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre sua evolução. O estudo genético permite reconhecer, a partir de sua filiação, as similaridades entre F.E.S.; mas isso não é suficiente. É preciso definir a especificidade de cada formação, o que a distingue das outras, e, no interior da F.E.S., a apreensão do particular como uma cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzindo numa de suas frações (Santos, 1982, p. 2).

Ainda que a compreensão acerca das relações sociais dadas a partir da noção de raça tenham como fundamento as instâncias Culturais-Ideológicas, com efeitos observáveis e quantificáveis na Instância Político -Institucional; entretanto, há mais ou menos um consenso de que a questão do negro no Brasil remete à Instância Econômico -Produtiva, uma vez que:

(...) os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí, na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando dessa maneira a especificidade dos lugares. A localização dos homens, das atividades e das coisas no espaço explica-se tanto pelas necessidades «externas», aquelas do modo de produção «puro», quanto pelas necessidades «internas», representadas essencialmente

pela estrutura de todas as procuras e a estrutura das classes, isto é, a formação social propriamente dita o modo de produção expressa-se pela luta e por uma interação entre o novo, que domina, e o velho. O novo procura impor-se por toda parte, porém sem poder realizar isso completamente. O velho é o modo de produção anterior, mais ou menos penetrado pelas formas sociais e pelas técnicas que correspondem ao modo de produção «atual», em plena existência, um modo de produção puro: ele não se realiza completamente em parte alguma. Daí, igualmente, a história espacial ser seletiva (Santos, 1972).

Quando pensamos como o racismo opera na realidade brasileira, compreendemos que a não-cidadania desses grupos sociais é incorporada como o dado ideológico e imaterial que sintetiza as relações materiais de produção capitalista do espaço. O que, na concepção de Milton Santos resulta em um processo de mutilação da cidadania desses grupos, que sequer são capazes de reconhecer sua cidadania para além do que lhes foi outorgado (Santos, 1997). É de suma importância que possamos reconhecer as dimensões imateriais que se materializam no modo de produção capitalista, promovendo diferentes Formações Econômicas e Sociais nas distintas porções do espaço social.

Quando se fala de modo de produção, não se trata simplesmente de relações sociais que tomam uma forma material, mas também de seus aspectos imateriais, como o dado político ou ideológico. Todos eles têm uma influência determinante nas localizações e tornam-se assim um fator de produção, uma influência determinante nas localizações e tornam-se assim um fator de produção, uma força produtiva, com os mesmos direitos que qualquer outro fator (Santos, 1982, p.6).

No contexto da América Latina a ocupação colonial Ibérica por mais de quatro séculos, além de impulsionar a Acumulação Primitiva cristalizou a formação econômico social pautada na hierarquia entre as diferentes raças.

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados (Quijano, 2009, p.118).

Desta forma, concordamos que Colonialidade do Poder e Capitalismo mundial fundamentam a F.E.S. no Brasil a partir da síntese entre os processos mentais classificatórios das subjetividades humanas em raças, realizado em um contexto de subsunção dos mecanismos de exploração do trabalho à ordem capitalista. Tal que, a Colonialidade do Poder é a forma-poder do capitalismo mundial na América Latina. Cujas acepções:

Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial (Quijano, 2009, p. 118).

Nesse sentido, o ensaio de 1997 “As Cidarias Mutiladas” de Milton Santos, nos parece promissor a seu tempo. Uma vez que, para o autor compreende que existem “três dados centrais” para compreender a questão, do que para ele é o “preconceito, o racismo e a discriminação”. Esta fala nos é reveladora, pois, ainda que o autor admita não ser o escopo de suas produções, revela um profundo domínio da natureza de tais “questões” ao abordá-la a partir de três dimensões: A corporalidade, a individualidade e a cidadania. Sendo que, “(...) a corporalidade inclui dados objetivos, a individualidade inclui dados subjetivos e a cidadania inclui dados políticos e propósitos jurídicos” (Santos, 1997, p.135). Nesse sentido, para o autor, entender a questão do preconceito racial no Brasil requer um estudo da formação socioeconômica do País. Uma vez que se trata de uma questão “estrutural e cumulativa”.

Para o intelectual Clóvis Moura (2023):

o mais importante como caráter diferenciador entre as sociedades formadas nos demais países da América do Sul e o Brasil é a proporcionalidade da escravidão negra, a sua duração, a sua distribuição geográfica e as soluções encontradas para sua extinção (Moura, 2003, p. 32).

Para este autor, o sistema escravista vai pactuar com uma dinâmica internacional de capitalização das metrópoles e descapitalização das colônias, por conseguinte:

O sistema escravista imporá o seu ritmo de desenvolvimento e crescimento a todos os demais níveis de interação da sociedade brasileira, fazendo-nos, como não podia deixar de ser, em consequência do pequeno nível de dinamismo desse tipo de sociedade, um país com atrasos históricos, sociais políticos e culturais imensos" (Moura, 2003, p. 33).

Outrossim:

A descapitalização ou a capitalização em proporções insignificantes das colônias era um mecanismo inerente a esse tipo de economia e irá determinar, em linhas gerais o modelo subsequente que se formará: o capitalismo dependente, a ponto no Brasil isso irá influir na estruturação e no comportamento das classes que irão ser estratificadas com reflexos visíveis até os nossos dias (Moura, 2003, p. 42).

A síntese dos processos históricos que coadunam no esgotamento do modelo colonial de descapitalização, e o ingresso brasileiro à nova ordem do capital industrial e monopolista se deu em regime de continuidade; tal que "há uma imbricação, uma identificação entre a divisão social do trabalho e a divisão racial do trabalho" (Moura, 2003, p. 43). Deu-se origem ao modelo de capitalismo de tipo dependente:

O modelo que substituiu o escravismo poderá ser definido da seguinte maneira: A) A falta de um capitalismo nativo em proporção capaz de dar-lhe autonomia nacional; B-) conservação da propriedade latifundiária e C-) subordinação aos grupos, interesses e nações imperialistas; D-) existência de um aparelho de Estado altamente repressivo para impedir as manifestações da plebe marginalizada; e-) A conjugação de formas arcaicas de produção e dominação com formas modernas (...), finalmente, uma distribuição de rendas altamente concentrada (Moura, 2023, p. 47).

Ao contingente negro (pretos e pardos), egressos do regime anterior enquanto escravizados ou libertos em vias de "integração"; restou-lhes a condição da inclusão perversa ao sistema de classes, face às políticas migratórias que visaram suplantar a mão de obra técnica requerida no projeto de desenvolvimento da nação, que pressupunha a política do branqueamento racial.

Criam-se então, a partir daí, símbolos justificatórios dessa alienação e o negro passa a ser visto como inferior biológica, psicológica e culturalmente. Era, portanto, uma inversão de valores que se fazia e as classes dominantes impunham a ideologia do colonialismo o ideal a ser atingido ponto no caso particular do Brasil, o ideal era chegar-se, quando não se era branco, pelo menos a um tipo que, na escala

cromática estabelecida, mas se aproximasse dele e mais se afastasse do negro. Daí a necessidade do branqueamento (Moura, 2003, p. 43).

A despeito das ponderações à ideia de “integração” ao qual Fernandes (2007) propunha como um problema de funcionamento, ou desajuste da sociedade de classes brasileira, em virtude dos escombros da sociedade de castas, remanescente da escravidão; este fez valiosas ponderações concernentes aos dados quantitativos do censo de 1950. Neste esforço analítico, ele cunhou importantes reflexões acerca das variantes das condições da população negra nas distintas porções do território, ao considerar o quantitativo da presença negra e as condições socioeconômicas.

Dada as variações regionais imperantes no Brasil, poder-se-ia dizer que esse panorama apresenta gradações e que, portanto, as perspectivas do negro e do mulato podem ser melhores ou piores, conforme as regiões ou os estados que se tomem em conta. Esse raciocínio é legítimo, mas não deve ser admitido com ingenuidade. (...) De fato, os índices concernentes ao Leste e ao Nordeste evidenciam melhor adaptação aparente do negro e do mulato às condições socioeconômicas e culturais imperantes naquelas regiões. No entanto, aprofundando-se a análise, descobre-se facilmente que essa adaptação também dissimula uma acomodação desvantajosa (Fernandes, 2007, p. 69).

Contudo, ao analisar o contexto nas regiões Sul e Sudeste, mais especificamente em São Paulo, o autor sugere que, ainda que a população negra seja proporcionalmente menor e sofra com mais intensidade os efeitos da desvantagem competitiva na sociedade de classes de tipo urbano-industrial.

Em síntese, como sucede no Sul, a concentração social da renda e do prestígio social possui implicações raciais bem definidas: ou seja, em outras palavras, vista em termos da estrutura racial da sociedade brasileira, ela aparece, mesmo nos estados do Leste, como uma concentração racial de poder. (...) Trata-se de uma situação que evidencia, muito mais claramente que a da Bahia, em que sentido a concentração social da renda, do prestígio social e do poder é, concomitantemente, uma concentração racial de privilégios econômicos, sociais e culturais (Fernandes, 2007, p. 71).

Ilustra essa realidade com os dados do censo de 1950, que na época revelavam que a população branca no estado de São Paulo correspondia 86% da população e forneciam 84% dos empregados e 92% dos empregadores; enquanto a população negra, que ele caracterizava como o somatório entre negros e mulatos,

correspondia 11% da população, 15% dos empregados e apenas 2,5% dos empregadores (Fernandes, 2007, p. 71). Ao atualizarmos esses dados, percebe-se a continuidade da tendência de que a população negra formalmente empregada, bem como em cargos gerenciais, permaneça aquém da proporcionalidade da presença negra na porção do território. Em 2021, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, na região sudeste, a população ocupada era composta por 51,3 % de brancos e 47,4% de negros; entretanto, nos cargos gerenciais, 73,6% eram pessoas brancas e apenas 24,3% eram pessoas negras; com destaque à porcentagem de pretos, que representavam apenas 4,3% das pessoas ocupadas em cargos gerenciais (Tabela 1).

Tabela 1- Participação de trabalhadores em cargos gerenciais por cor ou raça.

Tabela 2.8 - Participação de trabalhadores em cargos gerenciais por cor ou raça, segundo características selecionadas - Brasil - 2021

Características selecionadas	Pessoas ocupadas					Pessoas ocupadas em cargos gerenciais				
	Total	Cor ou Raça				Total	Cor ou Raça			
		Branca	Preta	Parda	Preta ou parda		Branca	Preta	Parda	Preta ou parda
	Absoluto (1 000 pessoas)	Proporção (%)	Proporção (%)	Proporção (%)	Proporção (%)	Absoluto (1 000 pessoas)	Proporção (%)	Proporção (%)	Proporção (%)	Proporção (%)
Brasil	89 495	45,2	9,9	43,8	53,8	2 387	69,0	4,2	25,3	29,5
Norte	7 301	18,2	8,5	72,0	80,4	99	33,2	5,4	61,0	66,4
Nordeste	19 811	24,3	13,5	61,4	74,9	272	38,2	6,7	54,2	61,0
Sudeste	40 084	51,3	10,4	37,1	47,4	1 380	73,6	4,3	20,1	24,3
Sul	14 684	75,7	4,7	19,0	23,7	469	86,3	1,7	11,2	12,9
Centro-Oeste	7 616	34,5	9,8	54,8	64,6	167	53,1	5,6	40,4	46,0
Sexo										
Homens	52 370	43,7	10,1	45,2	55,3	1 553	68,8	4,3	25,3	29,6
Mulheres	37 125	47,2	9,8	41,9	51,7	834	69,2	4,1	25,4	29,4

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022b (acumulado de quintas visitas).

Contudo, as políticas reparatórias dos últimos vinte anos, bem como as políticas de transferência de renda, ainda que tenham surtido efeito em dados quantitativos e qualitativos sobre indicadores como renda e escolaridade. Contudo, os indicadores referentes à encarceramento e mortalidade, revelam a permanência da integração perversa do negro na sociedade de classes. Entre os 10% com menores rendimentos da região sudeste, 64,7% eram pretos ou pardos em 2021, enquanto dos 10% com maiores rendimentos, 15,8% eram pretos e pardos, no mesmo período (Tabela 2).

Tabela 2- Distribuição percentual por região de rendimento mensal domiciliar per capita por cor ou raça - 2021.

Tabela 2.9 - Distribuição percentual da população, por classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento mensal real domiciliar per capita, e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - Brasil - 2021

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Distribuição percentual da população, por classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento e cor ou raça (%)											
	Total				Entre os 10% com menores rendimentos				Entre os 10% com maiores rendimentos			
	Branca	Preta	Parda	Preta ou parda	Branca	Preta	Parda	Preta ou parda	Branca	Preta	Parda	Preta ou parda
Brasil	43,0	9,1	47,0	56,0	25,0	9,7	64,4	74,1	70,5	4,3	23,5	27,7
Norte	17,7	7,5	73,4	80,9	10,2	6,7	80,9	87,6	31,2	6,5	60,6	67,2
Nordeste	24,7	11,4	63,2	74,6	20,4	9,6	68,9	78,5	40,1	8,5	50,6	59,0
Sudeste	50,7	9,6	38,7	48,2	34,7	12,5	52,2	64,7	77,7	3,8	15,8	19,6
Sul	75,2	4,3	19,9	24,2	61,5	6,3	31,8	38,1	89,1	1,8	8,1	9,9

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2021 (acumulado de quintas visitas).

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022b (acumulado de quintas visitas).

Em relação ao rendimento-hora médio entre brancos e negros na região Sudeste entre pessoas com nível superior revela indícios da discriminação racial no âmbito do mercado de trabalho. Em 2021, enquanto brancos recebiam R\$36,90, pessoas negras recebiam R\$23,70 (Tabela 3). Cabe ressaltar que a tendência se repete em todos os níveis de instrução. Em 2012, ano em que a lei 12.711 (lei de cotas) foi sancionada no Brasil, os dados eram semelhantes, com pessoas brancas recebendo em média por hora, na região Sudeste, R\$40,60, enquanto brancos e negros recebiam R\$28,40 (Tabela 4).

Tabela 3 - Rendimento-hora médio real habitual do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por nível de instrução, segundo as Grandes Regiões e cor ou raça - Brasil – 2021.

Tabela 2.7 - Rendimento-hora médio real habitual do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por nível de instrução, segundo as Grandes Regiões e cor ou raça - Brasil - 2021					
Grandes Regiões e cor ou raça	Rendimento-hora médio real habitual do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (R\$)				
	Total	Nível de instrução			
		Sem instrução ou fundamental incompleto	Ensino fundamental completo ou médio	Ensino médio completo ou superior incompleto	Ensino superior completo
Brasil	14,8	7,9	8,8	11,3	30,9
Norte	11,8	7,0	7,6	9,5	27,6
Nordeste	10,8	5,7	6,9	9,1	26,6
Sudeste	16,8	8,7	9,3	11,9	33,3
Sul	15,7	9,9	10,4	12,9	28,6
Centro-Oeste	16,0	10,1	9,6	11,7	31,6
Branca					
Brasil	19,0	9,2	9,9	13,0	34,4
Norte	15,4	8,5	8,5	11,4	30,0
Nordeste	14,6	6,1	7,6	10,4	32,1
Sudeste	21,1	9,3	9,9	13,3	36,9
Sul	17,0	10,4	10,9	13,5	29,2
Centro-Oeste	20,4	10,8	9,9	13,2	36,0
Preta					
Brasil	10,9	7,3	8,7	9,6	22,9
Norte	10,1	6,8	8,6	9,1	21,0
Nordeste	9,0	5,8	6,2	8,5	21,2
Sudeste	11,7	8,2	9,9	9,8	23,5
Sul	12,2	8,7	9,3	11,6	25,9
Centro-Oeste	13,0	8,5	9,3	11,3	23,7
Parda					
Brasil	11,3	7,3	8,1	10,0	24,8
Norte	11,1	6,7	7,2	9,0	27,3
Nordeste	9,6	5,6	6,8	8,7	23,7
Sudeste	12,0	8,4	8,6	10,7	23,8
Sul	11,7	8,8	9,5	11,1	23,8
Centro-Oeste	13,7	10,1	9,4	11,0	27,9
Preta ou parda					
Brasil	11,2	7,3	8,2	9,9	24,4
Norte	11,0	6,7	7,3	9,0	26,6
Nordeste	9,5	5,6	6,7	8,7	23,3
Sudeste	11,9	8,3	8,9	10,5	23,7
Sul	11,8	8,7	9,4	11,2	24,2
Centro-Oeste	13,6	9,9	9,4	11,0	27,2

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2021 (acumulado de quintas visitas).

Fonte: IBGE, 2022b.

Tabela 4 -Rendimento-hora médio real habitual do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por nível de instrução, segundo as Grandes Regiões e cor ou raça - Brasil – 2012.

Tabela 2.7 - Rendimento-hora médio real habitual do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por nível de instrução, segundo as Grandes Regiões e cor ou raça - Brasil - 2012					
Grandes Regiões e cor ou raça	Rendimento-hora médio real habitual do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (R\$)				
	Total	Nível de instrução			
		Sem instrução ou fundamental incompleto	Ensino fundamental completo ou médio	Ensino médio completo ou superior incompleto	Ensino superior completo
Brasil	14,5	8,3	9,8	13,3	36,7
Norte	11,9	7,7	8,6	12,5	31,6
Nordeste	10,4	5,8	7,4	10,8	32,9
Sudeste	16,2	9,3	10,3	13,7	38,1
Sul	15,6	10,4	11,2	14,7	33,8
Centro-Oeste	16,9	9,6	10,9	15,0	43,9
Branca					
Brasil	18,3	9,9	10,9	14,9	39,5
Norte	16,7	10,4	9,9	14,6	38,3
Nordeste	13,8	6,2	8,1	12,2	37,1
Sudeste	19,8	10,4	10,9	15,2	40,6
Sul	16,6	11,1	11,6	15,1	34,5
Centro-Oeste	21,8	10,4	12,4	17,2	48,6
Preta					
Brasil	10,8	7,5	9,3	11,2	29,9
Norte	11,4	7,6	8,7	12,9	32,9
Nordeste	9,3	5,8	7,6	10,3	28,2
Sudeste	11,3	8,2	10,0	11,1	30,6
Sul	11,2	8,6	9,8	13,0	22,4
Centro-Oeste	12,9	9,4	9,7	12,2	34,8
Parda					
Brasil	10,8	7,3	8,8	11,5	29,4
Norte	10,4	7,1	8,2	11,8	26,8
Nordeste	9,1	5,7	7,1	10,2	29,5
Sudeste	11,6	8,5	9,6	11,8	27,9
Sul	11,1	8,6	10,1	12,5	26,8
Centro-Oeste	13,8	9,3	10,2	13,6	37,1
Preta ou parda					
Brasil	10,8	7,3	8,9	11,5	29,5
Norte	10,5	7,2	8,3	11,9	27,3
Nordeste	9,1	5,7	7,1	10,3	29,3
Sudeste	11,5	8,4	9,7	11,7	28,4
Sul	11,1	8,6	10,0	12,6	25,8
Centro-Oeste	13,6	9,3	10,1	13,5	36,8

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2012 (acumulado de primeiras visitas).

Fonte: IBGE/2022b.

Em relação a progressão da população em situação prisional entre 2005 e 2021 no Brasil, observa-se uma redução de 10,8 pontos percentuais entre pessoas brancas e um aumento de 9,1 ponto percentual, tal que brancos representam 29% da população encarcerada, enquanto negros representam 67,5% (Tabela 5) da

população encarcerada, de acordo com os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022). Trata-se de um processo de encarceramento em massa, que historicamente criminaliza a pobreza e coloca em prática um projeto de extermínio centrado na população negra, masculina e pobre (Borges, 2018). As mortes violentas intencionais, de acordo com o mesmo relatório, incidem majoritariamente sobre a população negra, representando 84,1% das mortes em decorrência de intervenção policial (Tabela 6).

Tabela 5 - Evolução da população prisional 2005-2021.

TABELA 110

Evolução da população prisional por cor/raça ⁽¹⁾
Brasil, 2005-2021

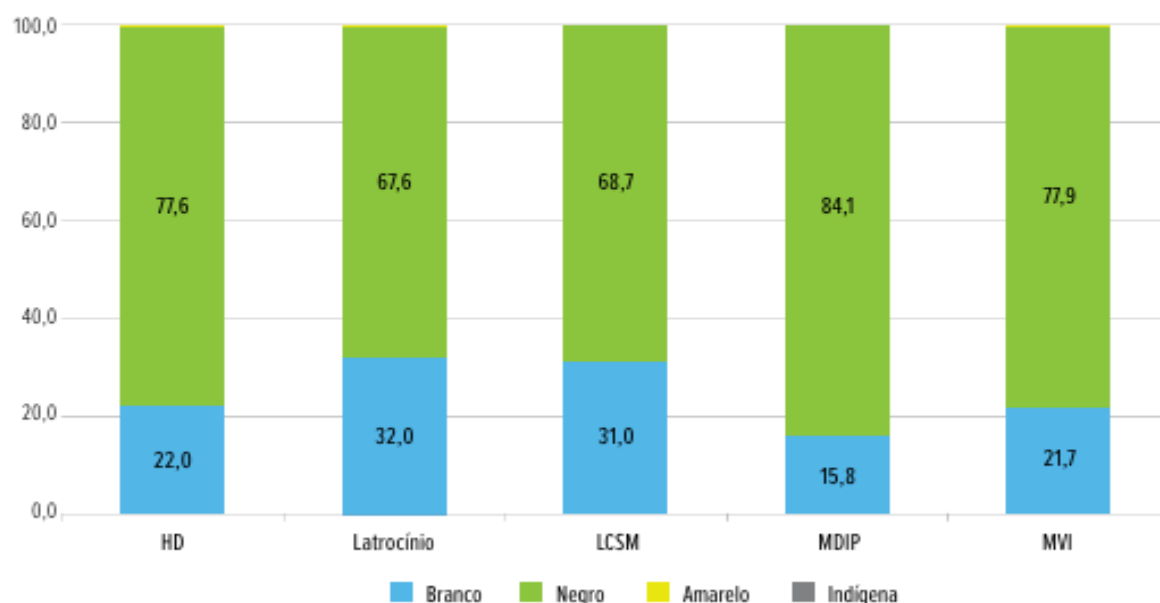
Ano	Negra ⁽²⁾		Branca		Amarela		Indígena		Outras	
	Ns. Absolutos	%	Ns. Absolutos	%	Ns. Absolutos	%	Ns. Absolutos	%	Ns. Absolutos	%
2005	91.843	58,4	62.574	39,8	1.046	0,7	279	0,2	1398	0,9
2006	135.426	56,7	97.422	40,8	1.587	0,7	602	0,3	3989	1,7
2007	199.842	58,1	137.436	39,9	2.234	0,6	539	0,2	4053	1,2
2008	217.160	56,8	147.438	38,5	2.733	0,7	511	0,1	14.685	3,8
2009	240.351	59,0	156.197	38,4	2.026	0,5	521	0,1	8.058	2,0
2010	252.796	59,8	156.535	37,0	2.006	0,5	748	0,2	10.686	2,5
2011	274.058	60,3	166.340	36,6	2.180	0,5	769	0,2	10.809	2,4
2012	294.999	60,7	173.463	35,7	2.314	0,5	847	0,2	13.996	2,9
2013	307.715	61,7	176.137	35,3	2.755	0,6	763	0,2	11.527	2,3
2014	312.625	61,7	188.695	37,2	3.312	0,7	666	0,1	1.608	0,3
2015	289.799	63,5	162.731	35,7	3.028	0,7	770	0,2	-	-
2016	340.611	63,6	188.741	35,2	3.111	0,6	654	0,1	2.627	0,5
2017	370.976	64,5	198.244	34,5	5.022	0,9	1.090	0,2	-	-
2018	399.657	66,0	198.804	32,9	5.522	0,9	1.201	0,2	-	-
2019	438.719	66,7	212.444	32,3	5.291	0,8	1.390	0,2	-	-
2020	397.816	66,3	195.085	32,5	5.864	1,0	1.167	0,2	-	-
2021	429.255	67,5	184.682	29,0	19.012	3,0	3.245	0,5	-	-
Varição (entre 2005-2021) - em %	367,4	-	195,1	-	1717,6	-	1063,1	-	-	-

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

Gráfico 1: Vítimas de mortes violentas intencionais por tipo de ocorrência e raça e cor.

GRÁFICO 04

Vítimas de Mortes Violentas Intencionais - por tipo de ocorrência e raça/cor
Brasil (2021)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

Neste ponto da análise acerca das relações étnico-raciais no Capitalismo monopolista-industrial, tal qual analisou Lélia Gonzalez no final do século XX, tratavam da "neurose cultural" vigente; que tratou da questão dualista, que atribuía a condição do negro ao "atraso" face à necessidade de "modernizar", de duas formas: seja pela via do apagamento, sobretudo, durante o regime militar, ou como panaceia do atraso residual de uma estrutura de castas a ser superada na dimensão da própria luta de classes, como propôs Fernandes (2007) e toda uma literatura crítica subsequente.

Se colocarmos a temática do dualismo sociológico (sociedade tradicional/ sociedade moderna coexistindo num mesmo país), constatamos, a partir da inteligibilidade dessa lógica da incoerência, a necessidade de reequacionar certas análises: se o sistema enquanto um todo exige a redução da interdependência de suas partes, é claro que, se a autonomia relativa de uma delas for ameaçada, o sistema também o será. Que se atente, por exemplo, para o "realismo sociológico" da burguesia paulista durante o governo Goulart: as campanhas de alfabetização do Nordeste se tornaram ameaçadoras para ela, na medida em que se traduziram em custos econômicos e riscos políticos. É nesse tipo de contexto que se inscreve o mito da democracia brasileira (Gonzalez, 2020, p. 185).

Nesse sentido, a raça é reprodutora da hierarquia da classe em dois níveis: no da reprodução dos lugares das classes e no da reprodução dos atores e sua distribuição entre os lugares:

A raça, como atributo socialmente elaborado, está relacionada principalmente ao aspecto subordinado da reprodução das classes sociais a reprodução (formação -qualificação-submissão) e a distribuição dos agentes. Portanto, as minorias raciais não estão fora da estrutura de classe das sociedades multirraciais em que as relações de produção capitalistas - ou outras relações de produção, no caso - são dominantes. Outrossim, o racismo, como articulação ideológica incorporada e realizada através de um conjunto de práticas materiais de discriminação, é o determinante primário da posição dos não brancos dentro das relações de produção e distribuição. Como se verá se o racismo (bem como o sexismo) torna-se parte da estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas do capitalismo, então a reprodução de uma dívida racial (ou sexual) do trabalho pode ser explicada sem apelar para preconceito e elementos subjetivos" (Hasembalg, 1981 *apud* Gonzalez, 2020, p. 186).

Contudo, Lélia aprofunda a crítica latente à construção da chamada "consciência crítica" que desvelou a ordem sem romper com ela. Lélia González, assim como Neusa Souza (1983), Cida Bento (2022) e Sueli Carneiro (2023), buscaram evidenciar as tais dimensões subjetivas e biopolíticas do racismo, enquanto construção do pensamento psico-social brasileiro. No ensaio "Racismo e sexismo na cultura brasileira", González (2020) expõe a "denegação" com que o racismo à brasileira imprime as opressões de raça e gênero na naturalização dos lugares socialmente atribuídos na hierarquia social, no qual o negro é "infantilizado", ou seja, subtraído em sua fala, no intuito de domesticá-lo. Apto a desempenhar alguns papéis, sendo destinado às mulheres negras, como exemplo do interpolamento das relações de opressão de gênero e raça que serão posteriormente aprofundadas pela noção de inteseccionalidade (Crenshaw, 1989; Akotirene, 2019), dois papéis: o da doméstica ou da mulata.

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra, pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos "mulata" e "doméstica" são

atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas (González, 2020, p.80).

O mito da democracia racial e a política do branqueamento escamoteada no lusotropicalismo de Gilberto Freyre, tomam contorno de “máscaras brancas” a serem vestidas pelos negros que experimentaram o relativo processo de ascensão social na sociedade de classes, cujos indicadores de exceção se prestavam a confirmar a regra. A dominação, expressa e acabada na forma de auto ódio, a imprecisão derivada do colorismo (Devulsky, 2021), trataram de completar o aspecto imaterial e ideológico do racismo, a compor as estruturas sociais internalizadas na produção e reprodução do sujeito, tal qual refletiu Neusa Souza.

Lutando, muitas vezes, contra a maré da dominação, o negro foi, aos poucos, conquistando espaços que o integravam à ordem social competitiva e lhe permitiam classificar-se no sistema vigente de classes sociais. A ascensão surgia, assim, como um projeto cuja realização traria consigo a prova inofismável dessa inserção. (...) E, como naquela sociedade, o cidadão era o branco, os serviços respeitáveis eram os "serviços-de-branco", ser bem tratado era ser tratado como o branco. Foi com a disposição básica de ser gente que o negro organizou-se para a ascensão, o que equivale dizer: foi com a principal determinação de assemelhar-se ao branco - ainda que tendo que deixar de ser negro que o negro buscou, via ascensão social, tornar-se gente (Souza, 1983, p. 20).

Cabe ressaltar como tais análises em meados do fim do século XX foram de suma importância para a compreensão estrutural do racismo. Daí, podemos compreender os condicionantes históricos, econômicos, culturais e políticos, que fazem do racismo, mais do que um fenômeno social. Trata-se da condição *sine qua non* da manutenção da estrutura social, tal qual propõe Almeida (2018).

Raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim, a história da raça, ou das raças, é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas (Almeida, 2018, p. 19).

Nesse sentido, define-se racismo no Brasil, como “(...)uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios

para indivíduos, a depender do grupo racial a qual pertençam” (Almeida, 2018, p. 18). O que nos leva à dimensão da individualidade e da cidadania. Para Milton Santos:

Ser cidadão (...) é ser como o Estado, é ser um indivíduo dotado de direitos que lhe permitem não só se defrontar com o Estado, mas afrontar o Estado. O cidadão seria tão forte quanto o Estado. O indivíduo completo é aquele que tem a capacidade de entender o mundo e que, se ainda não é cidadão, sabe o que poderiam ser os seus direitos (Santos, 1997, [s/p]).

Desta forma, ao qualificar a cidadania no Brasil, Santos é categórico ao afirmar que “(...) há cidadania e cidadania. Nos países subdesenvolvidos de um modo geral há cidadãos de classes diversas, há os que são mais cidadãos, os que são menos cidadãos e os que nem mesmo ainda o são” (Santos, 2011, p. 120). O que é circunscrita em uma hierarquia social fundada na noção de privilégio reprodutível a partir da negação de direitos aos grupos subalternizados, tal qual os negros no Brasil.

(...) me pergunto se a classe média é formada de cidadãos, eu digo que não. Em todo o Brasil não o é, porque não é preocupada com direitos, mas com privilégios. O processo de desnaturaçãõ da democracia amplia a prerrogativa da classe média, ao preço de impedir a difusão de direitos fundamentais para a totalidade da população. E o fato de que a classe média goze de privilégios, não de direitos, que impede aos outros brasileiros ter direitos. E é por isso que no Brasil quase não há cidadãos. Há os que não querem ser cidadãos, que são as classes médias, e há os que não podem ser cidadãos, que são todos os demais, a começar pelos negros que não são cidadãos (Santos, 1997, p. 133-134).

A negação da cidadania ao grupo social negro se torna a prerrogativa do ocultamento dos corpos na cidade, propondo mecanismos de regulação da exclusão no território. No artigo “Apontamentos sobre a dimensão imaginativa da existência negra nas cidades” de Gabriela Leandro, a pesquisadora, doutora em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA, nos alerta sobre a necessidade da “construção de uma reflexão sobre a pouca expressividade com a qual os estudos no campo da arquitetura, urbanismo e planejamento urbano, abordam a relevância da presença negra nos processos de produção da cidade” (Pereira; Pereira, 2018, p. 2).

Desta forma, pensar a presença negra no território tem a ver com poder. Como versa Haesbaert “não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação” (Haesbart, 2004, p. 3). Desta forma, o escopo deste trabalho é fazer a reflexão de como a disputa no campo simbólico opera na produção

de espacialidades e territorialidades, uma vez que a experiência do colonialismo, ainda que encerrada nos países do Sul Global, toma outros contornos enquanto projeto de poder e saber.

Nesse sentido, empreendemos, neste trabalho, um esforço analítico epistemológico acerca do caráter fluído da cultura (Barth, 2005), que opera na realidade tanto como produtora e reprodutora do poder hegemônico, como contra hegemônico. Sendo a “cultura negra” em suas diferentes matrizes e linguagens, parte deste contínuo processo de resistência ao apagamento histórico perpetrado pelo racismo (Pires, 2006). Outrossim, identidade e memória são reivindicadas por estes sujeitos, ainda que como interface de “comunidades imaginadas” para a produção de futuros fundamentados em contranarrativas do passado (Hall, 2006). Desta forma, evidenciamos que a necessidade de descolonizar os saberes dentro do campo do Planejamento Urbano requer deslocar dos lugares habituais, conteúdos, leituras, produções, sujeitos, narrativas, bem como, as manifestações da presença negra e trazê-las sob julgo de outros regimes de visibilidades (Pereira; Pereira, 2018); para que possam disputar a legitimidade necessária no campo.

Por conseguinte, a ausência de produção que revele o negro no espaço urbano para além da condição de “subalterno”, “excluído” ou “vitimado” requer o uso de metodologias participativas que desloquem, além dos saberes, o sujeito da pesquisa da condição inanimada de “objeto de pesquisa”.

3.1 O Planejamento Urbano Racializado

A questão do negro no Brasil é um amplo debate que foi historicamente encampado pelas áreas das Ciências Sociais e Humanas a partir da metade do século XX. Contudo, “os temas raciais conheceram crescimento vertiginoso, desconcentrando as pesquisas que até então vinham sendo desenvolvidas em áreas como a sociologia, a antropologia e a história”; tal que, outras áreas “como a educação, a psicologia, a saúde, a economia, dentre outras, passaram a figurar como campos de estudos que recepcionam as temáticas raciais” (Pereira; Pereira, 2021 p. 46). No Planejamento Urbano; ciência cujo princípio epistemológico é a racionalização do espaço pelo ordenamento da cidade industrial, o apagamento da subjetividade e das identidades na produção do espaço é elemento fundante; que objetivamos engrossar o coro daqueles que objetivam esta superação em todos os campos do conhecimento científico. Uma vez que a “própria academia se constituiu por muitos

anos como um espaço de produção de conhecimento excludente e promotor de epistemicídios” (Pereira; Pereira, 2018, p. 115).

O Planejamento Urbano é um campo do conhecimento científico que data do século XIX e que tem como “objeto” o estudo sobre o “urbano” (Choay, 1965). No entanto, a compreensão de urbanidade que se considera é aquela oriunda do ordenamento histórico, social e político que advém das relações capitalistas de produção. Na qual, Camargo, Lamparelli e George sumariamente designam a única acepção que importa ao campo, porque:

Assim, propomos como processo determinante do urbano a dinâmica do desenvolvimento das forças produtivas, articulada com a produção e reprodução da população e com as questões políticas dentro de uma formação social. É evidente que a cada etapa desse desenvolvimento e seu correspondente modo de produção deverá estar associado um determinado urbano. Não tentaremos aqui examinar em detalhe a situação anterior à implantação do modo de produção capitalista, pois só a partir desse momento nos interessa o problema (Camargo; Lamparelli; George, 2007, p. 3).

Nesse sentido, ao adentrarmos ao campo somos socializados nessa narrativa que propõe a racionalidade técnico-científica como pressuposto e escopo de desenvolvimento do pensamento social, tal que a validade discursiva a que se designa é de pretensa universalidade e superioridade. A este respeito, Krenak vai dizer que “O capitalismo precisa de uma plataforma — que é urbana” e essa concepção de “(...) urbanidade institui um modo de vida que já está sendo chamado de necrocapitalismo”, uma vez que “a ontologia do sujeito que nasceu na cidade, que tem o pensamento urbano, é tão potente que acaba influenciando as culturas do mundo todo” (Krenak, 2022, p. 30).

Nesse sentido, somos introduzidos nos esforços de compreensão de uma “história única” (Adichie, 2019) que se fundamenta na concepção “dos vencedores” (Benjamin *apud* Salomão, 2019); do que sejam os antagonismos entre “desenvolvimento e atraso”, “centro e periferia”, “rural e urbano”, “planejado e desordenado”. Somos submersos em uma temporalidade linear, quando muito, espiralar e ascendente, e ainda que em acepções críticas, geralmente partem de modelos autoreferenciados enquanto antítese. Contudo, não se trata de fazer a rejeição sumária de tais premissas, pois, estas perspectivas seculares atravessam as diferentes realidades ao fagocitá-las. Se trata de galgar os olhares e narrativas que não aparecem nas estatísticas, nos relatórios de impacto, tampouco, nas interpretações subjetivadas dos investigadores atentos e comprometidos com as

vivências do "outro", que são descritas a partir de percepções à priori do que venha a ser a "humanidade" em condições "adequadas" ou "inadequadas" de vida.

De certo, a menor unidade de medida da ciência é o "homem" enquanto gênero humano; no entanto, este enquanto valor genérico, ainda que em vias de "descentramento" (Hall, 2006), sequer abrangeu outras formas de humanidades, senão àquelas produtoras e produzidas a partir dos referenciais do Norte global, por não considerar humanidades outras. A concepção de urbanidade parece retroalimentar-se dos mitos civilizatórios que fundaram a expropriação colonial, que seguiram em regime de colonialidade (Quijano, 2005), ainda que tenha sido alterado o regime de acumulação. No entanto, a expropriação não se deu apenas pela via da imposição do Homem sobre os "sub-homens", deu-se, também, pela via do uso irracional dos recursos naturais e da redução do ambiente ao "meio" como estes "Homens" empreenderiam seu projeto de ocupação predatória do espaço. A este respeito, Krenak é categórico ao nos alertar que:

A arquitetura moderna ampliou a máxima de que a civilização precisa de cimento e ferro. Esse é um pensamento que se relaciona com o mundo nos termos de consumo de matérias não renováveis: usou ferro, acabou; usou cimento, acabou. Se você faz um projeto que precisa de cimento, pedra, ferro, vidro e o escambau, isso é a mesma coisa que usar combustível fóssil. Eu não conheço nenhuma montanha que volte a produzir cimento e pedra depois de extraídos do corpo dela. Se a gente devora montanhas e engole o subsolo da Terra para erguer cidades, o que estamos fazendo, como diria Drummond, é animar a maquinação do mundo (Krenak, 2022, p. 31).

Desta forma, podemos observar como tendência uma acepção de planejamento urbano, desde a sua origem, funcionalista, perpassando pelas críticas estruturalistas, como seara de percepção do espaço, dos objetos e das relações econômicas em detrimento dos sujeitos que historicamente o protagonizaram. Nesse sentido, concordamos que este pensamento urbanístico deva ser reposicionado no campo do planejamento regional, por compreender que "não há possibilidade de pensar a cidade apartada da dimensão histórica e da formação sociocultural do Brasil" (Pereira; Pereira, 2021 p.111).

A perpetuação de um planejamento urbano fundado nos objetos, reproduz-se uma categoria de "sub-homens" cujas vidas são tratadas a partir de políticas públicas fundamentadas em interesses privados e mercadológicos. Tal que, as narrativas destes sujeitos, sequer são consideradas, quando muito, senão como panaceia de uma concepção de desenvolvimento, democracia, gestão participativa, mérito e livre mercado tão ilusórias quanto perversas. Desta forma, é de fundamental importância

que o “olhar” do corpo técnico envolvido na produção destas políticas públicas, esteja atravessado por questionamentos que tensionam a lógica do próprio ato de “planejar” a partir da ótica dos interesses daqueles entes, públicos ou privados, que estejam contratando os trabalhos e assessorias, tal qual tem feito suas proposições, o intelectual orgânico, Ailton Krenak ao propor um tensionamento entre a lógica “campo/cidade”.

O ativista originário é categórico e lança as bases para se pensar um futuro ancestral pela via do tensionamento das epistemologias que definem o campo do planejamento urbano:

Temos que parar com essa fúria de meter asfalto e cimento em tudo. Nossos córregos estão sem respirar, porque uma mentalidade de catacumba, agravada com a política do marco sanitário, acha que tem que meter uma placa de concreto em cima de qualquer corretozinho, como se fosse uma vergonha ter água correndo ali. A sinuosidade do corpo dos rios é insuportável para a mente reta, concreta e ereta de quem planeja o urbano. Hoje, na maior parte do tempo, o planejamento urbano é feito contra a paisagem” (Krenak, 2022, p. 34).

Essa continuidade da forma-poder colonial na regulação do espaço e na produção do território pode ser definida como colonialidade territorial, como evidência Farrés e Mataran (2012).

(...) a colonialidade do saber territorial tem sido estabelecida nas próprias práticas profissionais onde certos saberes impõem-se sobre as decisões a respeito de como conceber e habitar o território, a cidade e a arquitetura. A prova disso são: o privilégio com que as disciplinas científicas universalizam noções ocidentais de vida urbana; a própria hierarquia outorgada ao “ser urbano” sobre o “ser não urbano” como modelo de existência; ou a desvalorização que o ensino do desenho urbano-arquitetônico generalizado faz do tradicional, vernáculo ou popular como resposta válida aos problemas atuais (Farrés; Maratan, 2019, p. 389).⁴

⁴ No original: (...) la colonialidad del saber territorial ha sido establecida en las propias prácticas profesionales donde ciertos saberes dominan en las decisiones respecto a cómo concebir y habitar el territorio, la ciudad y la arquitectura. Muestras de ello son: el privilegio con que las disciplinas científicas universalizan nociones occidentales de territorio, ciudad y arquitectura; la exportación de los patrones occidentales de vida urbana; la propia jerarquía otorgada al “ser urbano” sobre el “ser no-urbano” como modelo de existencia; o la subvaloración que la enseñanza del diseño urbano-arquitectónico generalizada hace de lo tradicional, vernáculo o popular como respuesta válida a los problemas actuales (Farrés; Maratan, 2019, p. 389).

Raul Zibechi (2006) ao propor que as periferias urbanas da América Latina representam por si só o tensionamento necessário ao campo por tensionar o próprio território, uma vez que as produções acadêmicas críticas advindas do Norte, tendem a tratar dos pobres, da pobreza e das questões concernentes às condições de vida destes sujeitos, como objetos, portanto, como “problemas sociais”.

Minha hipótese é que, no último meio século, as periferias urbanas das grandes cidades têm formado um mundo próprio, percorrendo um longo caminho: da apropriação da terra e do espaço à criação de territórios; da criação de novas subjetividades à constituição de novos sujeitos políticos, diferentes da velha classe operária industrial sindicalizada; do desemprego à criação de novos ofícios, dando lugar a economias contestatórias (Zibechi, 2006, p.81).⁵

A partir de experiências rurais e urbanas, Zibechi (2006) sugere que as lutas territoriais são um campo fértil de produção de identidades, novos padrões de sociabilidade, e, por conseguinte, novos padrões de poder. Tal que o “território é então o espaço onde se desenvolvem relações sociais diferentes das capitalistas hegemônicas, aqueles lugares onde os coletivos podem praticar modos de vida diferenciados” (Zibechi, 2006, p.41)⁶. Outrossim:

“uma nova” teoria urbana ou “um novo” método de trabalho como projetos universalistas para o urbanismo, mas reivindicando a necessidade de uma «atitude decolonial» em relação à crítica aos processos de homogeneização e perda de identidade na práxis arquitetônica, urbana e territorial que abra espaços dentro da academia para as «teorias urbanas outras» que não são “novas” mas que permaneceram em uma marginalidade produto da colonialidade exercida pelos saberes hegemônicos, apesar de terem existido e sustentado a geração de outras concepções espaciais tanto fora da modernidade (epistemologias espaciais ausentes) quanto dentro desta (epistemologias emergentes) (Farrés; Maratan, 2012, p. 355).⁷

⁵ No original: Mi hipótesis es que en el último medio siglo las periferias urbanas de las grandes ciudades han ido formando un mundo propio, transitando un largo camino: de la apropiación de la tierra y el espacio a la creación de territorios; de la creación de nuevas subjetividades a la constitución de sujetos políticos nuevos y diferentes respecto a la vieja clase obrera industrial sindicalizada; de la desocupación a la creación de nuevos oficios para dar paso a economías contestatarias. (Zibechi, 2006 p.81).

⁶ Original: “El territorio es entonces el espacio donde se despliegan relaciones sociales diferentes a las capitalistas hegemónicas, aquellos lugares en donde los colectivos pueden practicar modos de vida diferenciados”.

⁷ Original: ““una nueva” teoría urbana o “un nuevo” método de trabajo como proyectos universalistas para el urbanismo, sino reivindicando la necesidad de una «actitud decolonial» en relación con la crítica a los procesos de homogenización y pérdida de identidad en la praxis arquitectónica, urbana y territorial que abra espacios dentro de la academia para las «teorías urbanas otras» que no son “nuevas” sino que han permanecido en una marginalidad producto de la colonialidad ejercida por los saberes

Essa abordagem surge como alternativa possível ao campo, sobretudo àqueles que coadunam com uma perspectiva comprometida com a transformação da realidade social. Portanto:

Esta conclusão não é um mero jogo intelectual pós-moderno: aponta para descolonizar a hierarquia epistêmica ocidental, reconhecendo outros paradigmas que escapam à 'racionalidade' moderna, outros sistemas de conhecimentos (tecnológicos, estéticos, perceptivos, simbólicos...), que não só acumulam extensas experiências (muitas vezes milenares) mas que, longe de serem históricos, tradicionais, folclóricos, vernáculos, kitsch... (adjetivos utilizados pela historiografia da arquitetura e do urbanismo para colocá-los abaixo da linha abissal marcada unilateralmente pelos intelectuais da modernidade), são atuais porque, frente ao problema totalmente contemporâneo que são as insustentáveis tendências globais da práxis dominante, oferecem alternativas de povoamento humano ecológicas e com identidade. Esta abertura supõe redefinir e ampliar a gnose do 'urbano', que deve ser vista de forma sistêmica, transdisciplinar e intercultural para acabar com a colonialidade territorial (Farrés; Maratan, 2012, p. 355).⁸

Na próxima seção iremos nos debruçar sobre como o chamado Movimento Negro tem historicamente tensionado o racismo estrutural no Brasil, configurando-se como um ator político a tensionar as relações no território. Veremos, também, como este tem se posicionado frente aos processos históricos que conformaram a formação econômico-social local, considerando as contradições intrínsecas a este processo.

hegemónicos a pesar de que han existido y sustentado la generación de otras concepciones espaciales tanto fuera de la modernidad (epistemologías espaciales ausentes) como dentro de esta (epistemologías emergentes).

⁸ Original: Esta conclusión no es un mero juego intelectual posmoderno: apunta a descolonizar la jerarquía epistémica occidental reconociendo otros paradigmas que escapan a la "racionalidad" moderna, otros sistemas de conocimientos (tecnológicos, estéticos, perceptivos, simbólicos...), que no sólo acumulan extensas experiencias (muchas veces milenarias) sino que, lejos de ser históricos, tradicionales, folklóricos, vernáculos, kitsch.... (adjetivos utilizados por la historiografía de la arquitectura y el urbanismo para colocarles por debajo de la línea abismal marcada unilateralmente por los intelectuales de la modernidad), son actuales porque, frente al problema totalmente contemporáneo que son las insostenibles tendencias globales de la praxis dominante, aportan alternativas de poblamiento humano ecológicas y con identidad. Esta apertura supone redefinir y ampliar la gnosis de "lo urbano", que ha de ser vista de forma sistémica, transdisciplinaria e intercultural para acabar con la colonialidad territorial.

4 A EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL COMO RESPOSTA AO RACISMO ESTRUTURAL NO TERRITÓRIO

Gomes (2019) nos chama atenção para o caráter pedagógico dos movimentos sociais ao articularem e produzirem os:

saberes construídos pelos grupos não hegemônicos e contra-hegemônicos da nossa sociedade”, tal que, “muito do conhecimento emancipatório produzido (...) se deve ao papel educativo desempenhado por esses movimentos, que indagam o conhecimento científico, fazem emergir novas temáticas, questionam conceitos e dinamizam o conhecimento (Gomes, 2019, p. 14).

Nesse sentido, nos cabe revisitar constantemente as reflexões produzidas no interior destes movimentos, sobretudo, a partir de suas práticas e, quando necessário, submeter o arcabouço produzido nos espaços acadêmicos a estas. Desta forma, deve-se destacar o Movimento Negro como o ator político histórico que, em especial, no Brasil desde o início do século XX impôs o debate público sobre o racismo, tensionando as relações sociais racistas e tendo como fundamento a noção de “raça”. Conquanto, o Movimento ressignificou e afirmou positivamente tais identidades políticas, tal que a “raça” passou a ser fator aglutinador da estratégia comum destes movimentos.

Para o movimento negro, a “raça”, e, por conseguinte, a identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o movimento negro, a “raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação (Domingues, 2007, p. 102).

Partimos da definição de Joel Rufino dos Santos (1985) para Movimento Negro, que na concepção de Domingues (2007) tem o seu valor militante em detrimento da concepção historiográfica. Para Rufino, movimento negro são:

(...) todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo [aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro], fundadas e promovidas por pretos e negros (...). Entidades religiosas [como terreiros de candomblé, por exemplo], assistenciais [como as confrarias coloniais], recreativas [como “clubes de negros”], artísticas [como os inúmeros

grupos de dança, capoeira, teatro, poesia], culturais [como os diversos “centros de pesquisa”] e políticas [como o Movimento Negro Unificado]; e ações de mobilização política, de protesto antidiscriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e ‘folclóricos’ – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, externa, contemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro. (Rufino *apud* Domingues, 2007 p.103).

Para Domingues (2007), no artigo “Movimento Negro: alguns apontamentos históricos”, a concepção alargada de Movimento Negro de Rufino é problemática do ponto de vista historiográfico, pois estariam estes associados aos tensionamentos realizados pela população negra sob a égide da república. Contudo, outro elemento questionado por Domingues, diz respeito ao caráter “explícito” da luta que tais movimentos poderiam galgar, para assim, o serem considerados. Tal que, nas mobilizações oriundas de grupos culturais, na sua concepção, o teor de luta pode ser difuso ou indireto. A este respeito, Regina Pahim Pinto (1993) compreende Movimento Negro como “um conjunto das iniciativas de natureza política (*stricto sensu*), cultural, educacional ou de qualquer outro tipo que o negro vem tomando, com o objetivo deliberado de lutar pela população negra”.

Nessa linha, Domingues (2007) aprofunda o debate ao se referir ao “movimento político de mobilização racial (negra)”, que incida na estrutura social e política, dedicando-se a elaborar uma temporalidade linear em 4 etapas sobre os movimentos negros que protagonizaram as lutas no século XX e XXI.

Na primeira fase do Movimento Negro dito “organizado”, para Domingues, efervescência e dinamismo marcam o período, com o nascimento de algumas dezenas de jornais e boletins que denunciavam a condição do povo negro egresso da escravidão, tal que, nesta primeira fase “o movimento negro organizado era desprovido de caráter explicitamente político, com um programa definido e projeto ideológico mais amplo” (Domingues, 2007, p.105):

Para reverter esse quadro de marginalização no alvorecer da República, os libertos, ex-escravos e seus descendentes instituíram os movimentos de mobilização racial negra no Brasil, criando inicialmente dezenas de grupos (grêmios, clubes ou associações) em alguns estados da nação. (...) De cunho eminentemente assistencialista, recreativo e/ou cultural, as associações negras conseguiam agregar um número não desprezível de “homens de cor”, como se dizia na época. Algumas delas tiveram como base de formação determinadas classes de trabalhadores negros, tais como: portuários, ferroviários e ensacadores, constituindo uma espécie de entidade sindical (Domingues, 2007, p. 103).

Na segunda etapa, delimitada a partir do contexto da segunda república até a ditadura militar, de acordo com o autor, o Movimento Negro não possui a mesma capacidade de aglutinação do período anterior, como era de se esperar, pois, apesar “do crescente acúmulo de experiência, o movimento negro ficou isolado politicamente naquele momento, não podendo contar efetivamente com o apoio das forças políticas, seja da direita, seja da esquerda” (Domingues, 2007, p. 110). Alguns ganhos políticos se deram em função do aumento da representação feminina nas organizações, aumento da amplitude da imprensa negra e aumento da capilaridade de organizações importantes, como a União dos Homens de Cor em distintas porções do território nacional.

Chama a atenção a escalada expansionista da UHC. Na segunda metade da década de 1940, ela abriu sucursal ou possuía representantes em pelo menos 10 Estados da Federação (Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Piauí e Paraná), estando presente em inúmeros municípios do interior. Somente no estado do Paraná, a UHC mantinha contato com 23 cidades em 1948. Em linhas gerais, sua atuação era marcada pela promoção de debates na imprensa local, publicação de jornais próprios, serviços de assistência jurídica e médica, aulas de alfabetização, ações de voluntariado e participação em campanhas eleitorais (Domingues, 2007, p.108).

Na terceira fase do Movimento Negro, o acirramento das tensões sociais no campo político de regime civil-militar fez emergir movimentos negros mais radicalizados, intelectualizados e próximos ao marxismo e ao campo da esquerda. Ademais, a conjuntura internacional de luta pelos Direitos Civis nos Estados Unidos e o Partido dos Panteras Negras conferiam teor ético, estético e ideológico que propunha a supressão do mito da democracia racial, propalado pela mídia hegemônica e pelo regime. O “orgulho negro” e a ideia de “resgate” da cultura afro-brasileira serviram de base a um sentimento de pertença único, que certamente serviu de esteio para unificação do Movimento Negro.

A reorganização política da pugna antirracista apenas aconteceu no final da década de 1970, no bojo do ascenso dos movimentos populares, sindical e estudantil. Isto não significa que – no interregno de recrudescimento da ditadura – os negros não tenham realizado algumas ações (...). Entretanto, tais iniciativas, além de fragmentadas, não tinham um sentido político de enfrentamento com o regime. Só em 1978, com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), tem-se a volta à cena política do país do movimento negro organizado (Domingues, 2007, p. 112).

Ademais, os debates passam a incorporar a centralidade da educação básica, as políticas de ações afirmativas e de reparação histórica com uma agenda política transnacional.

No Programa de Ação, de 1982, o MNU defendia as seguintes reivindicações “mínimas”: desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do Movimento Negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país (Domingos, 2007, p. 114).

A inauguração da chamada quarta fase do movimento negro, de acordo com Domingues no início dos anos 2000, estaria associada ao surgimento e recrudescimento do movimento Hip Hop nas periferias das grandes cidades.

Trata-se de um movimento cultural inovador, o qual vem adquirindo uma crescente dimensão nacional; é um movimento popular, que fala a linguagem da periferia, rompendo com o discurso vanguardista das entidades negras tradicionais. Além disso, o hip-hop expressa a rebeldia da juventude afro-descendente, tendendo a modificar o perfil dos ativistas do movimento negro; seus adeptos procuram resgatar a autoestima do negro, com campanhas do tipo: Negro Sim!, Negro 100%, bem como difundem o estilo sonoro rap, música cujas letras de protesto combinam denúncia racial e social, costurando, assim, a aliança do protagonismo negro com outros setores marginalizados da sociedade. E para se diferenciar do movimento negro tradicional, seus adeptos estão, cada vez mais, substituindo o uso do termo negro pelo preto (Domingues, 2007, p. 120).

Contudo, para Aline Pereira e Ventuil Pereira (2021) em reflexões mais recentes, situam “(...) um novo momento das mobilizações negras entre 2004 e 2021 e sobre como se configura o papel e a capacidade das/os negras/os em se organizar” (2021, p. 35), em virtude ao:

(...) advento das políticas de promoção da igualdade de acesso ao ensino superior, incluindo o seu debate e a sua implementação, revitalizou a ação negra, ampliando as demandas por parte destes segmentos, o que engendrou, inclusive, o surgimento de um mercado editorial voltado exclusivamente para temáticas inerentes à identidade afro-brasileira. Tal ambiente consolidou antigas tendências e criou

ênfases às quais podemos denominar nova agência negra (Pereira; Pereira, 2021, p. 35).

De acordo com as autoras, a “nova agência” do movimento negro erigiria a partir das seguintes características:

1. A revisão da suposta dicotomia entre política e cultura, tal que “identidade” se transforma em escopo de reivindicação por “representatividade” nos espaços de poder e de destaque.
2. Ampliação da capacidade de elaboração política dos movimentos, cada vez mais embasados por pesquisas e articulações em rede com outros movimentos, de forma interseccional.
3. A ampliação da participação em espaços institucionais, uma vez que a legislação anti-racista tem demonstrado que “a arena institucional possui um papel central para incorporar amplas parcelas da população no desenvolvimento de políticas públicas que possam redistribuir recursos, partilhar poder e, sobretudo, democratizar a sociedade” (Pereira; Pereira, 2021 p.44). Cabe ressaltar, que para as autoras “a institucionalização de setores do movimento negro reconfigurou o próprio entendimento do aparelho estatal sobre a questão racial” (p. 45).
4. Fortalecimento da participação das mulheres negras no campo político e intelectual.
5. O recrudescimento das abordagens identitárias nas produções acadêmicas; ainda que haja muita resistência acerca das reivindicações sobre a aplicação de políticas de reparações históricas e ações afirmativas nos programas de pós-graduação e em concursos e processos seletivos para docência em instituições públicas e privadas.

Grosso modo, a literatura até aqui apresentada parece divergir entre si no que diz respeito à finalidade da ação social, em um primeiro momento. Enquanto Rufino define o Movimento Negro a partir do protagonismo do sujeito, indiferente ao teor de sua pauta; Pinto preconiza pelo objetivo deliberado a partir da leitura de si dos sujeitos racialmente identificados que protagonizam suas lutas. Já Domingues, propõe o alinhamento absoluto entre protagonismo, identidade e ideologias que expressem um “grau de organização” ante a complexificação da realidade de exclusão e exploração dos negros na sociedade de classes, ainda que seus pressupostos historiográficos remetam às determinações da história única. Contudo, a partir da revisão bibliográfica sobre o Movimento Negro brasileiro, compreendemos que as diferentes concepções

do que venha a ser ou não parte deste movimento, uma vez que alguns autores possuem visões mais restritivas ou alargadas sobre esta composição, o fazem a partir do escopo da luta (estratégia) ou a partir do método de luta (tática). Contudo, concordamos com Lino Gomes de que tais tentativas de definição se tratam de “caminhos interpretativos diferentes para elucidar um mesmo fenômeno” (Gomes, 2019, p. 20), que, portanto, tais tentativas de conceitualização encontram-se vinculadas às determinações disciplinares fundadas na colonialidade do saber (Quijano, 2005).

Quando consideramos o binômio colonialidade/modernidade, cuja hierarquia racial “converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade” (Quijano, 2005, p.118), bem como no território; nos interessa considerar as distintas expressões do *movimento enquanto fluxo*. Seja na forma de coletivos, protestos, intervenções e toda ação coletiva protagonizada por pessoas negras cujas ações coletivas incidam no território a tensionar esta hierarquia expressa no tripé da colonialidade do ser, do saber e do poder (Ballestrin, 2013).

5 RASTROS DA PRESENÇA NEGRA EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E EXPERIÊNCIAS SÓCIO-TERRITORIAIS DO MOVIMENTO NEGRO JOSEENSE

Evidenciar o percurso histórico da presença negra no município de São José dos Campos – SP, desde o final do século XIX até meados deste século; a fim de destacar a presença negra neste território face aos processos econômicos, sociais e políticos que fizeram da cidade a primeira economia da Região Metropolitana do Vale do Paraíba Paulista e Litoral Norte, não é tarefa fácil. Verifica-se a partir da regulação da exclusão no espaço; a fração desta população, que, ciente do racismo estrutural em dimensão local, se organiza na forma de coletivos e movimentos desde o final do século XX é o grande objetivo da seção. Estes coletivos vêm se organizando nos últimos 20 anos de maneira a adentrar na dita quarta fase do movimento negro brasileiro.

O Movimento Negro tem sido ator político na cidade de São José dos Campos desde meados dos anos 1970 do século XX quando, a reboque das movimentações de conformação do Movimento Negro Unificado na capital paulista, deu origem ao seu primeiro coletivo negro organizado e institucionalizado – o Movimento Sociocultural da Comunidade Negra de São José dos Campos - SEKENEGO (Lima; Santos, 2022). Contudo, a presença negra no território, resistindo e negociando os termos de sua existência, remete ao contexto fundacional da cidade (Papali; Zanetti, 2022).

Além disso, nos interessa este movimento negro declarado ou “organizado” (Domingues, 2007), iniciado nos finais dos anos 1970, procedido por momentos de inflexões oriundas da ascensão do neoliberalismo, da transnacionalização do Movimento Negro e do tricentenário da morte de Zumbi em 1995. Desta forma, o recorte histórico adotado nesta pesquisa remete à chamada quarta fase do Movimento Negro, no qual propôs Domingues (2007) e aprofundaram Pereira e Pereira (2021) como uma “nova agência política do Movimento Negro Brasileiro”; que via de regra é característico de movimentos que 1-) ressignificaram, e em certa medida, superaram a dicotomia entre cultura e política; 2-) ampliaram o espectro analítico em função da aproximação com as universidades, com os movimentos negros de outras regiões do globo e do acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação; e por último, a 3-) institucionalização de parte destes movimentos e a aproximação deles com o poder público, inclusive, elegendo representações próprias; com protagonismo, sobretudo, de mulheres negras neste processo.

Em São José dos Campos, nos últimos vinte anos, observamos, a emergência de pelo menos 17 coletivos e movimentos negros atuando em prol da estratégia

comum de combater o racismo e a discriminação racial, por meio de táticas distintas; sendo 11 em atividade e 6 inativos. Destes 11 em atividade, podemos distinguir três táticas prioritárias adotadas em função de suas ações, que para o escopo desta pesquisa, o trataremos como tipologia das ações: **Político-social, Político-cultural e Político-institucional.**

A primeira tática remete a coletivos que atuam na realidade com prevalência de ações que propõem questionar diretamente a ordem social, por meio de palestras, seminários, rodas de conversa e, em momentos estratégicos, podem aderir a protestos de rua.

A segunda tática diz respeito aos coletivos cujas ações prevalecem aquelas de caráter cultural e artístico, seja através da salvaguarda de alguma tecnologia ancestral de resistência (como o Jongo e a Capoeira), como as culturas urbanas, por exemplo, o Hip Hop. Estes grupos têm uma tendência a se aproximar da institucionalidade, pela via da concorrência de editais públicos e privados de fomento à cultura; tal que, ocasionalmente, setores da luta institucional partidária, podem se aproximar de expressões da cultura afro-brasileira como tática de ampliação de seu espectro de inserção e capilaridade nos movimentos sociais. No interior dos partidos de esquerda, esses movimentos criados para estarem inseridos nas “pautas identitárias”, são tratados como “Movimentos de Colaterais”.

A terceira e última tática remete àqueles coletivos que de fato assumem um espaço institucional, seja pela via de Conselhos, Organizações ou Associações da sociedade civil e, por conseguinte, adotam uma identidade jurídica; bem como aqueles que participam do sufrágio, elegendo representações próprias.

A partir da recuperação do processo vivido e seu ordenamento no espaço, foi possível identificar a capilaridade de sentido destes tipos táticos propostos, bem como as “territorialidades” e “multiterritorialidades” (Haesbaert, 2014) possíveis que a movimentação do grupo social negro é capaz de produzir nas fendas do contexto urbano local.

5.1 São José dos Campos e a cultura cafeeira incipiente: Negociação ou “liberdade” tutelada

Durante o século XIX, a região do Vale do Paraíba se destacou na economia nacional devido a expansão da produção cafeeira, com vistas a atender ao mercado internacional. Contudo, este mesmo mercado pressionava a economia escravista para fins de concretização do projeto capitalista fundado no binômio capital-trabalho

assalariado a nível mundial. Apesar das revoltas, levantes, quilombos e fugas de povos escravizados terem acompanhado os quatro séculos da perversão escravocrata perpetrada pelo empreendimento colonial português, a experiência do sequestro permaneceu, mesmo com a aplicação de leis específicas que visavam fazer a transição entre o uso do trabalho escravo ao assalariado, por pressão da Inglaterra. Desta forma, o tráfico intraprovincial adquiriu centralidade fazendo do Vale do Paraíba importante rota dessas populações. De acordo com Rios e Costa (2008 *apud* Lima; Santos, 2022, p. 286), há uma intensificação dos fluxos migratórios de negros na região, sobretudo, a partir de 1850, data da promulgação da lei Eusébio de Queiroz. Contudo, de acordo com Pescalini e Papali:

Enquanto os municípios de Areias, Lorena, Guaratinguetá, Bananal, Pindamonhangaba e Taubaté se destacavam como grandes produtores, a incipiente produção de café de São José dos Campos era sustentada por pequenos e médios lavradores, que tinham plantéis de escravos bem inferior ao dos produtores vizinhos, os conhecidos Barões de café (2022, p. 56).

As referidas autoras sustentam neste capítulo que a heterogeneidade da propriedade cativa no estado de São Paulo foi responsável por evidenciar uma diversidade de relações na estrutura escravocrata. Nesse sentido, a complexidade destas relações no contexto da Vila de São José adviria desse contexto de maior concentração de pobreza no território, que resultaria num afrouxamento das tensões entre senhores e escravizados. Conquanto:

Nesse universo escravista, existe uma categoria intermediária importante na relação entre cativos e proprietários, o homem pobre livre, que não é nem proprietário e nem escravo e que vende sua força de trabalho para se manter, perambulando por todas as esferas da sociedade. Tais sujeitos interagiam com os escravos e conseqüentemente, interferiam nas relações dos cativos com seus proprietários, ampliando o campo de ação dos escravos ao acrescentar-lhes informações do mundo dos livres, a ponto, inclusive, de aparecerem em muitas Ações de Liberdade a 'rogo' do escravo ou escrava litigante" (Pescalini; Papali, 2022, p. 66).

Assim, de acordo com as autoras, "quanto mais envolvidos no ambiente dos homens livres, maiores as chances dos escravos de conseguirem recursos a seu favor" (Pescalini; Papali, 2022, p. 67). Ainda que a literatura apresente uma realidade atravessada por elementos que, em um primeiro plano, nos induziriam a leituras tão "açucaradas" da realidade, quanto a interpretação de Holanda em *Raízes do Brasil*, é

perceptível que houve, em distintos contextos, a disposição de negar o regime escravocrata, ainda que pela via da negociação, às avessas do que definiu Holanda no trecho a seguir.

À influência dos negros, não apenas como negros, mas ainda, e sobretudo, como escravos, essa população não tinha como oferecer obstáculos sérios. Uma suavidade dengosa e açucarada invade, desde cedo, todas as esferas da vida colonial (Holanda, 1995, p. 61).

Destarte, apesar de compreenderem as especificidades locais que revelam “dinâmicas pessoais e diferenciadas” na relação entre senhores e escravizados ao se tratar de realidades de pequenos e médios proprietários, não é difícil verificar como essas complexificações podem tornar o cenário de violência e opressão ainda mais intenso, por dirimir as possibilidades de um enfrentamento direto, coletivo e organizado, ao que concebem ao revelar que:

Isoladas, as fugas de escravos nos municípios de pequeno plantel representavam a busca por libertação imediata e individual; diferentemente das fugas que ocorriam insurreições. Por outro lado, houve muitos esforços dos proprietários de reaver seus escravos fugidos (...) evidência da instabilidade da condição do cativo liberto (Pescalini; Papali, 2022, p. 69).

Nesse sentido, o final do século XIX foi atravessado de conflitos e tensionamentos nas diferentes realidades locais. Com a formalização da liberdade jurídica do povo negro brasileiro, longe de arrefecerem tais tensões. Ao contrário, as dinâmicas “pessoais e diferenciadas” trataram de ampliar a perversão da atuação senhorial em dimensão local, uma vez que o instrumento utilizado para retardar a substituição da mão de obra do escravizado pelo assalariado foi, entre outras, através da contestação da maternidade “de ex-escravas, viúvas e mulheres solteiras pobres”, que, de acordo com Bortoncello *et al.* (2022, p. 155), “passaram a ser alvos de tutores” ávidos a tomarem seus filhos como “mão de obra acessível”. As chamadas “Ações de Tutela e Contratos de Soldada” foram amplamente utilizadas com a chancela do Estado, por meio da ação de Juízes e Tabeliões.

No período pós-abolição, as mulheres negras e pobres solteiras permaneceram sob controle dos aparatos social e jurídico, que negavam a elas o direito da maternidade e de dirigir os destinos de suas crianças. Vítimas de todo tipo de violência, inclusive simbólica, as mulheres egressas da escravidão continuaram sob o domínio do pátrio poder, que se utilizava de diversas formas para invalidar os

direitos das mães, mulheres solteiras, viúvas e pobres nos processos de tutela (Bortoncello *et al.*, 2022, p. 163).

Por meio dessa literatura aqui citada, podemos concluir que as especificidades na formação histórica de São José dos Campos em relação às regiões que experienciaram a cultura do café de forma ampla, não a isentaram da reprodução da perversidade do sequestro colonial, sobretudo enquanto produtora de uma Colonialidade Territorial (Delgado; Ruiz, 2014) que tratou de controlar e disciplinar a população negra no momento que o “judiciário se fazia cada vez mais presente na vida das pessoas, principalmente dos mais pobres”, tal que, as leis “antiescravistas”, ao mesmo tempo em que impuseram o regime de assalariamento de forma gradual, também “impuseram controle sobre este segmento da população” (Silva *et al.*, 2022, p. 175). As medidas tomadas no intento de conter e “varrer” a população negra da formação histórica de São José dos Campos tinha objetivo geral e específico: fundar uma cidade limpa, “respirável” e aos moldes do “higienismo” europeu.

5.2 Cidade sanatório e o higienismo social como ocultamento dos sujeitos negros

A arquiteta e urbanista Joice Berth, em sua obra recente, “Se a Cidade Fosse Nossa” (2023), expõe duramente os efeitos do “racismo urbano” enquanto ordenação construída a partir da “regulação da exclusão” da população negra nas cidades, através de arranjos espaciais que incidiram no desenho destas.

A regulação da exclusão foi feita pelos códigos de posturas municipais, principal conjunto de normas que, entre outras questões, tratava do ordenamento espacial das cidades brasileiras até o final do século XIX. Esses códigos são fundamentais para a compreensão histórica de como se deram os padrões de exclusão promovidos no nível institucional no Brasil” (Berth, 2023, p. 46).

Nesse sentido, as particularidades locais seguiram, geralmente, um padrão de ocupação articulado ao *racismo estrutural* (Almeida, 2018), tendo como matriz fundacional a *colonialidade do ser, do saber e do poder* (Quijano, 2005) aplicadas ao território, que dispõem o espaço na forma de *colonialidade territorial* (Delgado; Ruiz, 2014). Desta forma, “(...) durante a história da sociedade brasileira, há um conjunto de elementos que instituíram um padrão de exclusão com base no território, com reflexo nas políticas urbanas” (Berth, 2023, p. 47), tal que é imprescindível que reflitamos os efeitos desse padrão na política senatorial adotada no município de São José dos Campos a partir da década de 1930, quando o município foi consolidado

como estância climatérica para o tratamento da tuberculose; problema que assolava as grandes cidades em via de crescimento acelerado.

No artigo “Cidade senatorial, cidade industrial: espaço urbano e política de saúde em São José dos Campos, São Paulo, Brasil” de Paula Vilhena Carnevale Vianna e Paulo Eduardo M. Elias, os autores expõem o entroncamento entre as acepções do sanitarismo e do desenvolvimentismo nos alicerces sociais, políticos, econômicos e espaciais em São José dos Campos, tensionando, por conseguinte, os interesses dos agentes públicos e privados que atuaram em torno deste projeto.

No estágio atual do sistema capitalista, as cidades se fundem no espaço metropolitano desconcentrado, processo observado no Brasil a partir de 1940, momento de acelerada urbanização, ativada pela industrialização. Impulsionado pelo poder público, o território se especializa, com a constituição de redes articuladas e interdependentes. Nesse cenário, os serviços públicos se organizaram, como observado para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, com base na lógica racional, e, sobretudo, econômica e privativa, que reforçou as diferenças de classe (Vianna; Elias, 2007, p. 1296).

Desta forma, “Na marcha dos sanatórios para o interior, o afastamento dos operários doentes evitava o contágio e reduzia o custo direto para a sociedade, processo sustentado pelo discurso modernizador da higiene” (Vianna; Elias, 2007, p. 1298). Contudo, desde a década anterior, São José dos Campos já adotara medidas de organização e racionalização do espaço ao acolher o sanitarismo e o industrialismo em uma agenda de racionalização do espaço e alocação de recursos que “zonearam” a cidade entre “zona senatorial”, “zona industrial” e “zona habitacional”. Contudo, os referidos autores destacaram o papel dos Tisiologistas como articuladores dessa política que contava com vultuosos investimentos de filantropos e do Estado, gerando uma economia sustentada por pensões, marmitas e comércios. Por um lado, posicionou-se a cidade como destinada ao “tratamento dos pobres” em oposição ao que havia sido concretizado em Campos de Jordão, como a “Suíça brasileira”, mas que na prática, os autores trazem o importante dado de que 75% dos leitos para os tratamentos de doenças respiratórias de São José eram custeados pelos próprios pacientes, tal que os investimentos em infraestrutura urbana nas regiões sanatoriais deram origem às chamadas “regiões nobres” da cidade.

Sobre isso, Berth (2023) qualifica como uma naturalização da continuidade das estruturas coloniais no espaço. Uma vez que a condição “nobre” pressupõe a

existência de regiões da cidade que irão abrigar a classe “servil”. Em São José dos Campos:

As regiões periféricas se caracterizavam pelo isolamento social, alto custo de transporte e falência gradativa dos serviços públicos. Índices de saneamento revelavam um centro bem equipado, mas infraestrutura deficiente nas áreas rural e de expansão urbana (Sul e Leste); regiões prioritárias para a saúde. O eixo de crescimento urbano se deslocou para o Sul, porém os equipamentos sociais permaneceram concentrados no centro. Simbolizada pela rodovia e pelo avião, a cidade tecnológica encobre o inchaço das periferias de múltiplas carências (Vianna; Elias, 2007, p. 1302).

Contudo, ainda que a literatura aqui apresentada valide o caráter excludente que a urbanização de São José dos Campos imprimiu no território, aos moldes das grandes capitais, é mais recente a leitura sobre o caráter violento e eugenista que tais políticas adquiriram ao propor reformas urbanas condizentes com “modelos” importados da Europa, que compreendem a pobreza, e por conseguinte o “pobre” como parte do corpo de sujidade a ser expurgada dos centros urbanos. Conquanto, “apesar de o eugenismo ter vigorado oficialmente na sociedade brasileira por menos de um século, os estragos advindos das ideias eugênicas são permanentes” (Berth, 2013, p. 111), uma vez que estas ideias ainda povoam o pensamento social brasileiro de duas formas: pela via do “urbanismo eugênico” e pela via do “urbanismo daltônico”. O primeiro, cristaliza-se pelo fato de que a dinâmica racial excludente não suscita qualquer forma de comoção por parte da sociedade, da mídia, tampouco, dos gestores ao impor a esta parcela da população as piores condições possíveis de acesso à cidade, senão através de uma necropolítica aplicada pela ausência de políticas públicas, que não as da violência sistemática por parte dos aparelhos repressivos do Estado. A segunda, se aplica pela acepção de uma “cidade incolor” que sequer considera os sujeitos racializados no território.

Se nos marcadores e nas estatísticas apuradas são a negritude, os indígenas e as mulheres que aparecem na condição de maior precariedade, isso de alguma forma tem chão, isso está territorializado. Não enxergar que a divisão do espaço é primordialmente racial é atuar dentro de uma lógica que fortalece a discriminação, pois, se algo não é nomeado, não existe (...). A prática de não documentar determinados problemas sociais é um dos mecanismos de negação que visa a manter às margens aquilo que não se quer tratar, lidar e resolver (Berth, 2023, p. 117).

Curiosamente, é neste contexto que os indicadores sociais sobre a população negra no município parecem “evaporar”, deixando apenas o indício de que parte dessa população tenha sido figurativamente expulsa da cidade por não ter tido lugar na higienizada cidade senatorial, tampouco, tiveram lugar na moderna e tecnológica cidade industrial recrudescente na metade do século XX. Uma vez que não houve ruptura definitiva entre uma fase e outra. Pelo contrário:

São José dos Campos, portanto, estruturou-se sobre a tuberculose antes que uma política específica de controle da doença a erigisse como núcleo. No momento da oficialização da estância, a eficácia da terapia climática era questionada internacionalmente e debatida pela comunidade científica brasileira. Em 1935, no município predominantemente urbano, embora distinto da imagem atual de cidade, a indústria já se destacava, e gradativamente absorvia a população economicamente ativa. O ideário progressista permeava as relações sociais e, na inusitada combinação da tuberculose e indústria, imbricava ação social e perspectiva econômica no desenho da cidade que crescia (Vianna; Elias, 2007, p. 1301).

Durante a execução da primeira sessão do grupo focal, que tinha como eixo estruturante, a condição do negro na cidade de São José dos Campos, das 7 representantes dos coletivos presentes, 5 mencionaram o período sanatorial como fator de sociabilidade da população negra até a atualidade, resultando em apagamento e exclusão:

O que é ser uma pessoa negra em São José dos Campos? Resistência, sempre! E invisível, né; essa invisibilidade. Ser uma pessoa negra em São José é construir uma história de uma cidade extremamente elitista, de uma cidade extremamente conservadora, não só por essa questão raça/cor mas, também pela, por toda essa história do período senatorial e industrial que apaga a contribuição dos negros, né, e a gente sabe que os negros tiveram uma contribuição muito importante na construção desse território, na sociedade desse território de São José dos Campos (Viviana Mendes, Quilombelas).

A experiência das participantes da sessão de grupo focal, quando inquiridas do que é ser uma pessoa negra em São José, revelam a prevalência de percepções associadas a “resistência” em relação ao sentimento de isolamento, solidão e fragmentação devido a primeira grande síntese acerca da condição de vida da população negra no interior do estado de São Paulo proposta por Domingues (2007). Tal que, ainda que “não houvesse segregação institucionalizada, emergiu uma ‘linha de cor’ cuja observância pelos membros da comunidade local parecia não depender de sanções” (Willems, 1942 *apud* Domingues, 2007). A fala de Isabela Félix do Coletivo Negro de Psicologia Sankofa é sintomática, ao sugerir que “*ser essa pessoa em São José dos Campos além de ser resistente também é um processo muito*

solitário, por conta de ser uma cidade extremamente elitizada e higienista” (Grupo Focal, seção 1: Isabela Félix). Juliana Melo, do Coletivo Melanina do Vale se aprofunda na experiência ao narrar sua relação com a cidade:

(...) eu vivi muito assim dentro do meu ninho, é com medo de acessar lugares, porque eu achava que eu não tinha autorização, o racismo aqui ele é tão perverso é, que assim pra mim ir em determinados bairros né, mas elitizados aqui era complicado, até mesmo no shopping né, a gente tem dois, três shoppings aqui, a gente sabe qual que é o shopping da elite né, é uma vez uma amiga me perguntou, mas você não vai no Vicentina Aranha? Eu falei assim, “não vou, não me sinto bem lá, eu não me sinto acolhida, eu não eu não me vejo lá”, mas ela falou, “mas você tem que ir lá, a gente tem que acessar esses lugares”, e aí depois disso eu, eu tenho tentado ir mais né, é aproveitar a parte cultural que esse local promove, mas, é São José faz esse enfrentamento da gente também fica muito só no nosso mundinho (Juliana, Coletivo Melanina do Vale).

É reveladora a escolha do lugar como referência de “não lugar” adotada pela participante Juliana. O parque Vicentina Aranha é situado na região oeste do município e há 101 anos atrás foi inaugurado como hospital de tratamento da tuberculose e outras moléstias. Outrossim, o parque atualmente acolhe a população do entorno como espaço de lazer e sociabilidade, bem como é local de atividades culturais promovidas pela OSC que administra o parque, como a FLIM, Festa Literomusical do Município. A ocupação deste parque já foi palco de resistência de forma intencional ou não, por muitos coletivos. A título de exemplo podemos citar o Coletivo Aqui oh! Somos Pretas, que em meados de 2016 promoveu piqueniques no parque como uma forma de “enegrecer” a paisagem e tensionar a territorialidade hegemônica.

Essa percepção comum de que a experiência étnico-racial em São José dos Campos é atravessada pela sua formação local, enquanto a “colonização que deu certo” (Isabela Félix, Coletivo Sankofa), e nos permite traçar as experiências comuns de como o urbanismo foi aplicado no município. Combinando a experiência da invisibilidade e do apagamento, como expressão do urbanismo que chamaremos “incolor”, para evitar confusões em relação a uma condição física, que é o “daltonismo”; com as políticas de moradia, como expressão deste “urbanismo eugênico”.

5.3 O negro na cidade planejada e em vias de desenvolvimento

A industrialização e a expansão urbana marcam o contexto no qual Vianna e Elias afirmam se tratar do “Renascimento” de São José dos Campos sob a égide de

três marcadores: A construção da Rodovia Presidente Dutra (1953), cortando a cidade e a conectando à capital paulista e à capital fluminense, por conseguinte, à economia-mundo; a instalação do Centro Técnico Aeroespacial (CTA), a corroborar a aplicação do meio técnico científico necessário à implementação das indústrias, terceiro elemento do tal “Renascimento”. Este processo deu-se no intervalo de 1950 a 1980 e estava intimamente ligado ao contexto nacional de aplicação de planos e metas de desenvolvimento regional.

O planejamento governamental é uma experiência recente nas economias capitalistas, e no pós-segunda Guerra foi vivido também em países subdesenvolvidos como o Brasil. Aqui, aliás, o planejamento (visto como intervenção planejada do Estado) data dos anos 50, e suas evidências maiores foram o Plano de Metas que norteou o Governo de Juscelino Kubitschek (1955-60) e, concomitante a ele, a criação da SUDENE (1959) para exercer a ação planejada da Região Nordeste, ao que se seguiram a criação de órgãos regionais em outras áreas” (Araújo, [s/d], p. 02).

No entanto, foi a partir de 1960 que os planos de metas passaram a ser aplicados sob o manto do regime da ditadura militar. Ainda que alguns autores apresentem leituras mais ou menos críticas acerca da eficácia da aplicação dos mesmos, seja pelo apontamento de uma “modernização conservadora” (Bertha; Egler, [s/d]) ou uma “experiência inacabada” (Souza, 2012); em certa medida compreendem o caráter autoritário e excludente do desenvolvimentismo.

As principais metas de sua proposta eram compatíveis com os interesses do capital produtivo e do capital financeiro internacional que se dispuseram a participar delas, instalando aqui suas filiais ou financiando a construção da proposta do “Brasil Grande Potência”. O País “engata” na dinâmica geral do capitalismo mundial do pós-Guerra e se transforma num dos NIC’s (New Industrial Country), Embora o faça num processo interno excludente que ao promover o crescimento da renda a concentrava enormemente, gerando a “Belíndia” que todos conhecemos (Araújo, [s/d], p. 04).

Por trás do “Renascimento” Joseense, embora não tenhamos conseguido dados relativos à população negra no período, podemos inferir que esta população tenha experimentado o processo de segregação socioespacial a que se referem Forlin e Costa (2010), juntamente com a massa de migrantes a compor o inchaço das periferias e favelas que assolaram o período, devido à ausência de política pública urbana para acomodar esses fluxos.

Apesar de toda esta dinâmica econômica, se verifica que as riquezas geradas em seu território não impediram o surgimento de déficits na oferta de infra-estrutura e de serviços urbanos, o que comprometeu a qualidade de vida da população, principalmente, a de menor poder aquisitivo. A partir da década de 1970, quando houve mudança no perfil do município, ocorreu uma reestruturação da área urbana, um intenso processo de urbanização e ampliação dos desníveis sociais (houve segregação sócio-habitacional como reflexo) (Forlin; Costa, 2010, p. 125).

Tal que, o “atual estágio de exclusão social, e segregação espacial, em que nossas cidades se encontram, pode ser apontado como um dos reflexos do processo marcado pelo regime autoritário do desenvolvimentismo” (Forlin; Costa, 2010, p.126). Conforme a crise de 1980 se apresentou como esgotamento deste modelo, a aplicação do “novo” modelo, o neoliberal, em dimensão local resultou em episódios violentos de “desfavelização” pela remoção compulsória de contingentes populacionais “indesejados” para as franjas da cidade. A cidade repetiu a história como sátira de seu caráter excludente. Embora nenhuma leitura crítica do processo supracitado racialize o caráter da exclusão, da segregação e da concentração de pobreza em território joseense, cabe a nós reivindicarmos o caráter pedagógico dos movimentos negros. Visto que estes:

A partir do final dos anos de 1970, o Movimento Negro, juntamente com alguns intelectuais negros e não negros, alertou a sociedade e o Estado para o fato de que a desigualdade que atinge a população negra brasileira não é somente herança de um passado escravista, mas, sim, um fenômeno mais complexo e multicausal, produto de uma trama complexa entre o plano econômico, político e cultural (Silvério, 2002, *apud* Gomes, 2019).

Durante a primeira sessão de grupo focal, as participantes Rosa Miranda (Instituto Lélia González), Meire Pedroso (Grupo de Jongo Mistura da Raça) e Meire D’Origem (Coletivo Triluna) relataram como a política de desfavelização impactou a ocupação negra no território de São José dos Campos pela via da remoção forçada de comunidades de favelas em regiões consideradas estratégicas para o poder público e o mercado imobiliário.

(...)o caso de racismo do que mais me marcou, foi quando em 2003, o então candidato que acabou de ser derrotado, ele fez uma higienização na cidade, realmente ele higienizou a cidade, ele pegou a região leste, me lembro perfeitamente quando o Papa teria, ia pra Aparecida, tinha que passar na Dutra, e naquele momento ele teria que ver, depois do Jardim da Granja a favela do Regaço, é mas ele retirou a favela do Regaço, a favela Caparaó, que ficava no Ismênia Vila, ele retirou a favela do Detroit ficava entre o Santa Inês Rio

Pararangaba, e levou lá para a Cidade de Deus, Jardim São José II, já na divisa lá com Eugênio de Melo era um lugar [que] (...) até não se frequentava tanto, não era muito visto era um pouco escondido, e a gente sabe que ali, ao levar aquele povo o objetivo dele além de esconder era também destruir o máximo que podia, porque quando você junta três favelas com a potência que a gente tinha, que era o regaço, o Detroit, que era a mais famosa de toda, e o Caparaó, que era mais calma, você está colocando no num curral, numa num abatedouro, e quem é que vai sobreviver? e na primeira festa que teve naquele lugar, que foi a festa junina, foram mortos seis pessoas, porque finalmente houve o confronto direto entre os líderes. (Rosa Miranda, Instituto Lélia Gonzáles).

O episódio é narrado como expressão do racismo urbano praticado enquanto *necropolítica* (Mbembe, 2018 *apud* Bontempo, 2020). Ao remover a população dessas três favelas, sem considerar a relação dos sujeitos com o território em que anteriormente residiam, sem considerar as implicações sociais na dinâmica de interação entre os sujeitos, a institucionalidade não apenas promove o apagamento e o ocultamento destes corpos como aplica o “deixar morrer” e comunica:

o quanto desprezível nós somos e o quanto ele não nos quer, porque aquelas pessoas precisavam viver, sobreviver de alguma forma, então as mulheres já não eram as empregadas do, da Vila Industrial, ela já não era as empregada do Centro ou do Jardim Paulista, aquele povo passaram a viver de catar papelão, de andar quilômetros para poder chegar ao centro da cidade, não era uma pessoa que tivesse acesso a nada, porque não tinha ônibus, e logo depois, não satisfeito ele pega vários moradores de favela da zona norte e constrói ali as casas do frei Galvão, e traz pra ali, então ali o fundo da leste seguindo o setor C, nada mais é do que são pessoas que foram excluídas foram tiradas das suas residências, naturalmente pagava aluguel né, mas que viviam numa sociedade onde aceitavam ela, não eram 100% aceita porque ela não tinha condição de frequentar melhores lugares, mas eram pessoas que tinham capacidade de ir e vir de seu locomover com maior é facilidade. (Rosa Miranda, Instituto Lélia Gonzáles)

Até aqui, apresentamos os possíveis caminhos que poderiam nos ajudar a entender a realidade desta “trama complexa” no referido território, que de acordo com Lima (2020), resultou na segregação socioespacial de mulheres negras no município de São José dos Campos, a partir de entrevistas realizadas com esse universo em sua pesquisa. Ademais, a autora corrobora esses apontamentos ao afirmar que:

São José dos Campos possui número menor de negros na cidade, o que não explica a confinamento dos negros aos bairros periféricos. O processo de desterritorialização dos escravos, o deslocamento para as cidades no pós-abolição, a busca por novos espaços de reorganização territorial, sempre foram formas de adaptação dos negros a sua realidade. A constituição da “cidade marginal em

contrapartida à cidade civilizada”, sintetiza a segregação socioespacial e racial nas cidades (Lima, 2020, p. 52).

Cabe ressaltar, que a autora identificou a mesma dificuldade em obter dados quantitativos em relação às condições de vida dessa parcela da população para fins de política pública. O que nos leva a crer que se trata de uma arbitrariedade política de ocultamento dos sujeitos, com vistas a reforçar o caráter “incolor” da cidade, como alegoria do mito da democracia racial.

Para fins de política pública em São José dos Campos, a Assessoria de Políticas da Igualdade Racial relatou em entrevista (Anexo IV), não dispor de dados que identifiquem os negros (quantos são, onde se localizam, como vivem e como interagem com a cidade). Os dados utilizados pela Assessoria são do Cadastro Único (CadÚnico) da Secretaria de Apoio Social ao Cidadão, que apresenta os números daqueles que estão inseridos em algum programa de política de assistência social, mas que efetivamente não representam a realidade da população negra na cidade (Lima, 2020, p. 50).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no censo de 2010, a população negra compunha 25,8% da população joseense, enquanto a U.F., esse percentual era 34,82% no mesmo período (Tabela 6). O que nos levava a uma diferença de 9,02 pontos percentuais. Em contrapartida, em relação à união essa diferença era 25,14 pontos percentuais. Cabe ressaltar que, no mesmo período, o Vale do Paraíba Paulista contava com uma população negra (pretos e pardos) de 29,07%, o que nos sugere que essa ocupação preta e parda no território seja heterogênea. Ainda que a população negra tenha relativamente aumentado entre o censo de 2010 e o de 2022 e a proporcionalidade entre município, região geográfica e estado, tenham diminuído, admite-se que a presença negra no território permaneça heterogênea, com São José dos Campos apresentando diferença de 3,20 pontos percentuais em relação a região imediata de São José dos Campos e 8,92 pontos percentuais em relação ao estado de São Paulo (Tabela 7).

Tabela 6 - "População residente por cor ou raça". Brasil, São Paulo, Vale do Paraíba, São José dos Campos- 2010

Tabela 2094 - População residente por cor ou raça e religião							
Variável - População residente (Pessoas)							
Religião - Total							
Brasil, U. F., Mesorregião Geográfica e Município	Ano x Cor ou raça						
	2010						
	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
Brasil	190755799	90621281	14351162	2105353	82820452	821501	36051
São Paulo	41262199	26264150	2244326	570150	12122836	44800	15937
Vale do Paraíba Paulista (SP)	2264594	1583459	101370	20860	556884	1876	146
São José dos Campos (SP)	629921	457170	26806	9286	136217	351	92

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Fonte: Sidra/ IBGE, [s.d.].

Tabela 7 - "População residente por cor ou raça". Brasil, São Paulo, Vale do Paraíba, São José dos Campos- 2022

Tabela 9605 - População residente, por cor ou raça, nos Censos Demográficos						
Variável - População residente - percentual do total geral						
Brasil, Unidade da Federação, Região Geográfica Intermediária e Município	2022					
	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
Brasil	100	43,46	10,17	0,42	45,34	0,6
São Paulo	100	57,78	7,99	1,16	32,96	0,11
Região Imediata de SJC	100	63,88	6,15	0,76	29,08	0,12
São José dos Campos (SP)	100	66,37	6,19	1,29	26,06	0,09

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Fonte: Sidra/ IBGE, [s.d.].

Contudo, através dos dados do DataSus, vimos que em 2010, a população negra no período figurava 43,07% da população inserida no marcador de baixo rendimento (Tabela 8). De acordo com o Caderno de Mapas Temáticos da Revisão do Plano Diretor de 2017, pautado em dados do mesmo período censitário, é possível verificar a alta concentração de população em condição de vulnerabilidade social em diferentes níveis, sobretudo, nas regiões em que foram realocados os residentes das favelas do Regaço, Caparaó e Nova Detroit; no setor 30 (figura 2) considerando o Indicador Paulista de Vulnerabilidade Social. Contudo, estes dados não aparecem recortados pelos indicadores de gênero e raça em nenhum relatório produzido pelo poder público nos anos subsequentes. Além disso, no relatório "São José em Dados" (São José dos Campos, 2023), esses mesmos indicadores são apresentados sem a

existências de dados visíveis e as cores da legenda aparecem diluídas na divisão por bairro (figura 3).

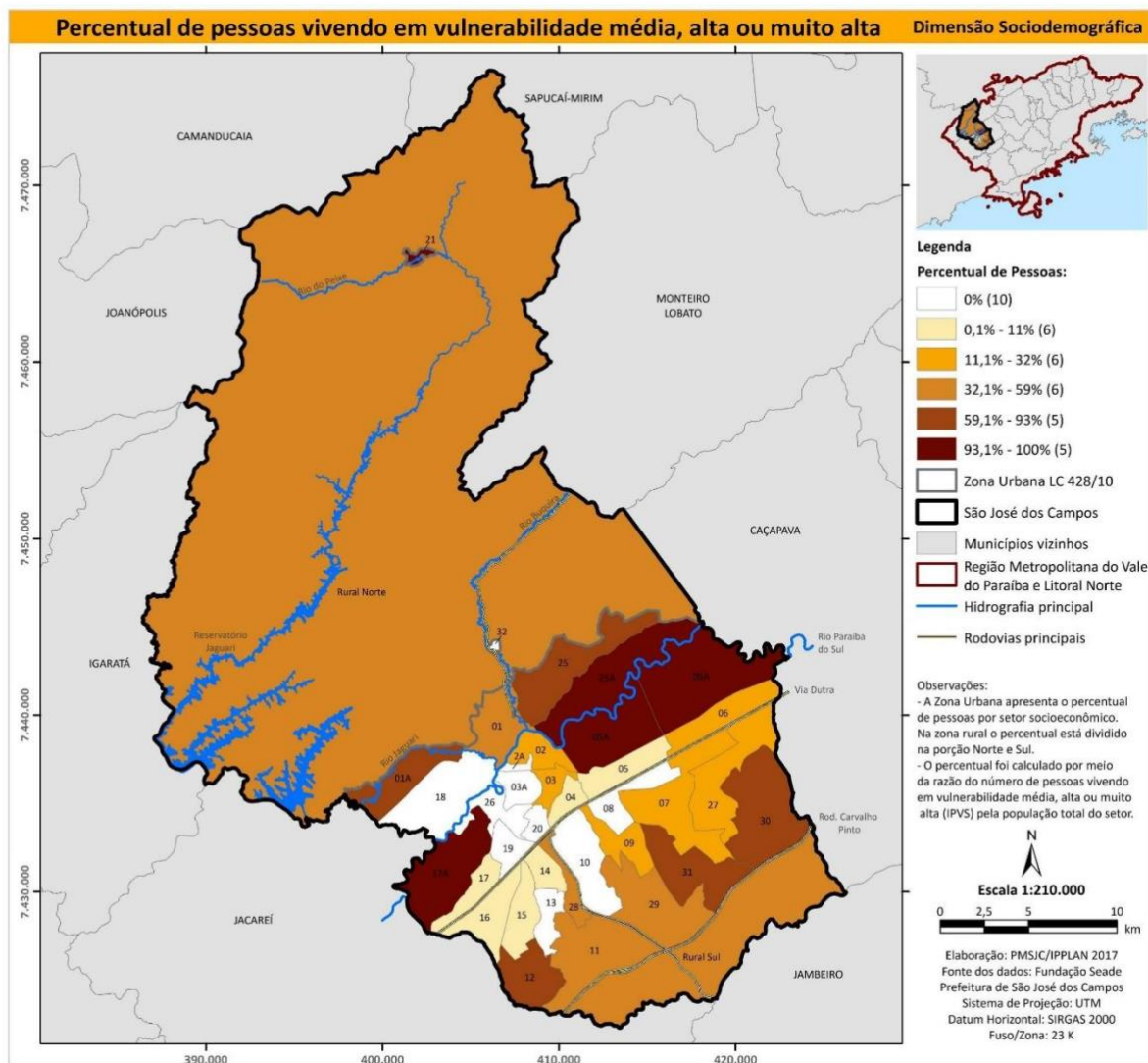
Tabela 8 - População de pessoas com baixa renda, por raça cor em São José dos Campos – 2010.

Proporção de pessoas com baixa renda - Brasil						
% população com renda < 1/2 SM por Município e Cor/Raça						
Município: 354990 SAO JOSE DOS CAMPOS						
Período:2010						
Município	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Total
354990 SAO JOSE DOS CAMPOS	13,02	19,87	9,96	23,2	27,64	15,47
Total	13,02	19,87	9,96	23,2	27,64	15,47

Fonte: IBGE - Censos Demográficos

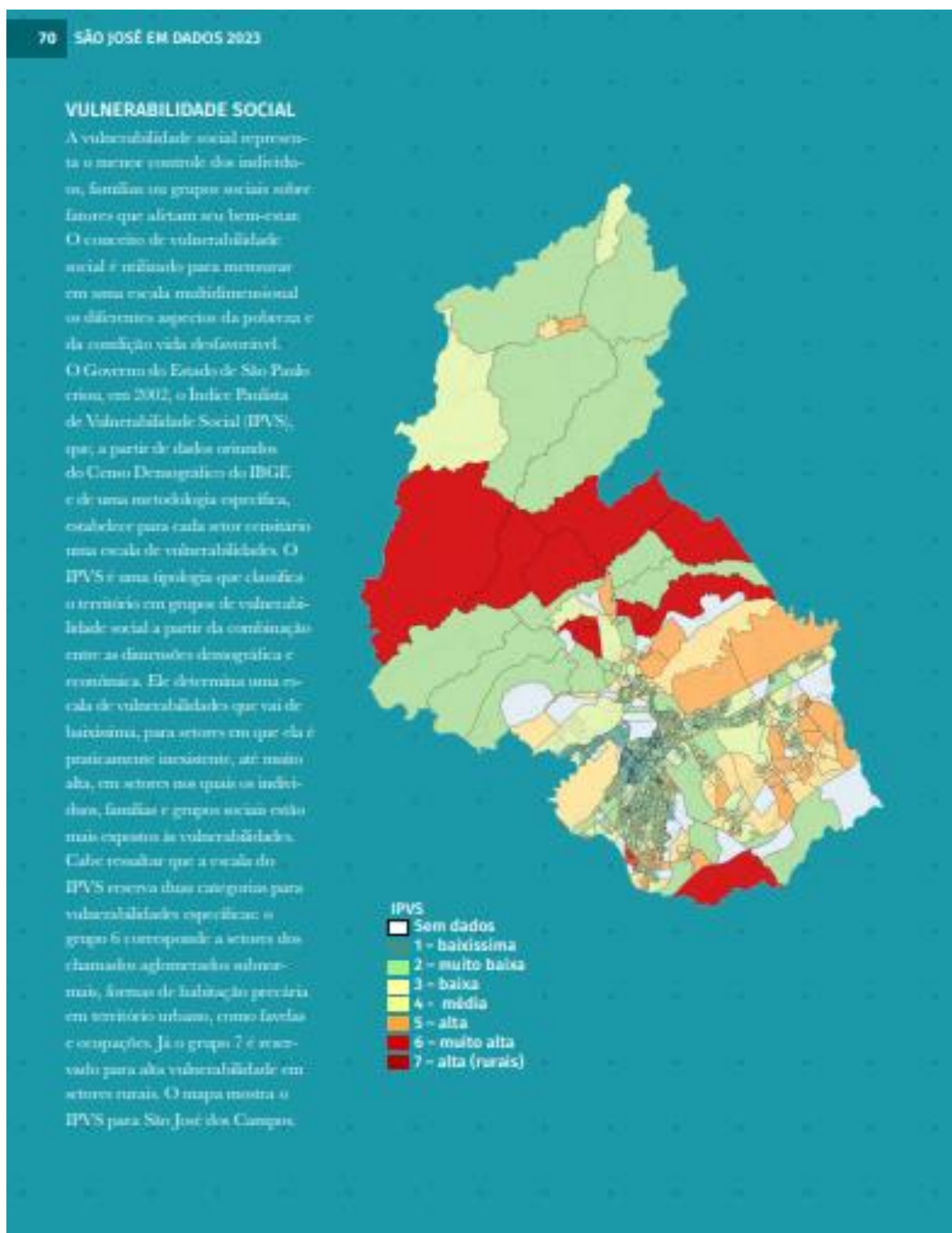
Fonte: Brasil, [s.d.].

Figura 2: Mapa Percentual de pessoas vivendo em vulnerabilidade média, alta ou muito alta.



Fonte: São José dos Campos, 2017, p. 68.

Figura 3: Página Extraída do documento “Dados de São José dos Campos – 2023”



Fonte: São José dos Campos, 2023.

Apesar do poder público demonstrar que deliberadamente oblitera os dados relativos às condições de vida da população pobre do município, bem como as interseccionalidades que pesam sobre esta; parte dessa população, que é negra, não demonstra aceitar passivamente a sua histórica condição subalterna.

Desde as fugas e levantes de escravizados do século XIX, passando pelos intensos processos de luta por moradia, até o recrudescimento do Movimento Negro organizado no município no final dos anos 70 e início dos anos 80 (Lima; Santos, 2022), essa população segue, ainda que de forma segmentada, em constante diálogo e tensão com o Estado, produzindo territorialidades.

A Territorialidade, conforme bem enfatiza Rogério Hasbaert (2004) no artigo “Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade”, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar. Nesse sentido, concordamos que mais importante, do que esta caracterização genérica e aparentemente dicotômica, é fundamental perceber a historicidade do território, sua variação conforme o contexto histórico e geográfico.

Para tanto, devemos conceber com certa centralidade a experiência da colonização nas Américas, e como esta convergiu-se enquanto projeto de poder, através da colonialidade, ou seja, como um projeto de poder aplicado a partir da experiência do racismo. Ainda que partamos da compreensão da urbanização como resposta ao adensamento das cidades em torno de um projeto de Modernidade imbricada no advento do industrialismo.

Em São José dos Campos, algumas participantes da primeira sessão em grupo trouxeram reflexões acerca dos condicionantes sociais que vieram a impactar na maneira de como os sujeitos negros vêm experimentando o racismo e a segregação sócio-espacial neste território. De acordo com as entrevistadas, os esforços de apagamento e ocultamento do racismo e da presença negra no município, impactam na vivência dos sujeitos negros e na percepção acerca do racismo que vivenciam. Tal que, região de moradia, consciência racial, escolaridade, tonalidade da pele e renda, interferem diretamente na maneira como irão experimentar o racismo e transitar pela cidade.

*Eu entendo que essa vivência ela **depende muito dessa região, depende muito da localidade que você está e que você mora e que você convive**, né; entendo também que essa vivência ela parte da sua consciência racial, do seu letramento, porque quando a gente fala dessa vivência, é o tratamento em relação à população preta parda, e aí utilizando o termo parda de acordo com o IBGE né, é **quando você vai para as periferias, o tratamento é um quando você vem para as áreas mais centrais ou as áreas mais elitizadas são outras, é um outro tratamento mas**, mais ainda, quando você tem um letramento racial, muda, quando você não tem muitas vezes passa pelo que a gente conhece como racismo sutil, racismo velado: “há! será que foi mesmo, será que aconteceu né”. E aí eu sinto que há*

nitidamente uma diferenciação muito forte, né, desse racismo na cidade. (Viviana Mendes, Núcleo de Mulheres Negras Quilombelas-grifos nossos)

Das 7 participantes da primeira sessão de grupo focal, 5 relataram terem vivenciado um processo de conscientização racial tardia, já na vida adulta, ao acessarem lugares produção de conhecimento, como a academia. Cabe ressaltar, que se tratam de mulheres negras de pele parda reforçando a prevalência do colorismo (Devulsky, 2021), que se por um lado, garante sensação de “passabilidade” e ascensão social “não imuniza a pessoa negra do racismo” (Devulsky, 2021, p. 26), nem de outras formas de opressão de maneira interseccional.

*(...) o racismo ele é cotidiano né, é **sutil direto a depender do lugar que você está na cidade, a depender do tom da sua pele né, se é mais claro mais escuro, a depender da sua orientação sexual, da sua crença religiosa né, o seu trabalho influenciam muito como você vai sofrer o racismo na cidade** (...) eu fui me nomear e me entender uma mulher negra foi através desse embate no ambiente acadêmico também, como Viviana, como Meire, como Nate, né, é quando a **gente adentra esse espaço da academia fica muito evidente, o seu não lugar** (Grupo Focal, seção 1: Isabela Félix, Coletivo Negro de Psicologia Sankofa – grifos nossos)*

Desta forma, as participantes da pesquisa relataram suas experiências pessoais, bordadas à tessitura social de uma lógica que conduz à dois remates possíveis: à da prevalência do embranquecimento ou a da resistência aquilombada.

*São José dos Campos é **uma cidade que acaba sendo esse lugar que quer padronizar as pessoas, e aí a gente vive esse processo né, de embranquecimento da população** (...) a minha vida inteira eu me li como mulher branca, e eu quis me ler como mulher branca, porque era mais fácil para mim sendo uma mulher de pele clara né, é branca, de é branca demais para ser preta, preta demais para ser branca, mas era mais fácil ainda assim me ler dessa forma, porque eu conseguia pertencer a alguns grupos né, vamos dizer assim, é um processo doloroso inclusive né, porque daí você, você é, é se afasta das suas origens, você, você renega, você se sabotar, para poder pertencer a um grupo, então eu acho que essa é a São José. (Meire D´Origem, Coletivo Triluna-grifos nossos)*

Aqui, não nos referimos ao Quilombo enquanto território de fuga, mas sim enquanto “um continuum cultural de aglutinação, compreendendo quilombo em seu sentido ideológico, no sentido de agregação, comunidade e resistência pelo

reconhecimento da humanidade e preservação dos símbolos culturais do povo negro” (Nascimento, 1989 *apud* Souto, 2020).

*O que é ser uma pessoa negra em São José dos Campos?”. É bem isso que Vivi falou de resistência. É ser ou ser aquilombada, o tempo todo, é o tempo todo, na sala de aula, na arte, no movimento cultural, sabe, **eu e você está sempre todo tempo tendo que estar alerta sabe. Porque você está sempre passando por enfrentamento.** Isso o Jongo me deu, o tal do letramento, me deu poder também me colocar, me posicionar nesse lugar, nessa cidade, que essa cidade branca, **né, é racista, machista, homofóbica e transfóbica, né.** Então eu para mim, ser uma mulher preta é se aquilombar o tempo todo, todo dia. (Meire Pedroso, Grupo de Jongo Mistura da Raça-grifos nossos)*

É sobre este aquilombamento que iremos nos debruçar na última seção.

6 RESISTÊNCIA NEGRA NA CIDADE INCOLOR

As experiências dos coletivos e movimentos negros de São José dos Campos entre 2003 e 2023 se fazem presente no território, compondo o fluxo do movimento negro brasileiro. Historicamente, esses movimentos têm levantado a bandeira da luta por reparação histórica, pelo combate às desigualdades e pelo direito à educação nos distintos territórios. Nesse aspecto, nos alinhamos à educadora e intelectual Nilma Lino Gomes ao apontar que “quanto mais os setores conservadores, de direita, os ruralistas e os capitalistas se realinham nas relações sociais e de poder, provocando ainda maiores desigualdades” (Gomes, 2019, p. 14), maior será a importância do esforço de compreensão dos processos de lutas e resistências dos movimentos e coletivos, na tarefa de tensionar a realidade, exercer um contrapoder e pautar outras formas de ser e existir no território.

Foram 30 páginas com anotações de campo, referentes aos eventos presenciais e observações no meio digital, que embasaram o preenchimento das Fichas de Campo (Ver apêndice). Tomemos como exemplo, as fichas de campo dos Coletivos Quilombelas, Melanina do Vale, Destaque Negro e do Grupo de Jongo Mistura da Raça.

A partir da análise das fichas é possível verificar a diversidade tática empregada pelos coletivos, bem como o uso de Tecnologias de Comunicação e Informação como recurso de comunicação de suas ações. Nas observações realizadas em rede social, verificamos que os coletivos, independente do contexto de atuação e fundação, utiliza as redes sociais para se comunicar, e durante a pandemia de Covid-19 esta comunicação adquiriu intensidade e frequência nos 14 perfis de coletivos (ativos e inativos), através de lives, textos e “virais”.

Na Live “Destaque Negro” veiculada no dia 21/03/2022 pela plataforma Facebook; com a presença de Carlos Roberto, Sônia Guimarães, Christian Carvalho e Viviana Mendes; podemos observar uma dinâmica de discurso ancorada nos pressupostos da “terceira fase” do Movimento Negro. Na dimensão do consenso, operam a noção da ideia de “resgate” de narrativas históricas que evidenciem os feitos de personalidades históricas negras que contribuíram para a luta negra no país; destacando o papel do indivíduo e das ações individuais em prol do grupo social. A primeira publicação veiculada na plataforma Facebook do perfil Destaque Negro, data de 2018, com um público de 25 curtidas e 37 seguidores. Os posts são exclusivamente para divulgar as ações do coletivo, que se descrevem no perfil como uma “organização sem fins lucrativos”. As ações divulgadas são majoritariamente lives que foram

veiculadas em sua maioria no ano de 2020 (pandemia). O perfil no Instagram @destaquenegrosjc , atualmente é associado ao perfil Jaci Souza Artigos Africanos; antes do falecimento de Carlos Roberto, fundador do coletivo/projeto/organização Destaque Negro, o perfil era associado a seu nome. Neste perfil, há 1.126 seguidores e 128 publicações. Nesta plataforma, o perfil do Destaque Negro se confunde com o perfil de divulgação do afroempreendimento Nega Simpatia, que é o negócio de venda de roupas e acessórios afros que Carlos e Jaci administram e são proprietários. Desta forma, o perfil é um misto de perfil comercial, com posts específicos evidenciando as condições da população negra no Brasil e de valorização da estética negra.

O primeiro post do Coletivo Triluna no Facebook é de janeiro de 2017, poucos meses após a fundação do coletivo, que de acordo com a liderança e ativista Meire D'Origem, foi fundado em meados de outubro/novembro de 2016. A primeira postagem foi uma foto de perfil com o desenho gráfico de um punho negro cerrado com os dizeres da filosofia Ubuntu: “Eu sou porque nós somos!”.

Como traço geracional dos estratos mais jovens, o Coletivo Triluna, desde a sua origem, faz o uso constante das redes sociais e de outras plataformas digitais para divulgar suas ações e produções culturais; desta forma, nos ateremos a elaborar impressões gerais sobre a intervenção digital do coletivo, desde a sua fundação, com destaque das principais ações, que serão consideradas a partir da pergunta de partida dessa pesquisa: Como os coletivos e movimentos negros têm feito o enfrentamento ao racismo urbano e a colonialidade territorial em São José dos Campos-SP nos últimos 20 anos?

Desta forma, foram analisados os anos 2017, 2020 e 2021 (anos da pandemia) e 2023.

Uma das primeiras postagens é sobre a participação do coletivo na Batalha dos Trilhos; o evento de Hip Hop mais antigo e tradicional do Vale do Paraíba, fundado pelo MC Betinho Zulu. Essa participação corrobora a versão apresentada por Meire D'Origem de que o coletivo tenha surgido a partir da inovação do grupo de fundadoras em propor um espaço próprio para que mulheres pudessem se expressar nas diferentes linguagens do Hip Hop, criando a batalha Na Caneta ou no Batom, pioneira no Vale neste segmento. Em dezembro de 2017, a batalha NCNB já estava na quarta edição. A relação com o movimento Hip Hop de Jacareí é explícita em agradecimentos direcionados à coletivos e lideranças daquele contexto, como ao próprio Betinho Zulu, em diversas postagens, e ao Coletivo Nandi; coletivo negro protagonizado pela liderança e ativista Dany Kriola.

Em 2018 o perfil anunciou a quinta edição da batalha Na Caneta ou no Batom, na casa Mix em Pindamonhangaba, espaço coordenado pelo Coletivo Mixscigenação. No mesmo ano, realizaram o projeto Tenda da Arte, com recurso aprovado no edital do Fundo Municipal de Cultura. Neste projeto foram realizadas oficinas nas 5 linguagens do Hip Hop: rap, grafitt, break, mc e conhecimento. Os locais foram:

1. Campos São José (Região Leste)
2. Quadra da Santa Cruz (Centro)
3. Centro Dandada de PLP (Centro)
4. Casa do Hip Hop (Centro)
5. Espaço Bola de Meia (Centro)

Cabe ressaltar que a página é constantemente alimentada com divulgações de EP's das integrantes e de outras mulheres da "cena"; bem como datas comemorativas do calendário do Movimento Negro, como o dia da consciência negra; e datas do calendário do movimento feminista, como o #8M e postagens sobre o combate à violência contra a mulher, contra o machismo, o feminicídio e o empoderamento feminino.

Em julho de 2018, realizaram a Primeira Feira Independente do Vale, no Hocus Pocus, um espaço histórico da cena underground joseense, que fica localizado na região central. Neste mesmo ano, realizaram uma oficina de Conhecimento com Nerie Bento na Rua do Flow, espaço alternativo situado na região Central. Neste mesmo ano, há pelo menos dois registros de atividades em escolas da rede pública de ensino, talvez, como contrapartida social do projeto captado via Fundo Municipal.

Outro marco importante nas redes sociais do coletivo neste período é a divulgação e a participação nos atos #EleNão, contra a eleição do então candidato à presidência da República Jair Messias Bolsonaro. Parte do coletivo compôs a coluna de Mulheres Negras Jovens que carregaram faixas e cartazes que denunciavam a condição das mulheres negras em um protesto protagonizado pelo movimento feminista. No ano de 2020 não há registro de atividades presenciais nesta rede social, contudo, a atuação do coletivo seguiu por meio de ações digitais, inclusive com financiamento via edital. Como o projeto Manobra da Massa, que além de promover a fruição dos cinco elementos do Hip Hop, reuniu artistas e coletivos de cultura Hip Hop, como Coletivo Triluna, Coletivo Maxado, Saudosa Maloca, Caza 13, Batalha 341 e Batalha Do SV.

Desta forma, através dos dois casos acima apresentados, considerando dois tipos táticos distintos, sendo o Destaque Negro de tipo Político-Social e o Coletivo Triluna de tipo Político-Cultura, verificou-se o uso das redes sociais como tática de

comunicação adotada pelos coletivos. Contudo, a dinâmica da comunicação adotada e os recursos para que haja frequência e qualidade de produção audiovisual impacta em visualizações alcance dos conteúdos veiculados. Essa análise é fundamental para compreendermos a centralidade que a comunicação adquire para divulgar e popularizar os diferentes conteúdos táticos dos coletivos.

Nesse sentido, os coletivos, sobretudo de conteúdo tático político-social, tendem a publicar conteúdos associados ao calendário do Movimento Negro, como os dias o 25 de julho - Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e de Tereza de Benguela, o dia 21 de Março - Dia Internacional de Combate à Discriminação Racial e dia 20 de Novembro- Dia de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra; esta última, instituído como calendário nacional em 2024. Ademais, tendem a replicar conteúdos associados à casos virais de racismo e discriminação racial que ocorrem em outras localidades do Brasil e do mundo; como o caso George Floyd e a tag do movimento #blacklivesmatter.

Ademais, verificamos uma ampla agenda associada à difusão de escritoras, intelectuais, cientistas mulheres negras em perfis de coletivos de mulheres negras ou protagonizados por mulheres negras, como Quilombelas, Melanina do Vale, Aqui oh! Somos Pretas, Instituto Lélia González, Afrontitude; demonstrando a intencionalidade em promover representatividade positiva acerca da produção social, cultural e intelectual de pessoas negras e o compromisso com o movimento negro de matriz educadora. Durante a execução da segunda sessão de grupo focal, tais ações demonstram conexão com os objetivos apresentados de forma consensual entre as representantes dos coletivos presentes, em promover consciência e letramento racial entre o público-interlocutor de suas ações, conforme veremos adiante.

No campo verificamos, a inserção e a capilaridade que coletivos de conteúdo tático político-cultural possuem em bairros periféricos e de periferia social, realizando ações periódicas, através de recursos via edital, com alto poder de aglutinação de jovens negros, como o Coletivo Triluna e Quilombo Abayomi. Cabe ressaltar, que esta fração do movimento negro opera no território não apenas promovendo a difusão de bens culturais, como promovem ações sociais nas suas localidades, como as oficinas de arte-educação promovidas pelo Grupo de Jongo Mistura da Raça em seu Ponto de Cultura no Jardim Coqueiro; a colônia de férias e a Biblioteca Carolina Maria de Jesus do Quilombo Abayomi no bairro Campo dos Alemães.

Considerando o potencial aglutinador e tensionador que a cultura afro-brasileira promove no território, ressaltamos a importância política do Grupo Confraria do Samba Enredo. Para tanto, a entrevista com Ana Carolina (ver apêndice) justificou-se

por ela ter sido parte do corpo diretor do Grupo, que surgiu em 2016, após o encerramento do Carnaval Institucionalizado na cidade de São José dos Campos. A entrevista tratou de confirmar a existência do grupo que “luta pela cultura preta” com prevalência da tática político-cultural, embora seja uma associação portadora de CNPJ.

O grupo, que teve origem em uma Casa de Cultura no Bairro do Novo Horizonte, estabeleceu-se de forma autônoma promovendo ações no bairro do Jardim Paulista, precisamente na quadra da Praça Duque de Caxias, que se davam por meio de ensaios abertos, com estrutura física e mobilização de comerciantes locais para a venda de alimentos e bebidas, bem como ações sociais localizadas, como a saída do bloco durante o carnaval, a escolinha de percussão e atendimento com psicólogo, advogado, corte de cabelo.

A ativista Ana Carolina ainda relatou constantes tensões envolvendo as ações do grupo e moradores do entorno, que por sua vez, resultaram em conflitos com a Prefeitura Municipal. Ao relatar este conflito, ela usou uma expressão que chamou atenção, ao se referir às impressões dos moradores contrários às ações do grupo no bairro: “Que barulho é esse aí na cidade higienizada?”. Ela mencionou que, à exceção dos editais de Circulação da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, que remunera artistas locais para se apresentarem em eventos da prefeitura e em locais públicos; o grupo Confraria do Samba nunca participou de editais ou captou recursos via lei de incentivo. Todos os seus proventos eram oriundos da auto-organização do grupo. Além disso, nunca estiveram diretamente envolvidos com a política institucional; exceto quando apoiaram um candidato à vereança, pois “fazia sentido” naquele momento.

Considerando as aproximações e tensões entre o Movimento Negro Joseense e os sindicatos e partidos políticos do campo da esquerda, que desde a terceira fase do movimento negro brasileiro (Domingues, 2007), se apresenta como fonte de cumplicidade, colaboração, apagamentos e tensões. Desta forma, a entrevista com a liderança e ativista Raquel de Paula (ver apêndice) deveu-se a sua atuação previamente reconhecida na Frente Preta (2020), e da sua histórica relação com o sindicato dos Correios, como dirigente sindical, e militante do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). A escolha da entrevistada se deu a partir da necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre a Frente Preta, como uma coalizão de partidos, movimentos e ativistas independentes que protagonizaram as lutas durante os protestos de rua de 2020 que tinham a *tag* mundial #vidasnegrasimportam, e romperam o isolamento social durante a pandemia de

Coronavírus (Covid-19) para denunciar a violência policial, em decorrência do caso George Floyd, de projeção internacional, e o caso Miguel; menor de idade assassinado depois de rendido pela Polícia Militar no bairro Campo dos Alemães, na região Sul do município; bem como, denunciavam o genocídio da população negra com o “deixar morrer” que as condições sanitárias e econômicas desiguais impunham à realidade da população negra, tornando-a mais vulnerável ao adoecimento e óbito por Covid-19.

Contudo, a entrevista tratou de revelar mais dois coletivos: O Quilombo Raça e Classe, que constava sem informação no quadro geral de coletivos até então; e o coletivo Quilombo Urbano, que sequer havia sido citado ou aparecido em algum contexto anterior da pesquisa preliminar. Tais coletivos, situam-se no limiar da ação tática político-social e político-institucional, por serem “filiais” de coletivos nacionais criados como colaterais de partidos políticos, sobretudo do campo ideológico de esquerda, na intenção destes estarem inseridos nas “pautas” identitárias que socialmente compõem à classe trabalhadora.

Nesse sentido, o Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe (2008) foi apresentado pela entrevistada como um coletivo para “organizar” a classe trabalhadora e refletir as intersecções de raça e classe, promover formações e discussões com as temáticas: violência policial, necessidade de reivindicação de direitos e políticas públicas. O Quilombo Urbano (2015) tinha os mesmos objetivos, porém focados em “organizar a juventude” promovendo eventos de caráter político-cultural. Ambos os coletivos estão inativos em São José dos Campos, mas permanecem ativos em outras localidades.

O lastro ideológico que fundamenta a permanência e a inclusão destes dois coletivos no quadro geral de coletivos e movimentos negros de São José dos Campos-SP nos últimos anos é a afirmação dada pela entrevistada de que “Para acabar com o racismo, é preciso acabar com o capitalismo”. Ainda que a ideia-força de combate ao racismo pareça ser tomada como um “meio” que culmina na supressão do modo de produção capitalista e propõe o socialismo como alternativa, observa-se a presença da estratégia do movimento negro. Contudo, embora o grupo focal tenha assentido sobre a presença de tais coletivos no Quadro Geral de Coletivos Negros, em determinados momentos da entrevista de grupo, a relação entre partidos políticos e movimentos negros aparecem sob tensão e denúncia.

o Partido dos Trabalhadores me reconhece como liderança e me coloca a oportunidade de sair candidata, e junto com outras pessoas eu consigo perceber quantos negros existe naquele partido e quanto nós somos analfabeto no sentido de conhecer nossa realidade, porque

a gente não passava de massa de manobra para poder sustentar o número de pessoas que tinha necessidade para que o partido lançasse (...) depois de ser assessora da vereadora, na Câmara antiga eu recebi um momento que eu fiquei desempregada, um momento muito difícil para minha família, porque apesar daquele mandato eu considero 70% meu, porque a gente tinha um trabalho muito grande, teve para eleger, não recebemos o respaldo que merecíamos, e não se cita nome mas eu fui trocada, literalmente trocada, a minha palavra foi posta em dúvida em troca de palavra de pessoas brancas... (Rosa Miranda, Instituto Lélia González-grifos nossos).

Durante a execução da segunda e da terceira sessão de grupo focal, ao serem direcionadas sobre o conteúdo tático de suas ações, as motivações e o público ao qual visam dialogar, observamos a diversidade tática de forma mais precisa. Contudo, observou-se que as trajetórias individuais e de grupo social interseccionam em avenidas identitárias que interpolam distintas formas de violências e opressões estruturais (Akotirene, 2018). O processo vivido é trazido à baila como mediação entre estrutura e cotidiano, em uma teia de significados que poderiam parecer difusos ao olhar do investigador cartesiano. Todavia, o sentido das ações toma contornos ideológicos, materiais, simbólicos e territoriais à medida em que ordenamos o conteúdo presente nas falas e na dinâmica das interações entre elas. Grosso modo, todas as apresentações de coletivos trouxeram a dimensão estratégica do combate ao racismo.

Na fala de Juliana, do Coletivo Melanina do Vale, observamos a presença de uma narrativa estética (Pereira; Lima, 2019), que longe de promover superficialidade reflexiva, pois ao “pensar na composição das narrativas estéticas da juventude negra é [possível] pensar também na amplitude da adesão dessa juventude ao antirracismo, mesmo que não a partir das vias tradicionais de militância política” (Pereira; Lima, 2019, p. 21). Juliana é transgênera e é afro-empREENDEDORA do ramo da estética. Ao relatar casos de racismo envolvendo comentários acerca do cabelo crespo ou cacheado de suas clientes, ela fala:

(...) são inúmeras falas como essa que a gente tem que enfrentar no, no meu local de trabalho, e a gente vem fazendo um trabalho aqui em São José, é de conscientização, é de valorização da beleza negra, muito forte, e aí isso me conectou também com os coletivos, com os movimentos negros, e aí me ajudou né, a abrir os olhos pra, foi me fortalecer ainda mais e ajudar nessa construção desse combate ao racismo, então é uma coisa que, que a gente vem evoluindo que, eu fico muito orgulhosa do trabalho que eu faço, é mais que eu vejo que a gente precisa ainda continuar trabalhando (Grupo Focal, Seção 1: Juliana)

Em campo presencial realizado dia 08/10/2023, na 1ª edição do Café das Pretas, promovido pelo coletivo Melanina do Vale, sob o tema “A mulher negra na carreira acadêmica”, realizada no Espaço Proarquia, localizado no bairro Jardim São Dimas, região central do município; o espaço foi ocupado majoritariamente por pessoas pretas. Os participantes traziam em seus discursos, experiências fundadas em suas trajetórias individuais, ressaltando violências simbólicas e psicológicas para acessar e permanecer nos espaços acadêmicos. Alguns revelaram a negação completa desse espaço e foram validados. Outros evidenciaram a frustração de ter conseguido acessar, mas não ter conseguido permanecer, em função das necessidades de alimentação, moradia e cuidado com os filhos, que os pressionavam ao mercado de trabalho. Destarte, houve enfoque nos saberes não acadêmicos, baseados nas experiências e de como acreditam haver espaço no mercado de trabalho e no “bem viver” que sejam fundamentados em outros saberes, como o empreendedorismo. Cabe ressaltar, que a concepção de empreendedorismo demonstra diferir-se daquela utilizada na concepção mercadológica do termo. Uma das participantes do evento e ativista do coletivo define o empreendedorismo como um campo do conhecimento que foi negado aos negros e que acessá-lo seria uma espécie de reparação histórica. Contudo, nenhuma representante do Melanina do Vale participou das sessões 2 e 3 do grupo focal realizado por esta pesquisa. Desta forma, será necessário realizar maiores aprofundamentos sobre essa dimensão tática político-social adotada por este e outros coletivos que reivindicam uma espécie de “ativismo de mercado”, ao promover o “Black Money”.

Outro caso interessante envolvendo a narrativa estética de empoderamento é a ação realizada pelo coletivo Afrontitude, que divulgou em suas redes sociais uma sessão de fotos com jovens negros que compunham o coletivo, que teve início em uma escola da rede estadual de ensino, a partir de um projeto cultural realizado por duas professoras negras, aplicando a lei 10.639/03 (Brasil, 2003).

Figura 4: Ensaio #afrotendência2020- Coletivo Afrontitude



Fonte: Afrontitude, 2021.

O ensaio foi registrado no bairro Campo dos Alemães, situado na Zona Sul do município, evidenciando a paisagem periférica e a tag #afrotendência2020. Cabe ressaltar que no mesmo ano o coletivo recebeu o certificado de participação do projeto Juntos Pela Transformação, proposto pela filósofa Djamilia Ribeiro, que reconheceu iniciativas antiracistas de jovens periféricos e distribuiu bolsas de estudo em cursos online.

Outro coletivo que se destaca pela sua atuação nas periferias com o foco na comunicação com jovens periféricos é o Coletivo de mulheres do Hip Hop Triluna. Na apresentação de Meire D'Origem, representante do coletivo, expôs que:

(...) o coletivo Triluna atua nas periferias de São José dos Campos né, mas sobretudo na zona sul e leste, eu coloquei, porque é o são os lugares que a gente costuma mais estar, até porque, embora sejamos um coletivo de mulheres no hip hop, a é muitas de nós fazem parte de outras manifestações culturais, outros movimentos culturais, como o próprio jongo né, como a capoeira, como enfim, como outra, outras, outras vertentes culturais né, e, ou sociais então a gente atua, é nessas, mais nesses lugares, é a gente atua no combate ao racismo, utilizando da ferramenta da arte né, da arte, da cultura, como uma forma da gente se comunicar né, eu acho que a, a comunicação popular assim mesmo né, é a arte, a cultura sobretudo a arte da cultura urbana, a gente tem uma facilidade maior de se comunicar, sobretudo com jovens, com crianças, com adolescentes né, uma vez que a gente acaba falando a mesma linguagem, então quando nós vamos lá e, e falamos muitas vezes né, olha, é ser preto é, é bonito, seu cabelo é

lindo, é esse lance do empoderamento, eu acredito muito que isso é uma forma que a gente combate também, é indo nas escolas e conversando, fazendo rodas de conversa, palestras, utilizando da música, mesmo trazendo eles para perto (...) o perfil dos participantes do coletivo, nós somos doze mulheres é, é na maioria mulheres negras (...) e são mulheres da cultura, e de várias, e de várias outras esferas aí também da sociedade, (...) o nosso público são na grande maioria mulheres, mulheres negras, e ou periféricas, (...) mas a gente se comunica com meninos, meninos, enfim, é de modo geral também, mas eu acho que a gente tem esse foco né nas mulheres, até porque o próprio coletivo ele nasce com é com essa com essa necessidade né, de empoderar, de fortalecer, de visibilizar né, identificar essas mulheres, e fortalecer né, formá-las, então eu acho que sobretudo mulheres, e sobretudo mulheres negras e periféricas (Meire D'Origem).

O Grupo de Jongo Mistura da Raça, além de difundir a Cultura Tradicional do Jongo, Patrimônio Imaterial reconhecido pelo IPHAN desde 2005, atua no território do bairro Jardim Coqueiro, através de oficinas, formações, festas e ações sociais envolvendo a população do entorno. A representante do grupo, Meire Pedroso, descreve essa ação e a relação com o território ao responder em que porção do território o grupo atua e de que maneira.

região leste, bem assim, a grande maioria de, é tem vinte e dois anos né, ficou um bom tempo ali no Tatetuba, no ponto cultura OCA, depois foi para Coqueiro está lá, lá virou ponto de cultura né, do mesmo, do grupo de jongo Mistura da Raça, de que forma o coletivo atua para combater o racismo na cidade: intercalando três ações gente, ação e formação de difusão e produção, sabe e, isso aí dentro circulando, através de projetos né, que vão para circular, desde escolas e até mesmo comunidades, de é manifestações afrobrasileiras que não seja necessariamente o jongo, e atualmente nós estamos com um projeto que é esse aí, a gente circulou é em, foi em vários, é espaços culturais, onde a gente fez essa troca de saberes, e combater principalmente através da formação, e da própria vivência da, do jongo. (...) perfil dos participantes: é o eixo do grupo né, é a família né, família que veio do Rio de Janeiro, com o Mestre Laudení, que trouxe na sua bagagem né, essa expressão, essa sabedoria ancestral, que ele foi passada por seus pais toda uma geração, aqui essa família para garantir a sobrevivência da tradição, ela abre as portas para outros sujeitos históricos que de alguma forma se identifica, como a com essa cultura né, principalmente com o toque dos tambores, aí é, e aí nesse caso tem mulheres pretas, que chegaram mulheres brancas, pardas, (...) a grande contribuição do jongo, o perfil do jongo, é manter viva as crianças, a criança dentro do grupo né. (...) a relação do grupo ali, que eu observo muito nas festas, a comunidade lá é uma comunidade é uma em sua maioria de Nordestina, então eles ama o forró, e bingo, então as atividades que tem quando tem nas festas quando é o bingo, a comunidade chega, e o forró também, forró bomba sabe, tem muito,

é muito, muito forte isso ali dentro da comunidade, dessa, dessa interação aí, mas o, e aí tem uma interatividade para a realização das festas, com o pessoal do circo, que é os artistas circenses, que vão lá nessa parceria, arma o circo, é arma a lona, coloca o som para que a festa aconteça, essa, essa relação com a instituição Fundação Cultural, que se dá muito mais através de, de projetos aprovados nos editais. (Meire Pedroso, Grupo de Jongo Mistura da Raça) .

Figura 5: Festa da Consciência Negra 2023 na Praça da Rua Elder de Oliveira Prata



Fonte: Arquivo pessoal.

Em campo presencial realizado no dia 26/11/2023, na Festa da Consciência Negra realizada na praça da Rua Elder de Oliveira Prata, no bairro Jardim Coqueiros, situada em frente ao Ponto de Cultura do Jongo Mistura da Raça, foi possível verificar a dinâmica de ocupação do espaço e o fluxo de trânsito do público presente. No caderno de campo C2 foi anotado que:

Até por volta das 16hr, em torno de 70% dos presentes pareciam ser "de fora" do bairro, com uma forte presença de pessoas brancas em carros novos. Conforme o avançar das horas esse público foi cedendo e a população do bairro foi aglomerando nas ruas laterais, nas mesas das praças, nos portões das casas. Alguns ocupavam momentaneamente as mesas embaixo do toldo durante o sorteio do bingo. Os jovens se aglomeraram na esquina bebendo copões enquanto os mais adultos bebiam cerveja. Os convidados "externos" ocupavam a maior parte das mesas embaixo do toldo e conforme chegavam o mestre trazia mais cadeiras e dava as boas-vindas. Durante o tempo que estive na festividade, percebi presença negra acima da média do município, me parecia que pelo menos 70% dos presentes apresentavam características fenotípicas de pretos e pardos. (Caderno de Campo C2, pesquisadora)

Em relação à população do entorno e a dinâmica de interação entre as ações realizadas pelo Grupo de Jongo Mistura da Raça e esta população, foi possível relatar que:

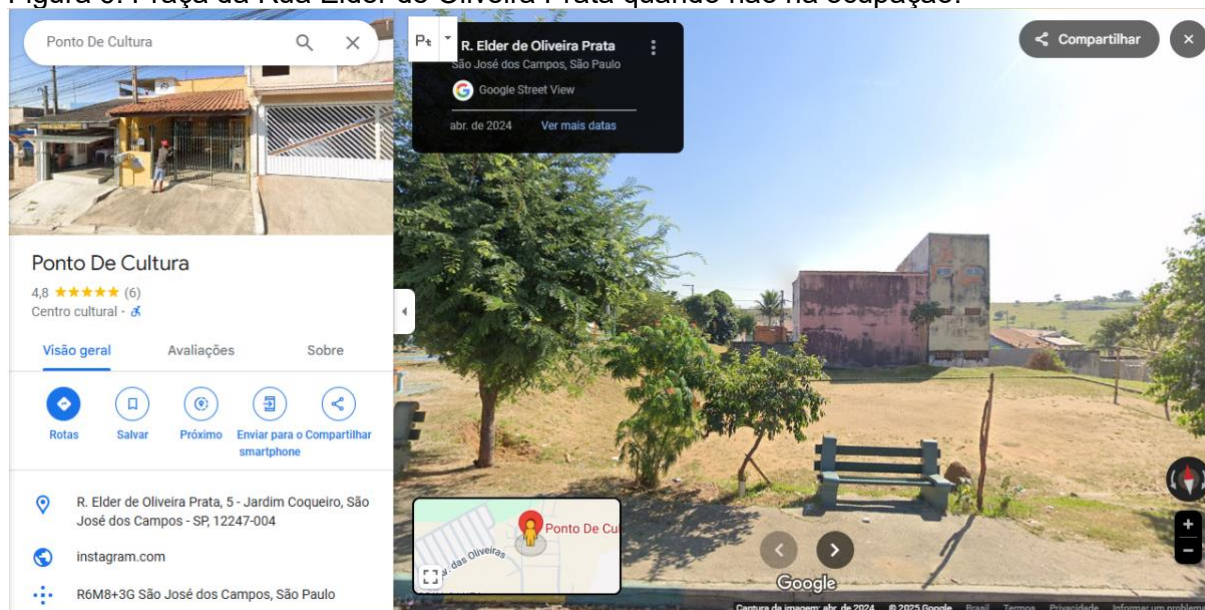
Certo ponto estava me sentindo a vontade o suficiente para me aproximar dos vizinhos imediatos ao ponto de cultura. Eles estavam sentados na calçada, tomando cerveja e curtindo o som. Me apresentei e disse que estava pesquisando sobre o grupo de Jongo e como a presença deles influencia no bairro. Era uma senhora negra na terceira idade, seu genro branco de meia idade e a neta adolescente branca. A senhora e o genro relataram morar no bairro há 30 anos, quando ainda era um loteamento irregular que tinham poucas casas. Mencionou que a gestão Carlinhos de Almeida foi quem trouxe a mudança para o bairro, como asfalto e regularização. Disse que tinha uma experiência maravilhosa com os vizinhos. Que se sentia à vontade para entrar e sair do ponto de cultura, que sempre se ajudam e que admira o trabalho feito pelo Mestre e pela Marcia. Disse que eles mudaram a história do bairro quando chegaram e que sempre participaram de todas as festas na praça e atividades na casa. Mencionou o trabalho de dança com as crianças e o bingo. Quando perguntei como é a praça em dias que não tem evento ela disse que a praça fica cheia de "tranqueira", que há consumo de drogas e que "não dá nem pra sentar na praça". Quando perguntei se eles teriam a importância de fazer pelo bairro, o que o governo não faz e ela concordou sumariamente. Expressou que gostaria de ver o Mestre Laudeni como vereador. (Caderno de Campo C2, pesquisadora)

Na imagem abaixo (Figura 5), é possível visualizar a praça onde são realizadas partes das maiores festividades promovidas pelo Grupo de Jongo Mistura da Raça, quando não há ocupação do espaço. Verifica-se um espaço deteriorado, que não recebe manutenção frequente por parte da Urbam, empresa de urbanização que possui a atribuição de fazer a manutenção de ruas, praças e parques no município. Além disso, observa-se que o entorno apresenta as caracterizações da revisão do Plano Diretor de 2006 (São José dos Campos, 2006), que descreve essa região, parte da Área de Ponderação 3 da Região Leste do município:

Na AP Leste 3 está o segundo menor percentual de casas cujas paredes são de alvenaria revestida; as casas de alvenaria sem revestimento somam quase 20% dos domicílios. Também chega a 21% a parcela dos lares cujo esgotamento sanitário é feito por fossa rudimentar (em números absolutos, mais de 3300 domicílios); outros 12% o fazem por fossa séptica. A média de cômodos por domicílio também é das mais baixas da cidade (5,06), o que evidencia uma situação de moradia bastante simples. Apenas 2,3% dos moradores possuem curso superior completo. Comércio e serviços, construção, trabalhos braçais e ocupações elementares (simples) respondem por cerca de dois terços das áreas de atuação dos trabalhadores. Pelo levantamento do último Censo, em 2010, esta AP atingiu a maior taxa

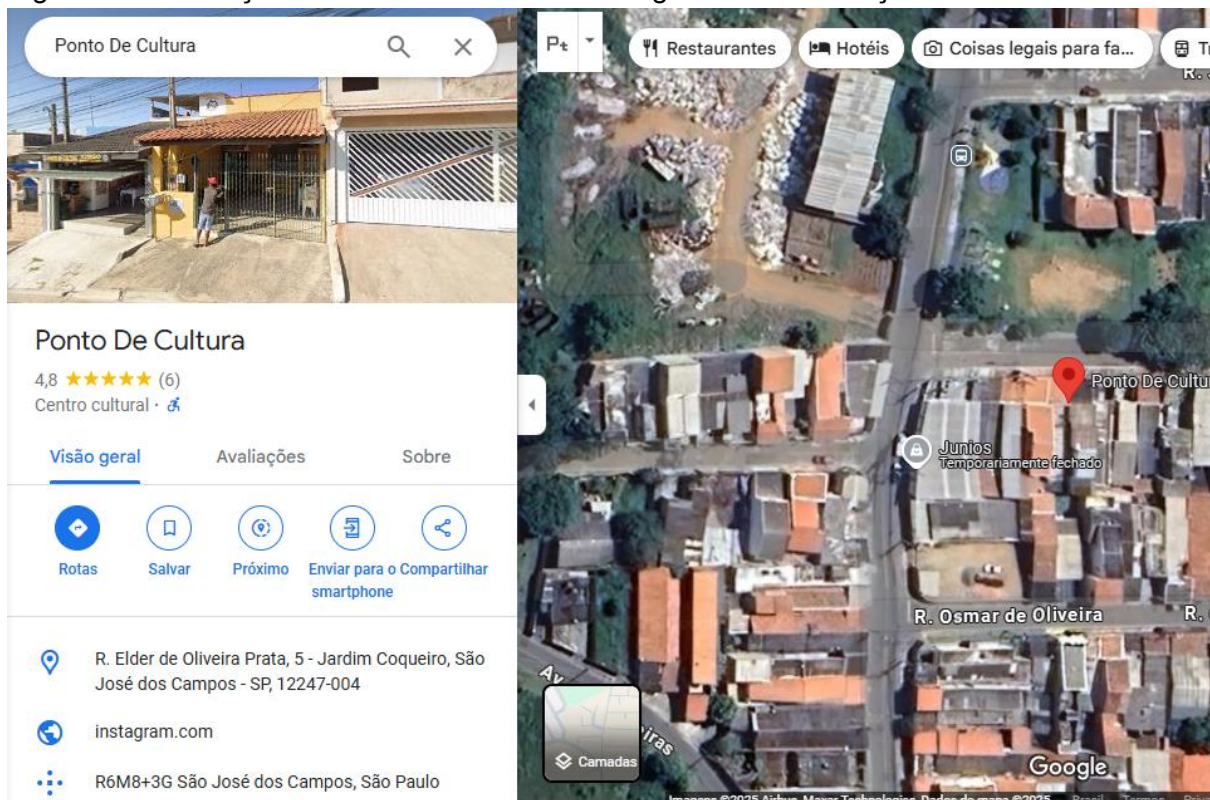
de desemprego dentre todas as áreas (São José dos Campos, 2006, p. 338)

Figura 6: Praça da Rua Elder de Oliveira Prata quando não há ocupação.



Fonte: Google Maps, 2024.

Figura 7: Localização do Ponto de Cultura do Jongo Mistura da Raça



Fonte: Google Maps, 2025.

Na dinâmica de interação entre os coletivos participantes da segunda sessão de grupo focal, que tinha o objetivo de refletir a dimensão da atuação no território e a territorialidade produzida pelos coletivos selecionados para a amostragem da

pesquisa, percebemos que os coletivos de conteúdo tático político-social tendem a realizar suas ações na região central do município, seja pela dimensão da percepção da acessibilidade pela via do transporte público, seja em relação ao público que pretendem alcançar, ou pelos equipamentos disponíveis para empréstimos que realizam com parceiros e aliados para o local de suas ações. As falas de Luciane Corrêa do Núcleo de Mulheres Negras Quilombelas e de Rosa Miranda, do Instituto Lélia González; são reveladoras nesse sentido:

pode ser em qualquer região né, mas prioritariamente ao longo do tempo, foi a região central da cidade, como atuamos, eu acho que entra já na segunda pergunta, de que forma o coletivo atua para combater o racismo, que é principalmente através de palestras, seminários, encontros, então acabamos buscando lugares que caibam mais pessoas, lugares mais visíveis, embora a gente acredite, na necessidade de estar, nas periferias né, e ir até onde as pessoas pobres e pretas estão né, acaba se priorizando, acabou-se priorizando um espaço central né, maior atuação, é de que forma? Através de encontros, palestras, rodas de conversa é, o seminários, houve mais recente, acho que no início da pandemia, o sarau da Carolina Maria de Jesus né, foi muito bacana, então são essas atuações, mas voltadas realmente pro social, perfil dos participantes, mulheres negras né, é um perfil variado, são pessoas, é universitárias ou não né, mas é um coletivo formado por mulheres negras, com quem coletivo se comunica? sociedade em geral, com é, a atenção maior as pessoas, as pessoas negras, e maior ainda as mulheres negras né, buscando, é o respeito, o protagonismo né, é das mulheres negras, porque às vezes até, até mesmo nos coletivos do movimento negro, foi assim que surgiu o Quilombelas né, é havia uma invisibilidade das mulheres no coletivo né, então se pensou a partir daí, são mais de vinte anos atrás né, é se criar esse coletivo feminino, então o público prioritário é o feminino. (Luciane Corrêa, Quilombelas).

(...) em primeiro lugar nosso coletivo atua muito nas escolas, ele é muito solicitado para palestras né, para conversas, durante todo ano a gente acaba se apresentando, mas nossos encontros prioritariamente a gente faz no centro, por entender que fica mais fácil acesso, por tentar, é juntar as pessoas das diversas regiões né, e também porque uso lugares onde ocupamos, são, são mais concentrados no centro, já que o instituto não tem uma sede própria, então utilizamos lugares, é através dos empréstimo, lugares que já existem, como o Centro Dandara, é os próprios sindicato, e também auditórios de escolas, é de que forma coletiva atua para combater o racismo na cidade. (...) o nosso alvo que são as mulheres pretas, as mulheres que ainda não se reconhecem pretas, ou as mulheres que ainda estão dentro da invisibilidade, mulheres que sofrem violência, mulheres que não conseguem chegar no seu dia a dia, é um objetivo um motivo para sair dessa, dessa dificuldade que ela se encontra, então a gente se propõe a trazer conhecimento, a trazer motivação, a

trazer inspiração. (...) as pessoas que participam hoje do meu coletivo, é 90% são formadas, eu diria que 98 são formadas, tem alguma formação acadêmica né, mas são pessoas principalmente, que precisaram ser trabalhadas desde o começo (Rosa Miranda, Instituto Lélia González)

Outra dimensão observada e que impacta diretamente no território em que atuam e na territorialidade produzida por parte dos coletivos que possuem conteúdo tático político-social de forma prioritária ou secundária é a formação acadêmica e os tensionamentos relacionados à ocupação em um espaço historicamente negado à população negra. O dilema de “tornar-se negro em um espaço branco” (Ratts, 2009), permanece como encruzilhada política, uma vez que:

(...) o racismo acadêmico se desdobra na manutenção de uma sub-representação negra nos corpos docente e discente, na resistência às propostas de Ações Afirmativas na Educação Superior, dentre elas uma política de conhecimento que se volte para as relações entre África e mundo, entre várias diásporas africanas e a produção intelectual afrodescendente. A descolonização mental/intelectual persiste como desafio sem uma estratégia única de resposta (Ratts, 2009, p. 92).

O Coletivo Negro de Psicologia Sankofa é expressão dessa realidade, tensionando a institucionalidade acadêmica em um dos cursos mais socialmente e racialmente inacessíveis da Universidade do Vale do Paraíba. O Coletivo, que nasceu durante a pandemia de Coronavírus, ainda que suas ações ocorram majoritariamente no ciberespaço, seu alcance tem o potencial de tensionar a territorialidade da universidade que está localizada na Zona Urbana Oeste, que concentra a maior renda e o prestígio social do município. O relato de Isabela Félix revela a disposição coletiva em tensionar a colonialidade do saber, ainda que, em outros momentos de sua fala, isso tenha lhe garantido o estigma de ser “agressiva” e “encrenqueira” perante os colegas de curso e o departamento do curso:

O Sankofa é uma organização online né, é por nós da psicologia da Univap, ou seja Urbanova porém era no período pandêmico né, foi em 2021 por conta né, do que eu falei de, por exemplo era da primeira turma, tinha, sei lá, quatro pessoas negras, mas nenhuma consciente da sua racialidade, e os outros anos né, vieram outras pessoas mesmo que eram por volta de quatro pessoas a cada ano né, centenas de de alunos brancos, mas essa necessidade dos poucos se conhecendo a gente se uniu online. (...) a gente atua voltado para esse campo da saúde mental de maneira geral, tanto profissionais estudantes de psicologia, mas também a quem tenha interesse da temática, e precisa de alguém ali com esse conhecimento técnico. (...) nós somos todas

mulheres negras, é estudantes, e profissionais de psicologia atualmente né, mas ele nasceu enquanto éramos todos estudantes (...) ações voltadas para nós enquanto membros, e também para a sociedade de maneira geral né, depende da finalidade do evento às vezes faz formação interna né, é faz um processo de letramento racial também (Isabela Félix, Coletivo Negro Sankofa)

Em relação às motivações dos coletivos no contexto macrossocial, das táticas de autoorganização e da avaliação geral do movimento negro joseense, as falas das representações dos coletivos evidenciam as desigualdades sociais e raciais como principal força motriz da existência e das ações dos coletivos. A necessidade de ampliação e manutenção de políticas públicas reforçam essas emergências, bem como a motivação pela difusão do conhecimento, do “letramento racial” e da potencialização das condições de vida da população negra, através da educação, uma vez que “o trabalho de coletivo, ele é muito importante necessário justamente porque é isso né, essa, essa forma da gente se fortalecer mesmo, para poder caminhar o individual” (Meire D’Origem, Triluna). A dimensão da individualidade e da coletividade são constantemente friccionadas, uma vez que as condições de vida dos ativistas e lideranças do movimento negro impulsionam o ímpeto da luta e são impulsionadas por ela.

primeiro de tudo é, essa questão né, da, da desigualdade, é não só racial, é financeira mesmo, assim, da desigualdade de renda né, mesmo, assim, das pessoas é uma coisa que motiva muito a gente por que, é nós somos frutos dessas desigualdades, e por conta delas a gente sabe que, sobretudo nas periferias, sobretudo mulheres negras, passam por situações, é bem difíceis (...) o coletivo alia arte para fazer essa formação, para trazer reflexões né, eu acho que falar dessas, dessas realidades né, e, e como a gente pode fazer para mudar esse, esse quadro né, eu acho que é essa coisa assim da, das cotas né, das políticas públicas afirmativas mesmo né, tem a gente, tem já tem conseguido mudar um pouco desse cenário né, a gente vê que hoje, as pessoas de periferia estão conseguindo ingressar mais nas universidades (...) e descentralizar né, por isso que a gente está sempre nas nas periferias, porque a gente sabe que o acesso das pessoas nas, nas periferias não é igual, não é o mesmo das pessoas nos centros urbanos né. (...) as táticas que a gente adota pelo coletivo, através do coletivo para conseguir manter as atividades internas e externas, é bom, a gente faz captação de recurso porque é uma realidade, ninguém ajuda mais a gente com nada (...) então a gente acaba utilizando dessas ferramentas que a gente tem ali para sobreviver, para existir, resistir né, tipo meio que isso, a seja fazendo um brechó, seja fazendo uma feira para captação de recursos, para conseguir se manter ativas né, porque é sobre isso, a nossa arte é uma arte cara, tudo é caro né, o capitalismo engole a gente se a gente deixar, então a gente acaba utilizando dessas ferramentas mesmo, assim, pra conseguir nos manter ativas interna e externamente, e

também os próprios encontros né, hoje eu acho que a internet ela possibilita muito isso né (Meire D'Origem, Coletivo Triluna)

A ocupação dos espaços e a busca pela compreensão de que é preciso estar em todos os lugares, físicos, sociais e simbólicos, que envolvam outras narrativas, para além do lugar de subalternidade, violências e carências, é outro ponto reivindicado por parte desses coletivos. A luta por direitos e acessos revelam pontos de tensão que incidem sobre a estratégia comum de luta dos movimentos negros. Uma vez que, tais reivindicações não necessariamente coadunam em projetos revolucionários de derrubada do sistema mundo.

quais os aspectos da realidade, é isso, motivam as ações de seu coletivo, desigualdade racial né, e toda, todo esse leque de coisas que acompanha né, é falta de consciência racial, é falta de, eu vou chamar de coragem, mas não é exatamente de coragem, é esse, o preto achar que ele não pode estar em alguns lugares né, porque é desconfortável, realmente alguns lugares se falando de São José dos Campos, são desconfortáveis (...) essa é uma coisa muito, muito importante né, e eu acho que o letramento, é racial, e além da consciência né, de nós temos direito sim, nós temos direito para estar em todos os lugares, na universidade, nos espaços é de elite né, e nos espaços periféricos, mas não só, podemos sair com até quaisquer lugares né, então eu acho que é o que motiva né, quando eu falei uma das coisas que motiva né, então a necessidade de informação, cultura né, é o nosso coletivo ele busca muito essa questão de de informação né, com informação, letramento (...). é então hoje temos é, na internet né, tem uma página do coletivo e mantemos, esses contatos principalmente, é não, não se desfez né, o contato virtual, é o que a gente tem, como a gente tem feito principalmente, mais já houve muito seminário, (...) na época da pandemia mesmo, lives né, que fizemos então sempre que é possível, para a gente tá atingindo pessoas, e nos comunicamos diariamente (Luciane Corrêa, Quilombelas)

Todavia, deve-se considerar que o contrapoder urge de localidades outras, remodelando estratégias e definindo urgências, com base na capacidade de agência dos sujeitos ao fugir da “anomalia da exclusão” (Asante, 2009, p. 95). E isso passa pelo processo de conscientização política dos sujeitos em diáspora e do investigador acerca dos termos da afrocentricidade.

A ideia de conscientização está no centro da afrocentricidade por ser o que a torna diferente da africanidade. Pode-se praticar os usos e costumes africanos sem por isso ser afrocêntrico. Afrocentricidade é a conscientização sobre a agência dos povos africanos. Essa é a chave para a reorientação e a recentralização, de modo que a pessoa possa

atuar como agente, e não como vítima ou dependente (Asante, 2009, p. 95).

Compreender essa capacidade de agência não implica que necessariamente todas as agendas serão ratificadas em uníssono pelo conjunto do Movimento Negro. Até porque, as desagências, ou seja, a incapacidade de operar de forma interseccional no grupo social negro e em constante relação com outros grupos sociais, definem tensionamentos e rupturas.

(...)o que nos motiva nesse momento, nessa realidade, ainda é a falta de conhecimento né, ainda é a falta de empoderamento, é da busca da ocupação dos espaços, eu acho que mesmo, é o Brasil tendo avançado em muitas coisas, a gente vê que o rompimento das mulheres negras com as outras mulheres foi outro dia né, porque se você pegar, 95 para cá foi outro dia, até então só discutia mulheres no país, mas não discutia as necessidades das mulheres negras, então quando a gente fala em movimento negro, a gente está falando do movimento que tentou ser unificado (...) acho que o movimento unificado, ele vem com o objetivo, de unir os negros num diálogo, mas nem todos os negros são ouvidos, porque nós mulheres continuamos, e continuávamos a ser só número, então quando há o rompimento, quando há essa dissidência das mulheres, é deixando claro para outras mulheres, e para os homens, que nós vamos assumir o nosso papel, é, há um rompimento muito grande dentro do movimento (Rosa Miranda, Instituto Lélia González-grifos nossos).

Outras motivações apontadas pelos coletivos participantes da sessão se grupo focal apontam para a necessidade da busca pelo conhecimento, pelo combate ao apagamento dos saberes produzidos e pela busca de pertencimento. Como indicado nas falas de Rosa Miranda, Isabela Félix e Meire Pedroso:

*essa motivação ela passa principalmente pelo conhecimento, a partir do momento, que você faz roda de conversa, com esclarecimento, a partir do momento que você leva palestras, a partir do momento que você faz live, você tá o quê? Ajudando a todo esse povo, essas pessoas, não só aprenderem, mas também ensinarem, porque eu digo pra você, nesses quase quarenta anos de movimento, de atuação eu mais aprendi, do que ensinei, **porque eu aprendo com a mulher da favela, eu aprendo com a mulher da rua, eu aprendo com a mulher da, da prostituição, com o menino da, da, lá daquela fundação casa, eu aprendo com inúmeras pessoas, coisas que eu jamais imaginaria naquele momento, mas que uma palavra me faz refletir, então é isso é uma das minhas motivação, e que eu acredito que é do instituto, já que a gente trabalha a questão da igualdade racial né, e de gênero.** (Rosa Miranda, Instituto Lélia González-grifos nossos)*

*“desigualdade, racismo estrutural, mas especificamente o Sankofa, é epistemicídio né, e **racismo institucional**, porque, por conta de quando a gente estava na graduação, existe essa pouca representatividade e também as violências que existiam naquele espaço, que eram sutis, ou não, a gente às vezes não conseguia nomear não tinha letramento para isso (...) a nossa vivência lá naquele espaço elitizado da Univap, é fez com que a gente né se reunisse, a gente fizesse o caminho oposto e se juntasse, assim como também o epistemicídio, **o fato da gente não ter autores negros, a gente não tem essas referências, a gente buscar por elas então**, foram esses, é especificamente motivos que, que né, é centralizaram o nosso coletivo” (Isabela Félix. Coletivo Negro Sankofa-grifos nossos)*

*essa necessidade de pertencimento, é eu vejo desde, dessa migração da família lado de Barra do Piraí, basicamente na Boca do Mato, que é uma comunidade preta mesmo, que, quilombo nesse conceito moderno, e aí essa família, **para que ela pudesse existir nessa cidade branca, sabe, eles precisaram fortalecer essas noções de pertencimento**, que eles pertenciam a essa tecnologia ancestral, como a gente fala agora, e isso promover o fortalecimento enquanto sujeitos históricos e protagonista dessa cultura, eu acho que isso foi fundamental, para que eles pudessem existir nessa cidade (...), com relação a nós, que chegamos depois pela família, também foi isso (...) então eu acho que tem muito a ver com o pertencimento (Meire Pedroso, Grupo de Jongu Mistura da Raça-grifos nossos)*

Em relação às fontes de financiamento que garantam a auto-organização dos coletivos, observamos que os coletivos de conteúdo tático político-social tendem a apresentar dificuldades para garantir as atividades do coletivo com autonomia. Suas ações requerem organização anterior e relações com instituições políticas como partidos e sindicatos. Conquanto, podem realizar atividades que possuam atividades de custeio, como rifas, minicursos e bar.

Quais são as táticas adotadas pelo seu coletivo para que consigam se manter as suas atividades internas? Olha isso é bem complexo, porque como eu já disse, todos nós temos profissão, ou não temos que trabalhar para nos sustentar, então (...) eu preciso do conhecimento de cada uma de vocês, pra poder dividir comigo, é e levar isso para outras pessoas, eu acho que é assim que a gente tenta sobreviver, e assim financeiramente, o que nos salva ainda é algum sindicato, ou então a famosa vaquinha que a gente faz entre nós mesmo né (Rosa Miranda, Instituto Lélia González).

(...) na época de estudante a gente se virava bastante, mas os eventos a gente pedia, como era online né, a gente pedia a contribuição para que a gente pudesse pagar as pessoas que participavam né, os profissionais, é todo mundo que se dispunha de estar nessas formações, a gente é cobrava uma taxa que era dez, quize reais, para

a gente pagar esses profissionais estão ali cedendo o seu tempo, seu trabalho né, já formadas em psicologia, e hoje como psicólogas né, a gente devolve ali tudo todo esse conhecimento aprendido né, para além do nosso trabalho, com os nossos pacientes, na nossa atuação profissional no coletivo a gente devolve esse conhecimento também (...) (Isabela Félix. Coletivo Negro Sankofa).

Em contrapartida, coletivos cuja **tática é político-cultural e/ou institucional** os editais públicos e privados se apresentam como possibilidades concretas de garantia das ações, ainda que outras atividades, de caráter imediato e de reprodução individual dos artistas e dos grupos precisem ser realizadas cotidianamente. Nesse ponto, Meire Pedroso ressalta a dificuldade em acessar recursos públicos diretos, pela via do diálogo. Uma vez que os editais têm se traduzido na única forma de cotejar recursos públicos para financiar ações de cultura na cidade. Contudo, devido à limitação das vagas e dos recursos pela via dos editais, observa-se que, se por um lado, a concorrência de editais viabilizou a execução de ações duradouras e consolidadas no território, por outro lado, limitou recursos menores, ligados às ações cotidianas, como a requisição de um transporte ou de equipamentos de som para a realização de um evento.

através de captação, é através de editais, mas também tem muita questão do empreendedorismo, de, nas festas vender cerveja, vender um pão com linguiça, que é uma sabedoria ancestral deles, a paçoca, você sabe, então tem todos elementos, que é próprio dessa, desse, da dessa herança (Meire Pedroso, Grupo de Jongo Mistura da Raça)

Na terceira e última sessão do grupo focal, ao buscarmos sistematizar as fragilidades e as potencialidades do movimento negro joseense, a “desunião” é apontada como o principal marcador do Movimento Negro Joseense. Neste momento, as vulnerabilidades são apresentadas nas entrelinhas, ressaltando a atuação de indivíduos considerados problemáticos, cujos nomes são ocultados, mas que suas ações são de conhecimento público e acometem ao entendimento de que “nem todo preto é irmão”. Contudo, reconhecem que parte dessa problemática tem função sistêmica de um projeto.

essa desunião mesmo, assim sabe, eu acho que isso também é um projeto né, é um projeto né, do sistema mesmo, é uma tática de guerra inclusive né, dividir separar, para atacar né, que a gente se, enfraquece, enfraquece, e isso enfraqueceu o movimento negro, eu acho que é desunião (Meire D´Origem, Coletivo Triluna)

Destarte, reivindicam a mobilização pelo que é comum, com o objetivo de chegar à unidade na diversidade.

(...) a gente precisa “tá” mais junto né, (...) nem todo preto é irmão, então a gente pode saber de quem, e como se aproximar, mas primeiro a gente se aproxima, vamos ficar juntos, se não rolar, “tchau querido, não é meu irmão, não é minha irmã”, mas, mas esse porque, eu acho que assim a pluralidade ela é importante, então ter o universitário né, o do hip hop, diversos tipos de, de ações mas a gente pode estar mais junto, porque o objetivo comum né, nós não estamos, é em contradição né, eu acho que unir ambos, acho buscar a união daqueles que se que falam, falemos a mesma língua né, buscando esse objetivo comum, eu acho que é isso (Luciane Corrêa, Quilombelas).

Outro aspecto que se julga fundamental é o reconhecimento com “quem veio antes”; sobretudo, por parte dos mais novos, respeitando os princípios da ancestralidade (culto ao mais velho), ao passo que, caberia aos mais velhos respeitar e acolher os mais novos.

Olha vou ser bem vou ser curta e grossa, o movimento de São José ele tem várias fases, tem aqueles que se acham melhor, tem aqueles que se acham igual, e só e tem aqueles que se acham mais ou menos, e tem aqueles que chega de repente ocupam espaço que não é deles, aí quando ele vai dialogar a conversa fica meio difícil, então eu acho que o respeito tem que passar por tudo, porque eu costumo dizer, que nesses anos meus de convivência, eu sou obrigada a fazer referência por Fabrício, a fazer referência por Bosco, a fazer referência para o povo de Taubaté, porque foi com eles que eu comecei a fazer o movimento negro (Rosa Miranda, Instituto Lélia Gonzáles).

Contudo, o grupo possui expectativas de que iniciativas recentes, como o Festival Kinkulo de Arte Urbana, realizado em 20 de novembro de 2024, a partir da articulação de nove coletivos negros em atividade na cidade e que reuniu aproximadamente 300 pessoas no Sindicato dos Químicos, com atividades culturais, rodas de conversa, apresentações artísticas, oficinas e feijoada; represente uma modificação nesse cenário. E que inaugure um novo contexto de maior interação entre os coletivos.

vai surgir outros coletivo, que a gente precisa aceitar, que a gente precisa respeitar, o que não dá é pra ele fingir que nós não existimos, porque a gente já fez a nossa história, agora ele que dê continuidade, então é em relação ao movimento negro, o que eu acho assim, a gente só precisa observar isso, é se as coisas tão andando, tão fluindo, se todo mundo está ocupando seus espaços, porque a gente não quer que ninguém leve a glória sem fazer nada, tem que

levar a glória porque fez alguma coisa, porque quando ele promove o outro ele está promovendo a si próprio então assim é, eu acho que eu já falei bastante, é a minha opinião está certo, é eu agradeço a todo mundo que veio antes de mim, que veio junto comigo, está depois de mim, e dizer que eu aprendo, aprendo mesmo, e me coloco sempre a disposição para aprender, mas eu também, tenho tranquilidade, de que [dizer que, o que] eu aprendi não é qualquer um que vai me tirar, esse é meu, você entendeu, eu posso dividir, muito obrigado (Rosa Miranda, Instituto Lélia Gonzáles-grifos nossos).

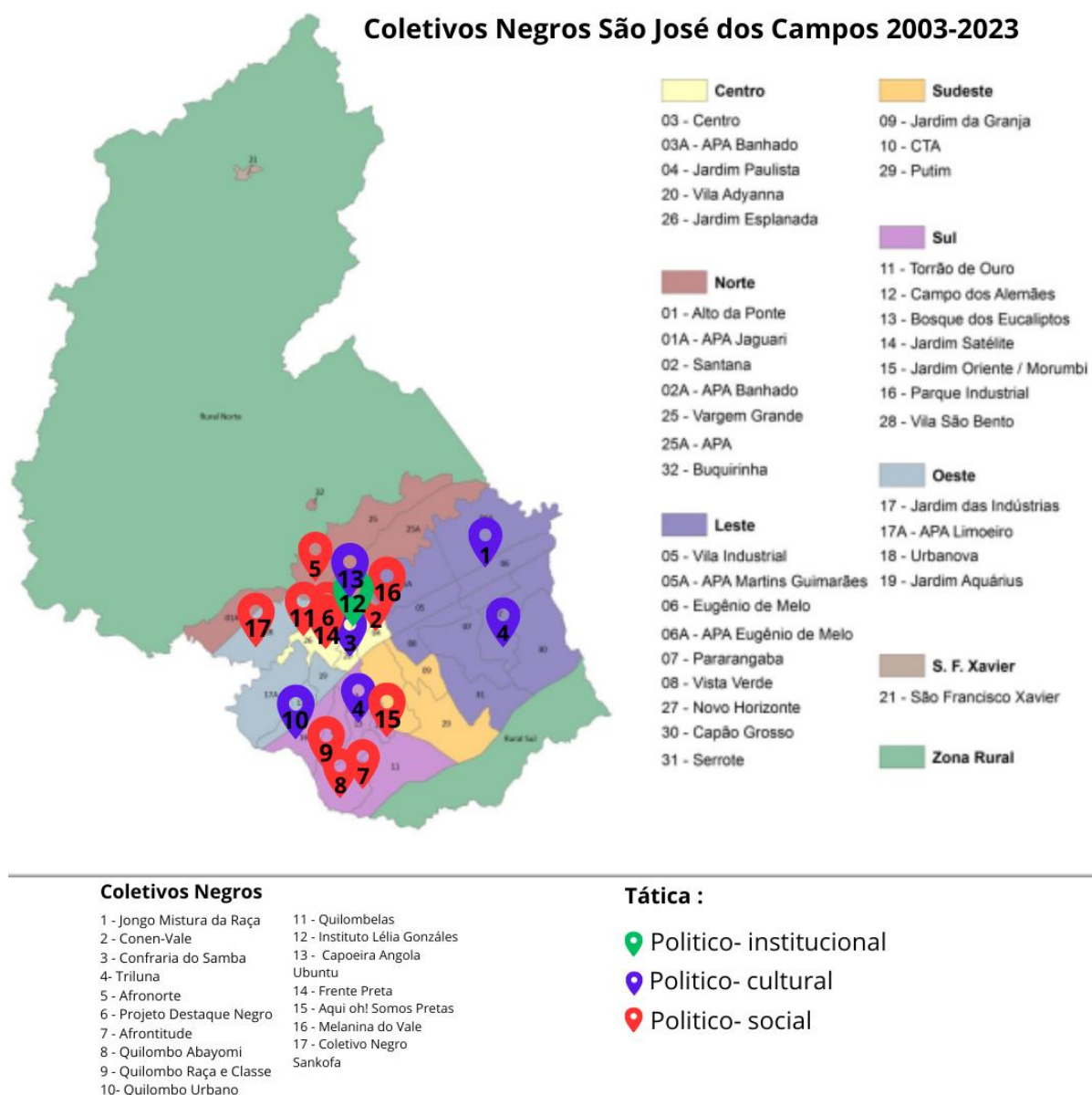
A partir das informações obtidas na pesquisa, nos campos realizados, na sessão 2 de grupo focal e nas entrevistas realizadas, chegamos à produção do mapeamento dos Coletivos e Movimentos Negros de São José dos Campos-SP. O primeiro, diz respeito ao intervalo completo entre 2003 a 2023 (figura 8). Localizando os 17 coletivos, a partir de seu conteúdo tático prioritário no território. Nesta cartografia aplicamos todos os coletivos levantados no período, tal que 11 estão ativos e 6 inativos.

Verifica-se uma grande concentração de coletivos negros na região central da cidade. Mas, cabe ressaltar que, a despeito da histórica atuação do município em remover populações pobres de regiões consideradas estratégicas, algumas comunidades resistem, ao ocupar o solo urbano privilegiado do centro da cidade. A esta ocupação, o poder público designa os chamados “bolsões de pobreza” e é tratado na literatura institucional como um desafio a ser superado.

Esta área de ponderação apresenta características peculiares de um desenvolvimento antigo, porém também revela sintomas de estagnação e claros sinais de bolsões persistentes de pobreza. (...) A área de ponderação Centro 1 abriga a Favela Nova Esperança, no Banhado, e outras comunidades com alta vulnerabilidade social como as Vilas Santa Cruz I, II e III. Dos 13 mil domicílios desta área de ponderação, 331 (cerca de 2,5%) ainda apresentam esgotamento por vala a céu aberto. Embora não se destaque por baixa escolaridade, a AP Centro 1 fica bem atrás das áreas mais desenvolvidas no número relativo de graduados em nível superior – 87% de sua população não possui diploma de nível superior. Dos moradores formados em curso superior, 18% concluíram formação de professores (correspondem a 10% dos formados em Educação na cidade) (São José dos Campos, 2016, p. 311).

Desta forma, a região central é palco de constantes tensões sociais associadas à ocupação urbana, mobilidade, uso do solo e os atores que friccionam as intenções de “revitalização do centro”, o que, geralmente, significa a remoção das comunidades pobres e negras; ao qual os moradores das favelas do Banhado e Santa Cruz, historicamente, tensionam tais intenções.

Figura 8: Cartografia dos coletivos Negros de São José dos Campos-SP 2003-2023



Fonte: Autora, com mapa original extraído do PDDI-2018

Conquanto, verifica-se números expressivos de coletivos de tipo tático Político-social e Político-cultural na região Sul do município, eles atuam, sobretudo, na área de ponderação Sul 1, que se caracteriza como uma região populosa, afastada das centralidades urbanas e com uma população de 20 a 30% que possui rendimento médio de até meio salário-mínimo por unidade domiciliar. Ademais, esta região foi palco de uma das desocupações mais violentas do município e que teve projeção internacional, que foi a desocupação do Pinheirinho, em 2012.

Com mais de 77 mil habitantes, esta área de ponderação engloba os setores mais afastados da região Sul, próximos à divisa com o município de Jacareí. É a segunda maior área em termos populacionais. Localizam-se ali bairros conhecidos vulgarmente como “fundão da zona Sul”, termo que carrega um sentido espacial e

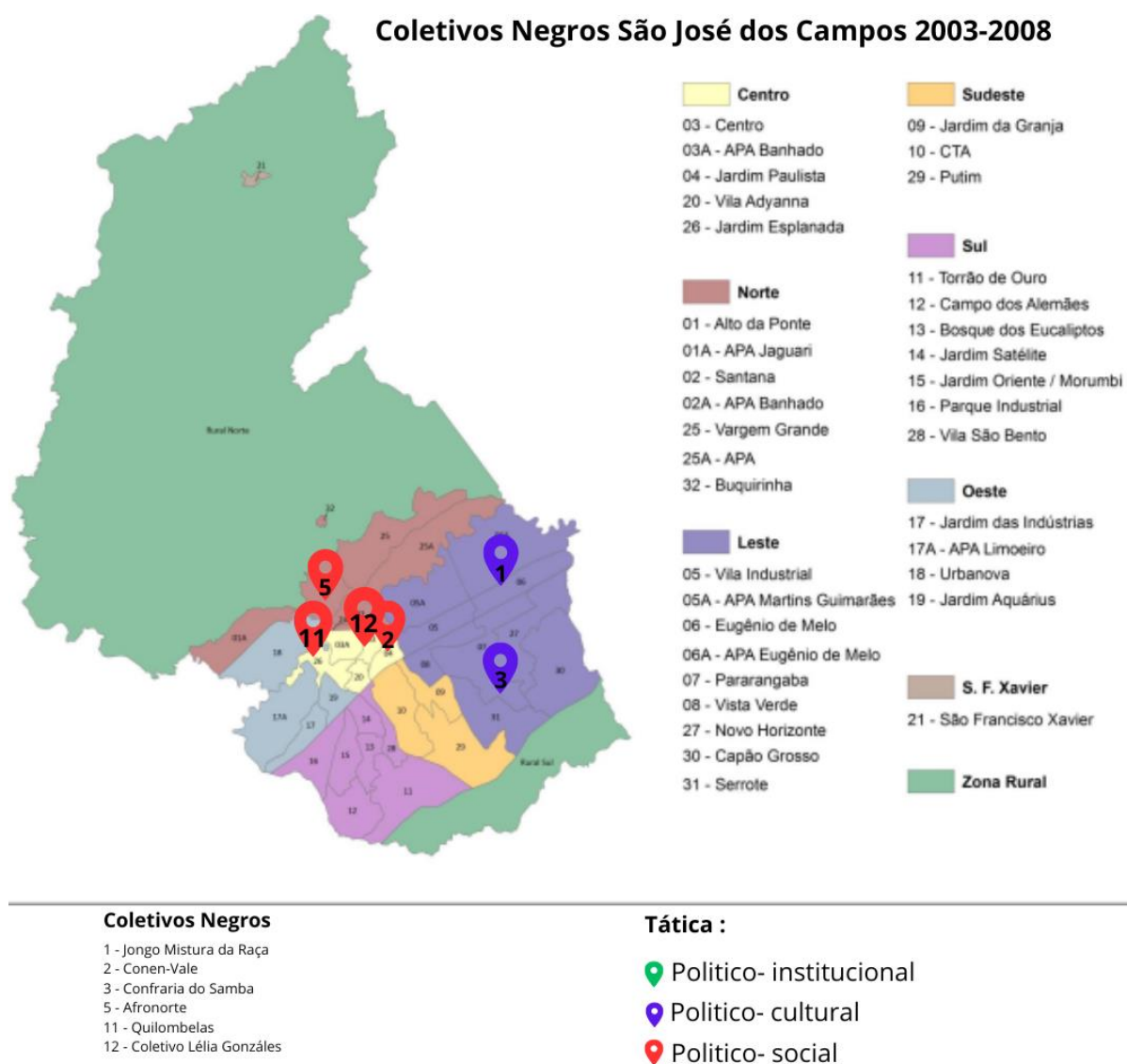
também pejorativo, pois de fato as condições são expressivamente mais problemáticas. Compõe-se de um núcleo formado no fim da Avenida Cidade Jardim e Estrada do Imperador (bairros Campos dos Alemães, Dom Pedro, Colonial, Jardim República) e outro mais a leste, formado pelo bairro Interlagos e adjacências até a rodovia dos Tamoios (São José dos Campos, 2016, p. 320).

Na região leste do município, se concentram os coletivos de ação tática Político-cultural, conforme mencionado anteriormente, sobretudo na área de ponderação Leste 3, compreendendo uma das áreas mais pobres e precárias do núcleo urbano, com a quarta menor renda média domiciliar dentre as áreas de ponderação (São José dos Campos, 2006).

A segunda cartografia corresponde ao intervalo entre 2003 e 2008 (Figura 9); no período é possível visualizar a concentração de coletivos Político-sociais na região central. Deve-se destacar no período a atuação do coletivo Afronorte, fundado entre 2003 e 2004, e que mobilizou de forma expressiva a população negra da região norte do município. Esta região, compreendida como área de ponderação Norte 1, já foi a zona industrial do município no início do século XX, é uma zona limítrofe de área rural mais vulnerável do município, com indicadores de vulnerabilidade muito altos (ver figura 2).

Na região leste verificamos a prevalência de coletivos Político-culturais, certamente como expressão de uma forte presença negra na região que atuava desde 1980, 1990 e início dos anos 2000, como o Coletivo Zumbi dos Palmares, o Coletivo/time de futebol Camarões e a Pastoral do Negro que realizava as missas afro, na região do bairro Novo Horizonte e adjacências; propício ao surgimento do Grupo Confraria do Samba Enredo. Ademais, nesse período o Grupo de Jongo Mistura da Raça realizava suas ações em parceria direta com a Fundação Cultural Cassiano Ricardo, utilizando o espaço “Oca”.

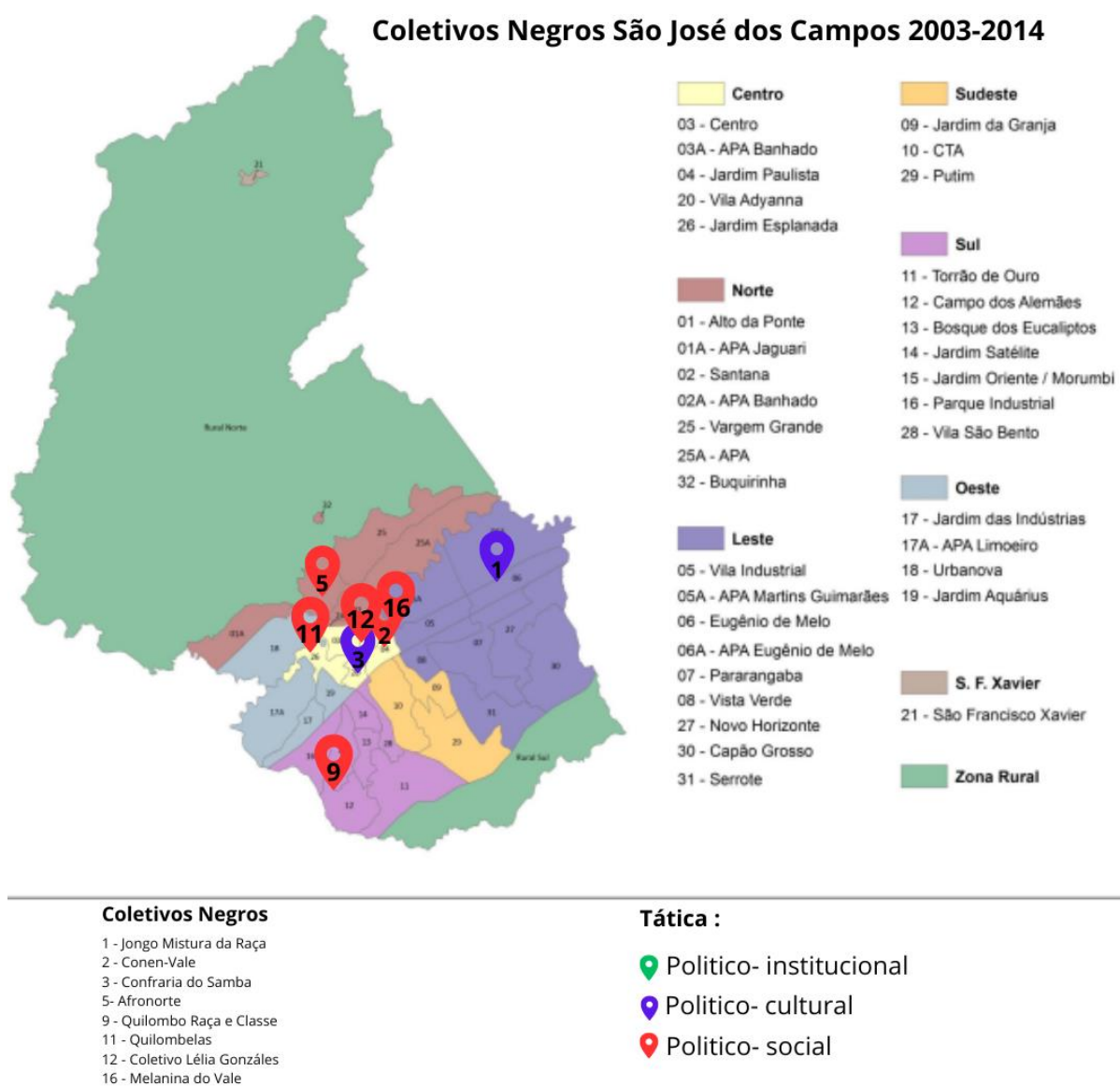
Figura 9: Cartografia dos coletivos Negros de São José dos Campos-SP 2003-2008



Fonte: A autora, com mapa original extraído do PDDI-2018.

O terceiro mapa refere-se ao recorte entre 2003 e 2014 (figura 10), entre 2008 e 2014, são fundados dois coletivos negros. No período, em âmbito nacional, celebrava-se o que para uns seriam “conquistas” e para outros, “concessões” do governo federal do Partido dos Trabalhadores, como a lei 10.639/2003, a lei 11.645/2008, a lei 12.711/2012, a lei 12.288/2012, bem como as conquistas substanciais em direitos sociais e políticas públicas associadas à moradia, renda e salvaguarda de culturas afro-brasileiras, como o estabelecimento da Política Nacional de Cultura e a patrimonialização de manifestações artísticas, como o Jongo, a Capoeira e o Samba de Roda.

Figura 10: Cartografia dos coletivos Negros de São José dos Campos-SP 2003-2014



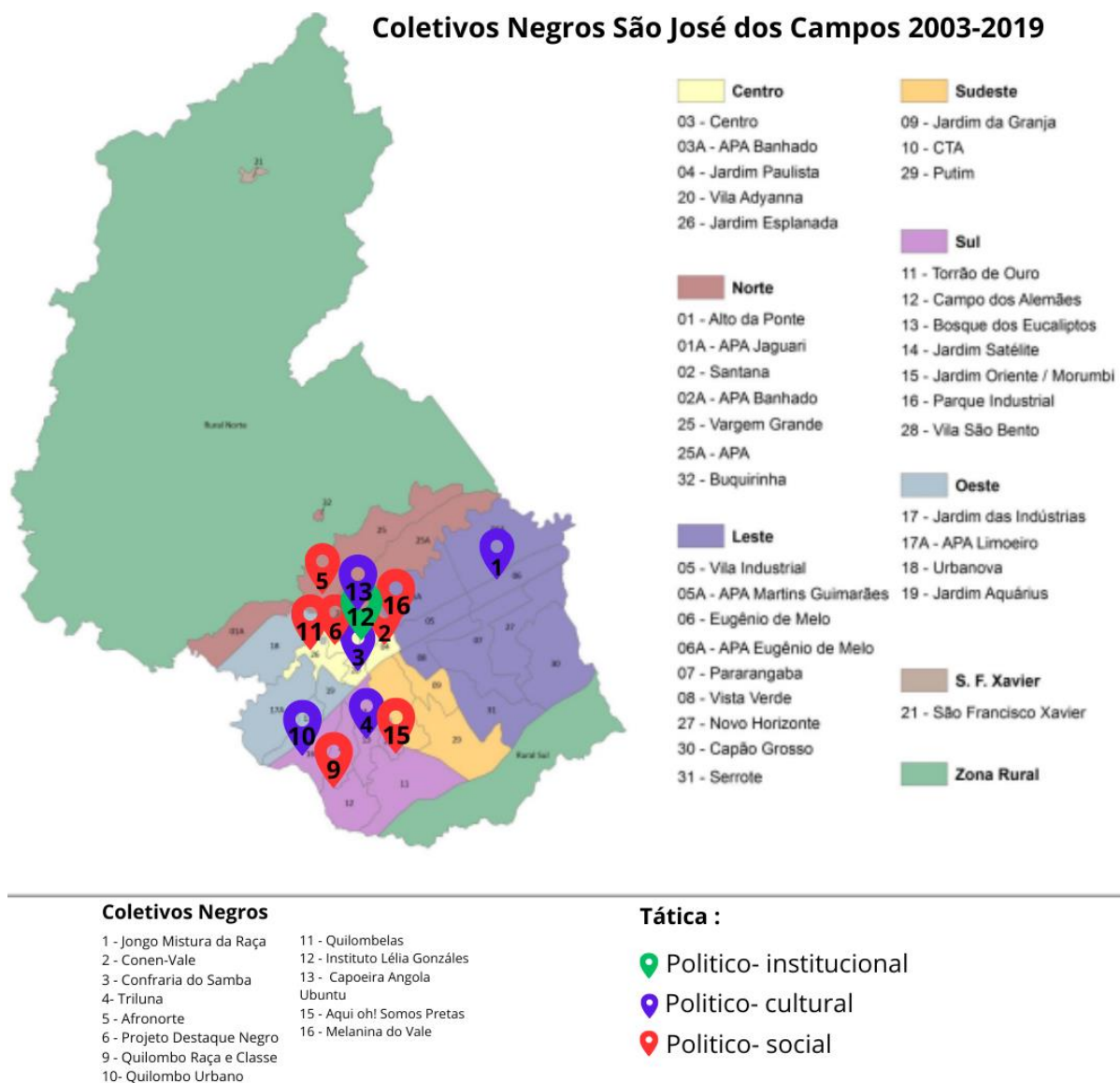
Fonte: A autora, com mapa original extraído do PDDI-2018.

O quantitativo posterior a 2014 revela um crescimento exponencial de 115% no número de coletivos negros de São José dos Campos (figura 11). Embora as questões de ordem macrossocial não tenham aparecido com centralidade no conteúdo das falas das sessões de grupo focal, estima-se que o contexto político do Impeachment/Golpe sofrido por Dilma Roussef, o recrudescimento de movimentos declarados no campo da direita, a eleição de Jair Bolsonaro, a agenda ultraconservadora a nível mundial, o aumento da denúncia dos casos de racismo e violência policial e o fluxo informacional relacionados à luta antirracista; tenham favorecido o aumento significativo de organizações negras.

Considerando os coletivos em atividade em 2019 (figura 11), um ano anterior à pandemia de Covid-19 e 2023, houve um crescimento de 41,6% de coletivos negros,

reforçando a hipótese de que a crise sanitária evidenciou ainda mais o racismo e, por conseguinte, a resistência, sobretudo nos territórios periféricos.

Figura 11: Cartografia dos coletivos Negros de São José dos Campos-SP 2003-2019



Fonte: A autora, com mapa original extraído do PDDI-2018.

7 CONCLUSÃO

Concluir um trabalho desta magnitude, em termos de recorte sócio-histórico e territorial, levantada e analisada tão coletivamente quanto possível, com a história em movimento, certamente não seria tarefa passível de se finalizar, senão, como premissa de provocação de que há uma lacuna de pesquisa a ser preenchida. E não apenas como curiosidade científica, ou para cumprir uma agenda de políticas públicas que está para lá de atrasada. **Trata-se de reparação histórica.**

Cabe ressaltar que essa sistematização é uma realidade possível, dentre tantas que poderiam ser enfatizadas a partir dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Ademais, deve-se ressaltar o comprometimento desta pesquisa com a dimensão prática, enquanto proponente da reprodução e do recrudescimento da luta do povo negro face à exploração e opressão que nos atravessa. E neste ponto, me traduzo enquanto parte deste sujeito-pesquisado, ainda que resulte a desqualificação de meus feitos enquanto sujeito-pesquisadora. Contudo, esta é a contribuição omnilateral de uma totalidade concreta que pretendo alcançar e suscitar no campo (Kosisk, 1976). Pois, é certo que neste trabalho houve mais pontos de partida do que pontos de chegada (Holliday, 2006).

Do ponto de vista dos dados obtidos na pesquisa obtivemos algumas confirmações, outras tantas impressões e muitos sentidos de continuidade, no esperançar de Bell Hooks (2017). Para tanto, observou-se que o Movimento Negro Joseense, nestes últimos 20 anos tem apresentado característica segmentada e heterogênea no território, com uma alta concentração na porção central, mas com significativa inserção nos territórios periféricos; o que revela a disposição dos segmentos de luta em se popularizar e dialogar com a cidade.

Em relação ao conteúdo tático destes movimentos e coletivos, verificou-se que os movimentos situados no centro da cidade tendem a apresentar conteúdo tático político-social, com forte relação com o movimento negro acadêmico (Ratts, 2009), enquanto os movimentos situados nas periferias tendem a apresentar conteúdo tático político-cultural, com forte relação com as culturas tradicionais, como o Jongo e a Capoeira, e urbanas, como o Hip Hop.

Contraditoriamente, observou-se que os coletivos periféricos, têm acessado mais a institucionalidade por meio dos editais de fomento à cultura, colocando suas ações em posição privilegiada no que se refere à quantitativo de ações e de público nos eventos presenciais, capilaridade em outras porções do território e capacidade de mobilização de seguidores, curtidas e visualizações nas redes sociais. Contudo, nota-

se que este processo de institucionalização do movimento negro a que se referem Pereira e Pereira (2021), não se dá a partir de um processo de cooptação de forças sociais a um processo de conservação destes movimentos no campo reacionário, ainda que parte deles estejam dimensionados a partir da supressão das necessidades básicas da população negra e da promoção de direitos constituídos.

Nota-se ainda que as negociações com a institucionalidade e a própria institucionalização de parte destes coletivos negros, ao assumir uma identidade jurídica (CNPJ), compreende mais uma tática-meio para que se concretizem suas táticas-fins, e que melhor proporcione direcionamentos à estratégia de superação do racismo e de outras formas de opressão, no território em que se realiza.

Conquanto, observa-se que o protagonismo do período é de mulheres negras, que ao tensionarem os espaços políticos constituído, como o movimento negro, o movimento sindicalista, partidos políticos e movimentos feministas, desvelam as intersecções de raça, gênero, sexualidade e classe; questionando estes espaços e criando espaços próprios, nos quais pautam as dimensões objetivas e subjetivas de suas existências. Desta forma, verificou-se a tendência de parte considerável das ações voltadas ao efeito do racismo na produção da subjetividade e no sofrimento psíquico, bem como a manutenção da tendência de ações voltadas à educação e a reivindicação em torno de políticas públicas e direitos sociais.

Cabe ressaltar que o movimento negro local demonstra identificar a maneira como o racismo urbano opera na produção do território por meio de uma política de invisibilização e remoção forçada de população negra para regiões periféricas do município e dispõem-se a tensionar esta realidade pela ocupação dos espaços e a busca por visibilidade e representatividade nos espaços de poder. Nesta empreitada, resistência tomam contornos de negociação associada a enfrentamentos diretos, tanto nas inflexões históricas, como as manifestações de rua do #Elenão e dos #vidasnegrasimportam; como nas ações cotidianas, a que se pese a ocupação do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, as relações com a Fundação Cultural Cassiano Ricardo e com os partidos políticos e sindicatos aliados à luta contra o racismo.

Desta forma, observa-se a tendência à prevalência pela via da negociação do que pela via do enfrentamento direto, em se tratando da pergunta de partida desta pesquisa. Na compreensão de que a negociação não significa concessão, retrocesso ou abandono das conquistas históricas.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa revelou a potência epistemológica fundada na supressão da lógica de objetificação do sujeito pesquisado; historicamente

esvaziado e “infantilizado”, na acepção Gonzaleana, de que infante é aquele que não tem fala. Nesse sentido, a sistematização de experiências apresenta uma alternativa viável de produção de conhecimento, associando métodos e técnicas validadas, porém, comprometida com a práxis transformadora da ciência engajada. Nesse sentido, a mobilização dos sujeitos só foi possível mediante comprometimento explícito entre as partes envolvidas, tal que, sujeito-pesquisador buscou manter a postura dialógica e ética com os sujeitos-pesquisados *em todas as etapas da pesquisa*, bem como, manteve total compromisso e engajamento político com a estratégia do grupo social a que se refere a pesquisa.

Nesse sentido, durante o percurso, as escolhas metodológicas e discursivas, o acionamento e mobilização de determinados coletivos em detrimento de outros, foi acompanhado de profundo sentimento de honestidade intelectual que admite atravessamentos outros, para além da racionalidade técnico-científica. Tal que, *o eixo da sistematização é a própria prática dos coletivos e movimentos negros, no sentido de fortalecimento e proposição de suas agendas* no esforço da superação de algumas rupturas de natureza ideológica e afetiva, que puderam ser observadas nessa dinâmica de interação entre eles.

Conquanto, os coletivos e movimentos negros de São José dos Campos e de todo o mundo dialogam entre si, tal que, a tendência que se observa é a da busca pela unidade na diversidade e a afrocentricidade, enquanto norteador de suas agências. Nesse sentido, o Movimento Negro Joseense tem operado por meio da resistência cotidiana às violências e ao apagamento na cidade que se pretende incolor, enquanto reprodutora de racismo urbano e colonialidade territorial.

Enquanto isso, galgamos os espaços e promovemos fissuras nos muros das academias, para que reconheçam as cores da cidade incolor.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografia Social, Terra e Território**. Rio de Janeiro : Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

ACSELRAD, Henri; VIÉGAS, Luciana Mendes. **Cartografia social e lutas por território**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2023.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AFRONTITUDE. **#Afrotendência**. São José dos Campos, 6 jan. 2021. Instagram: @afrontitude. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CJt-yUfHmFa/?img_index=1. Acesso em: 20 jan. 2025.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALMEIDA, S. **O que é Racismo Estrutural?** Belo Horizonte: Letramento Justificando, 2018.

ANUÁRIO Brasileiro de Segurança Pública. n.16, p. 1-513, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>. Acesso em: 3 set. 2024.

ARAÚJO, Ana Patrícia Pinho. **Urbanização e segregação socioespacial no Brasil**. Rio de Janeiro: UFF, [s.d.].

ASSANTE, M. K. **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

BALLESTRIN, L. América Latina e Giro Decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89-117, 2013.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras categorias carismáticas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERTHA, Clara; EGLER, Cláudio. **Geografia urbana no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, [s.d.].

BERTH, J. **Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

BONTEMPO, V. L. Achille Mbembe: A Noção De Necropolítica. **Sapere aude**, v. 11, n. 22, p. 558-572, 2020

BORGES, J. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

BORSANI, Hugo. **Metodologia de pesquisa: fundamentos e práticas**. São Paulo: Atlas, 2021.

BORTONCELLO, Daniel de Jesus *et al.* **Geografia, educação e pandemia**. Curitiba: Appris, 2022.

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro do 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS – DATASUS. **TABNET: Informações de Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, [s.d.].

CAMARGO, Ana Lúcia; LAMPARELLI, Carlos Alberto; GEORGE, Fernando. **Recursos hídricos: conceitos e gestão**. São Paulo: Blucher, 2007.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CHOAY, F. **O Urbanismo: Utopias e realidades: uma Antologia**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1965.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

DELGADO, Y. F.; RUIZ, A. M. Hacia una teoría urbana transmoderna y decolonial: una introducción. **Polis, Revista Latinoamericana**, v. 13, n. 37, p. 339-361, 2014.

DEVULSKY, A. **Colorismo**. São Paulo: Jandaia, 2021.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2024.

FARRÉS, Pablo; MARATAN, Lúcia. **Urbanismo e a luta por moradia**. São Paulo: Edusp, 2019.

FERNANDES, F. **O Negro no mundo dos brancos**. 2. ed. São Paulo: Global, 2007.

FORLIN, L. G.; COSTA, S. M. F. Urbanização e segregação sócio-espacial na cidade de São José dos Campos-SP: o caso Pinheirinho. **Geosul**, v. 25, n. 49, p 123-158, jan./jun. 2010.

GOMES, N. L. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Perrópolis: Vozes, 2019.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOOGLE MAPS. **R. Elder de Oliveira Prata, 10**. Disponível em: https://www.google.com.br/maps/@-23.1672429,-45.7835732,3a,75y,346.76h,83.3t/data=!3m7!1e1!3m5!1s4K8wD7erVeQiWwUMZloD-g!2e0!6shhttps:%2F%2Fstreetviewpixels-pa.googleapis.com%2Fv1%2Fthumbnail%3Fcb_client%3Dmaps_sv.tactile%26w%3D900%26h%3D600%26pitch%3D6.700000000000003%26panoid%3D4K8wD7erVeQiWwUMZloD-g%26yaw%3D346.76!7i16384!8i8192?entry=tту&g_ep=EgoyMDI1MDQyMy4wKXMDSoASAFQAw%3D%3D. Acesso em: 17 abr. 2024.

GOOGLE MAPS. **Ponto de Cultura**. Disponível em: https://www.google.com.br/maps/place/Ponto+De+Cultura/@-23.1673345,-45.7843214,202m/data=!3m1!1e3!4m6!3m5!1s0x94cc4dae4654eb63:0xd60b1014753754b1!8m2!3d-23.1673345!4d-45.7836777!16s%2Fg%2F11kn6v_b0g?entry=tту&g_ep=EgoyMDI1MDQyMy4wKXMDSoASAFQAw%3D%3D. Acesso em: 20 jan. 2025.

GUIMARÃES, V. O. S. Análise do método em Pierre Bourdieu. **RCE**, v. 3, p.1-15, 2018. Disponível em: <https://seer.facmais.edu.br/rc/index.php/RCE/article/view/29>. Acesso em: 17 out. 2025.

HAESBART, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. **Polis**, n. 44, p. 137-152, 2004. Disponível em: <https://polis.revues.org/10047>. Acesso em: 31 de jan. 2025.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLIDAY, O. J. **Para Sistematizar experiências**. 2. ed. Brasília: MMA, 2006.

HOOKS, B. **Ensinando a Transgredir: A educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2022: resultados preliminares**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **SIDRA: Sistema IBGE de Recuperação Automática**. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.].

KOSISK, K. **Dialética do Concreto**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976

KOZINETS, R. V. **Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2014.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LACERDA, N. O campo do Planejamento Urbano e Regional: da multidisciplinaridade à transdisciplinaridade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 15, n. 1, 2013.

LIMA, R. S. M. **Segregação socioespacial e racial de mulheres negras na cidade de São José dos Campos**. 2020. Dissertação (mestrado em Planejamento Urbano e Regional) Universidade do Vale do Paraíba Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, São José dos Campos, 2020.

LIMA, V. M.; SANTOS, J. A. R. “Movimentos das comunidades negras em São José dos Campos”. In: PAPALI, M. A.; ZANETTI, V. R. (org). **Escravidão e pós-abolição no Vale do Paraíba Paulista**. São Paulo: Intermeios, 2022.

MOURA, C. **Brasil: as raízes do protesto negro**. São Paulo: Editora Dandara, 2023.

MOVIMENTO NACIONAL QUILOMBO RAÇA E CLASSE. **Manifesto de fundação**. Betim: MNQRC, 2008.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

PAPALI, M. A.; ZANETTI, V. R. (org). **Escravidão e pós-abolição no Vale do Paraíba Paulista**. São Paulo: Intermeios, 2022.

PEREIRA, A. A.; LIMA, T. C. S. Performance e Estética nas Lutas do Movimento Negro Brasileiro para Reeducar a Sociedade. **Rev. Bras. Estud. Presença**, Porto Alegre, v. 9, n. 4, e91021, 2019.

PEREIRA, Aline; PEREIRA, Ventuil. Nova agência política do movimento negro. **Revista da ABPN**, v. 10, n. 25, p. 1-25, 2018.

PEREIRA, A.; PEREIRA, V. Miradas sobre o poder: A nova agência política do movimento negro brasileiro (2004-2021). **Revista Brasileira de História**, v. 41, n. 88, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472021v41n88-04>. Acesso em: 25 fev. 2024.

PAPALI, M. A. (ORG); ZANETTI, V. R. (ORG). **Escravidão e pós-abolição no Vale do Paraíba Paulista**. São Paulo: Intermeios, 2022.

PINTO, Regina Pahim. **O movimento negro em São Paulo: luta e identidade**. 1993. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. **As associações dos Homens de Cor e a Imprensa Negra Paulista**. Nova lima: Ed. Gráfica Daliana LTDA, HB, 2006.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e America Latina. In: CLACSO. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Biblioteca CLACSO, 2005. p. 117-142.

QUILOMBO URBANO. **Revista Quilombo Urbano**. Rio de Janeiro: Quilombo Urbano, 2015.

RATTS, A. Encruzilhadas por todo o percurso: individualidade e coletividade no Movimento Negro de base acadêmica. *In*: PEREIRA, A. M.; SILVA, J. (Orgs.) **O Movimento Negro Brasileiro**: escritos sobre os sentidos da democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

RIOS, F. O protesto negro no Brasil contemporâneo (1978-2010). **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 85, p. 41-79, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452012000100003>. Acesso em: 15 ago. 2024.

SALOMÃO, Lúcia Helena. **A luta por moradia em São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal**: das linhas globais a uma ecologia de saberes. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, B.; MENESES, M. P. (Orgs). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, E. **Educação não violenta**: como estimular autoestima, autodisciplina e resiliência em você e nas crianças. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1972.

SANTOS, M. As cidadanias mutiladas. *In*: CARDOSO, Ruth *et al.* **O Preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1997. p. 133-144.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: Formação Espacial como Teoria e como Método. *In*: SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**: Ensaio. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, Milton. **A urbanização desigual**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2011.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Revisão do Plano Diretor**: Caderno de Mapas Temáticos, 2017. Disponível em: https://www.sjc.sp.gov.br/media/286977/6_caderno_mapas_tematicos.pdf. Acesso em: 25 jun. 2024.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Relatório Preliminar da Revisão do PDDI-2006**. São José dos Campos: Secretaria de Planejamento Urbano, 2016. Disponível em: [*12_relatorio_preliminar_leitura_tecnica_compilado_secretaria_planej_urbano_2016.pdf](https://www.sjc.sp.gov.br/media/259843/sjc-em-dados-2023.pdf). Acesso em: 20 jul. 2024.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade. **São José em dados**: 2023. São José dos Campos: Comum Design, 2023. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/media/259843/sjc-em-dados-2023.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2025.

SILVA, Rosane Leal da. Netnografia: incursões metodológicas na pesquisa em comunicação. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 22, n. 4, p. 336-350, 2015.

SILVA, João *et al.* **Geografia e questões ambientais**. Curitiba: Appris, 2022.

SOUTO, S. Aquilombar-se: Insurgências negras na gestão cultural contemporânea. **Revista Metamorfose**, v. 4, n. 4, p. 133-144, 2020.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro** as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

VALLADARES, L. Os dez mandamentos da observação participante. **Rev. bras. Ci. Soc.**, v. 22, n. 63, p.153-155, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092007000100012>. Acesso em: 27 mar. 2024.

VIANNA, P. V. C.; ELIAS, P. E. M. Cidade sanatorial, cidade industrial: espaço urbano e política de saúde em São José dos Campos, São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v. 23, n. 6, p. 1295-1308, 2007.

VINUTO, J. A. Amostragem em Bola de Neve em pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago/dez. 2014

ZIBECHI, R. **Territórios em resistência**: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas. Rio de Janeiro: Consequência, 2006.

APÊNDICE

I - ROTEIRO DO GRUPO FOCAL

Seção 1: Racismo Urbano em São José dos Campos

Data: 01/12/2024

Horário: 9h

Local: Espaço Obí-Ilê

Amostragem: 6 coletivos (Instituto Lélia Gonzáles, Núcleo de Mulheres Negras Quilombelas, Grupo de Jongo Mistura da Raça, Coletivo de Mulheres do Hip Hop Triluna, Coletivo Negro de Psicologia Sankofa, Coletivo Melanina do Vale)

Participantes: Rosa Maria de Miranda, Viviana Mendes Lima, Meire Pedroso da Silva, Simeire Domingues (Meire D'Origem), Isabela Félix Domingos, Juliana da Silva Melo, Nathália Alves de Oliveira.

Objetivo: Qualificar a pergunta de partida da pesquisa, que pressupõe a existência de um racismo urbano tipificado a partir da realidade local. Espera-se identificar quais experiências compõem a colonialidade territorial no município de São José dos Campos.

Procedimentos:

- Café-acolhida- 30 min
- Apresentação da pesquisa e leitura do TCLE-15 min
- Aplicação da comanda

Comanda:

- Serão aplicadas 3 questões;

- Cada participante poderá responder em uma única intervenção por pergunta, de 3 minutos cada;
- O cronômetro será aplicado em uma tela
- A gravação será realizada com aparelho smartphone em ponto fixo e o áudio será captado através de nano microfone.

Questões:

1. O que é ser uma pessoa negra em São José dos Campos?
2. Como vocês sentem/vivenciam o racismo na cidade de São José dos Campos?
3. Quais casos de racismo, envolvendo você ou terceiros, mais te marcaram nos últimos 20 anos?

Sessão 2: Território e Territorialidade

Data: 01/12/2024

Horário: 13:00

Local: Espaço Obí-Ilê

Amostragem: 6 coletivos (Instituto Lélia Gonzáles, Núcleo de Mulheres Negras Quilombelas, Grupo de Jongo Mistura da Raça, Coletivo de Mulheres do Hip Hop Triluna, Coletivo Negro de Psicologia Sankofa,)

Participantes: Rosa Maria de Miranda, Luciane da Silva Corrêa Alves, Meire Pedroso da Silva, Simeire Domingues (Meire D'Origem), Isabela Félix Domingos, , Nathália Alves de Oliveira.

Objetivo: Fazer um mapeamento destes movimentos negros, por meio de suas ações no território, bem como, apontar a emergência de territorialidades produzidas a partir de tais ações, considerando linguagem, estratégia, motivações, táticas, atores envolvidos e relações com a institucionalidade.

Procedimentos:

- Síntese da sessão anterior e apresentação do objetivo da sessão - 15 min
- Aplicação da comanda em duas etapas.

Comanda:

Etapa 1: Território

- A pesquisadora fará a questão disparadora número 1 e os coletivos deverão identificar no mapa em quais regiões do município seu coletivo costuma atuar. (15 minutos)

Etapa 2: Territorialidade

- A pesquisadora fará uma breve apresentação das categorias de ação tática elaboradas na pesquisa. (15 minutos)
- Faremos uma rodada de 2 minutos por fala única dos participantes para que avaliem se as categorias propostas fazem sentido. (30 minutos)
- Com as categorias ajustadas, a pesquisadora solicitará que os participantes preencham um quadro, classificando seu coletivo nas categorias propostas. (15 minutos)
- Depois de preencher o quadro, os coletivos deverão apresentar seu coletivo ao grupo, descrevendo suas ações e respondendo às questões 2,3 e 4 em uma fala de 5 minutos por coletivo. (30 minutos)
- A gravação da apresentação dos coletivos será realizada com aparelho smartphone em ponto fixo e o áudio será captado através de nano microfone.

Questões:

1. Em que regiões da cidade seu coletivo costuma atuar?
2. De que forma o coletivo atua para combater o racismo na cidade?
3. Qual o perfil dos participantes do coletivo?
4. Com quem o coletivo se comunica? (público)

Sessão 3: Escala e Agências do da luta do MN Joseense

Data: 01/12/2024

Horário: 14:45

Local: Espaço Obí-Ilê

Amostragem: 6 coletivos (Instituto Lélia Gonzáles, Núcleo de Mulheres Negras Quilombelas, Grupo de Jongo Mistura da Raça, Coletivo de Mulheres do Hip Hop Triluna, Coletivo Negro de Psicologia Sankofa,)

Participantes: Rosa Maria de Miranda, Luciane da Silva Corrêa Alves, Meire Pedroso da Silva, Simeire Domingues (Meire D´Origem), Isabela Félix Domingos, , Nathália Alves de Oliveira.

Objetivo: Qualificar as estratégias de re-existências dos coletivos e movimentos ante às especificidades do racismo na cidade de São José dos Campos; definidos a partir de marcadores econômicos, sociais e políticos que abranjam a totalidade histórica e as idiossincrasias dos processos locais.

Procedimentos:

- Síntese da sessão anterior e apresentação do objetivo da sessão - 15 min
- Aplicação da comanda

Comanda:

- A pesquisadora apresentará os elementos que compõem a agência do “Novo” MN e os marcadores históricos, políticos e sociais que os definem;
- Serão aplicadas 3 questões;
- Cada participante poderá responder em uma única intervenção por pergunta, de 3 minutos cada;

- O cronômetro será aplicado em uma tela
- A gravação será realizada com aparelho smartphone em ponto fixo e o áudio será captado através de nano microfone.

Questões:

1. Quais aspectos da realidade motivam as ações do seu coletivo?
2. Quais são as táticas adotadas pelo seu coletivo para que consigam manter suas atividades internas e externas?
3. Quais são as principais características que podemos observar no MN Joseense e como poderíamos aprimorá-las para alcançarmos um objetivo comum?

II - TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA COM RAQUE DE PAULA

Gravando entrevista 2 da pesquisa experiência sócio territoriais dos coletivos e movimentos negros de São José dos Campos entre 2003 e 2023.

Pesquisadora: *Então Raquel vou fazer a realização da leitura do TCLE - Termo de Consentimento Livre Esclarecido. Caso você aceite nós assinamos e uma via fica com você tá? Bom, dados de identificação primeiro. Aqui no cabeçalho eu tenho o nome da pesquisa do trabalho, a pesquisadora responsável que sou eu e a equipe executora que são as minhas orientadoras que é a doutora Lidiane Maria Maciel e a Professora Doutora Fabiana Félix do Amaral e Silva. A instituição a qual pertence a Universidade do Vale do Paraíba e tem aqui o meu contato e o meu e-mail. Então aqui você vai preencher com o seu nome, seu telefone de contato. Você está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa que tem como tema título “Experiência Socio Territorial dos Coletivos e Movimentos Negros de São José dos Campos entre 2003 e 2023” de responsabilidade da pesquisadora Luciana Brauna Batista. Este estudo tem por objetivos 1) produzir uma sistematização das experiências sócio territoriais dos coletivos e movimentos negros de São José dos Campos entre 2003 e 2023, 2) fazer um mapeamento desses movimentos negros por meio de suas ações no território e 3) apontar a emergência de territorialidades produzidas a partir de tais ações, considerando linguagem, estratégia, motivações táticas, atores envolvidos e relações com institucionalidade, ou seja, a minha ideia dentro dessa pesquisa é conseguir extrair dos nossos coletivos e movimentos negros o como que a gente consegue tencionar a cidade. A maneira como a cidade ela é estruturada pela prefeitura e a maneira como a gente interfere nesse território com as nossas ações propondo as nossas pautas, trazendo as nossas demandas das nossas políticas estando próximos, ou não, com a institucionalidade, qualificar as estratégias de resistência dos coletivos e movimentos negros ante as especificidades do racismo na cidade de São José dos Campos. Como que a gente faz o enfrentamento ao racismo que a gente enfrenta aqui na nossa cidade. Então esses são os objetivos da pesquisa. Sua participação consistirá em responder a uma entrevista roteirizada que será gravada em áudio e vídeo pela pesquisadora. Essas perguntas versão sobre as suas impressões e percepções na existência, na experiência de participação da luta racial em São José dos Campos entre 2003 e 2023 para pessoas que se auto declaram negras que sejam hétero identificadas pela pesquisadora que seja ou tenham sido ativistas ou liderança durante o período da pesquisa, que tenham sido indicadas por outro por pelo menos um outro ativista ou liderança de outro coletivo negro ou que tenham aparecido, publicamente, em atividades ou movimentos negros de protesto durante o período, ademais o entrevistado precisa ter se posicionado de forma antirracista publicamente no último ano seja pelas redes sociais ou atividades públicas do movimento negro. O entrevistado será identificado durante a pesquisa uma vez que se trata de interesse público coletivo e de pesquisa que trarão reconhecimento e visibilidade aos sujeitos envolvidos, não trazendo prejuízos as partes envolvidas por se tratar de figura pública, liderança e ativista da luta de racista. Solicitamos a sua*

autorização para durante a realização da pesquisa gravar em áudio e vídeo utilizando a câmera do smartphone e após as entrevistas os arquivos serão armazenados em HD externo e ficará em posse da pesquisadora responsável por cinco anos.

A gravação da entrevista em áudio e vídeo é imprescindível para posterior transcrição de trechos das falas interessantes à pesquisa e para a verificação étnico-racial do sujeito entrevistado sendo que você pode não autorizar este registro podendo a qualquer momento retirar a autorização dada. Esses áudios e vídeos serão utilizados apenas nesta pesquisa e você estará amparada pela lei 13.709 que é a lei geral de proteção de dados pessoais que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais. Caso você não autorize a gravação de vídeo você não poderá participar dessa pesquisa. O termo de consentimento livre esclarecido será encaminhado por email ao participante no final da entrevista. Caso o participante não tenha e-mail o arquivo será encaminhado por Whatzapp. Aqui no caso já imprimir e você sairá daqui com a sua via. Durante a sua participação podem ocorrer emoções que as memórias e recordações podem trazer no andamento da entrevista sendo um risco de natureza psicológica. Para não causar incômodo e minimizar este risco as entrevistas serão agendadas e feitas em local público, no caso a gente tá fazendo aqui na minha casa, no qual participante se sinta confortável assim como será dada a explicação clara e objetiva da pesquisa explicando todos os termos e condições para participação. O fato da pesquisa ser identificada pode resultar em constrangimento e exposição da figura pública a partir de seus posicionamentos políticos. Para diminuir esses riscos nós iremos ser cuidadosos aos selecionar temáticas que não exponham determinados posicionamentos anteriormente conhecidos e que possam gerar constrangimento ao entrevistado. Para diminuir esses riscos, faremos uma pesquisa calma tranquila com a possibilidade de não responder a alguma pergunta caso age incômodo ou desconforto. A qualquer momento você pode se recusar a participar e se retirar da pesquisa sem constrangimentos, penalidades ou qualquer prejuízo às informações e materiais obtidos. As informações utilizadas nesta pesquisa não poderão ser utilizadas para outras finalidades que não sejam a desta pesquisa científica. Todos os gastos decorrentes da participação nessa pesquisa, caso ocorra, bem como aos eventuais acompanhantes serão imediatamente e integralmente ressarcidos. No caso de eventual dano imediato ou tardio decorrente dessa pesquisa você também terá o direito de ser indenizado pela pesquisadora bem como a ter assistência gratuita integral e imediata pelo tempo que for necessário. Sempre que desejar você poderá entrar em contato para obter informações sobre este projeto de pesquisa, sobre sua participação ou outros assuntos relacionados a pesquisa com a pesquisadora responsável ou equipe executora pelo telefone que consta aqui no termo. Você também pode entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Paraíba, corresponsável por garantir e zelar pelos seus direitos do participante da pesquisa. Aqui consta também as informações de como acessar o CEP. Este termo está elaborado em duas vias, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas ao seu término pelo participante da pesquisa e pela pesquisadora sendo uma das vias entregue ao participante. Então vou pedir para que você também coloque aqui o seu nome: “eu Raquel... fui informada... aí nós colocamos a data de hoje que é dia 29 de julho. Eu vou fazer aqui uma assinatura no final, uma rubrica na

primeira página e vou encaminhar para que você faça o mesmo. Você poderia colocar seu nome e o seu telefone por gentileza? Ficou alguma dúvida em relação à pesquisa, os objetivos da pesquisa? Às vezes a gente tem que colocar dentro desse vocabulário da academia para que eles aceitem, e é muito simples a ideia da pesquisa. É o seguinte: eu tô mapeando os coletivos negros de São José dos últimos 20 anos porque como o programa é em planejamento Urbano, essa dimensão do território tem que estar presente e é muito simples. Toda vez que a gente fala de alguma organização nossa, tá sempre ligado ao território, a que região da cidade que a gente se organiza. Então quando eu coloco isso no mapa eu consigo visualizar quem são os atores, quais são as faltas, como dialoga, quais são as ações, como que são essas ações desenvolvidas. Porque é possível que a gente consiga identificar táticas diferentes de atuação nos coletivos, ainda que a intenção ela seja mesmo. Inclusive eu parto dessa definição de que movimento negro são todas aquelas organizações coletivas protagonizadas por pessoas negras, conscientes da sua negritude, porque são coisas diferentes. E que ela se organiza com o objetivo, com a estratégia comum de superar o racismo e discriminação racial na sociedade. Como aí existem inúmeras possibilidades de táticas, eu consegui identificar até agora três táticas principais. A primeira tática tá muito relacionada aos coletivos mais novos que tem a ver com essa dimensão da Cultura. Então a cultura é uma tática possível, ou então nos grupos tradicionais como capoeira, jongo. A segunda tática que eu consigo identificar é aquela tática muito associada ao que a gente está mais acostumado que são as táticas de enfrentamento político social, os protestos de rua, as rodas de conversa, a discussão, fazer a oposição à situação política e fazer esses enfrentamentos com a ordem. Então, enfim as ideologias elas são diversas. E num terceiro ponto eu identifico que nos últimos anos, principalmente algumas organizações, elas estão fazendo uma aproximação com a institucionalidade, assumindo até identidade jurídicas como na forma de associações, na forma de organização da sociedade civil, são coletivos que tem feito tem participado de editais para concorrer recursos né então assim existem táticas diferentes e até agora eu consegui identificar três, tá? Eu acho que antes de eu começar as perguntas é importante eu dialogar contigo porque que eu pensei no seu nome para entrevista, porque eu só vou entrevistar cinco pessoas. A entrevista na minha pesquisa ela é uma é uma estratégia secundária de pesquisa. A minha tática principal vão ser rodas de conversa que eu vou promover com alguns desses coletivos que eu já consegui identificar. Você chuta o número de quantos coletivos negros tiveram em São José nos últimos 20 anos?

Raquel: Não faço ideia.

Pesquisadora: *Eu acho pouco, mas pelo método Bola de Neve que você vai perguntando para um, pergunta para o outro, que pergunta para o outro, eu consegui fazer um levantamento de 20 coletivos em José nos últimos 20 anos, fora os protestos de rua tá. São 20 coletivos, desses 20 coletivos eu selecionei seis sendo que, desses seis dois tem essa predominância de um tipo tático estratégico, então selecionei dois coletivos de Cultura, dois coletivos políticos sociais, dois coletivos políticos institucionais e aí a minha tática principal da pesquisa para agora em outubro marcar roda de conversas com esses representantes de coletivos para debater todo esse material que eu tenho conseguido levantar e sobre a nossa atuação, quem somos, quais são os nossos pontos em comum, os nossos pontos de divergência, quais são*

as impressões que os coletivos tem a respeito da luta contra o racismo, como que deve ser, qual que é a relação com o poder público, com a prefeitura, qual que tem e qual que não tem. Então a ideia é a tática principal fazer essas rodas, mas as entrevistas elas são importantes para trazer reflexões que vão inclusive ajudar nesse debate que vai ser construído e quando eu pensei no seu nome Raquel eu pensei no seu nome por dois motivos: primeiro por conta daquele período que nós realizamos a frente preta né que estava muito associada aquele contexto de colisão, enfim, que aí você pode ficar à vontade. Outra coisa também seria perguntar para você se você já teve um envolvimento com outros coletivos negros o que realmente eu não sei, e terceiro também que eu acho que é algo que não tem como deixar de mencionar é a relação entre o movimento negro e o movimento sindical, porque nós somos uma cidade operária e não tem como falar em organização negra nessa cidade sem mencionar essa luta Operária. Então por esses três motivos que eu selecionei o seu nome para essa entrevista. Tudo bem?

Raquel: *Tudo bem.*

Pesquisadora: *Então vamos começar com nome do entrevistado, que já foi falado é a Raquel de Paula que está aqui. Raquel fala uma coisa: como que você se auto declara racialmente?*

Raquel: *Me declaro negra.*

Pesquisadora: *Certo, quantos anos você tem?*

Raquel: *50 anos.*

Pesquisadora: *Onde você mora?*

Raquel: *Moro no Parque Interlagos.*

Pesquisadora: *Lá é zona sul?*

Raquel: *É.*

Pesquisadora: *Certo. Responde para mim Raquel, qual é a sua relação com o movimento negro de São José dos Campos?*

Raquel: *A minha relação acho que já foi mais ativa né. Eu acho que nesse momento, agora, nem tanto por conta não das relações pessoais, mas pela questão da organização. Eu acho que existe, talvez, nesse período de dois anos para cá, um ano, um ano e meio para cá, essa relação de organizativo, eu acho, que meio que se distanciou. Nós distanciamos da organização então, por isso, que eu acho que neste momento, agora, é um pouco, a minha relação é um pouco empírica, vamos dizer assim, muito sentido de essa parte dessa questão organizativa certo.*

Pesquisadora: *E você consegue visualizar algum motivo para esse distanciamento nos últimos 1, 2 anos para esse movimento negro?*

Raquel: *Eu acho que tem, pelo que eu percebo, pelo que eu tenho acompanhado, eu acho que tem uma relação mesmo com a questão do governo. Nós vivemos quatro*

anos né de um governo de extrema direita no país que comentou muito as expressões raciais, expressou muito o ódio, então meio que forçou a gente a dar uma resposta aos ataques que a extrema direita fez ao povo negro. No geral eu acho que, neste momento, agora, por conta de um governo de esquerda, e com mais representantes negros no Parlamento, isso traz uma falsa impressão que é que o racismo as expressões raciais não são tão latentes, como foi no governo passado. Então essa é a impressão que me dá quando eu olho para esse cenário. Da organização do o movimento negro eu poderia até dizer que não é só um problema de São José dos Campos, mas é um problema que é nacional e parece que é isso. A impressão que eu tenho é essa. Parece não, tenho certeza que é isso, né? Existe uma falsa ilusão. Não sei qual as suas perguntas, mas oscila, o movimento oscila ao passo que ele é cooptado, ele é cooptado pelo governo, parte desse movimento, aqui na base é cooptado na supra estrutura, eu acho que reflete aqui na base, na questão da nossa organização.

Pesquisadora: Eu acho que o movimento, parte desse movimento aqui na base, na questão da nossa organização é interessante, e eu vou fazer essa entrevista na forma de um diálogo mesmo. Sei que eu sou parte também desse movimento então, e a todo momento, nessa pesquisa, eu falo pro Comitê de Ética, para as minhas orientadoras, e eu vou falar isso na minha banca de qualificação, que eu não posso simplesmente fingir que eu não tô lá, só para dizer que a minha pesquisa é neutra porque neutralidade a gente sabe que não existe. A minha pesquisa, ela é uma pesquisa politicamente engajada, ela tem um motivo inclusive de tentar entender essas flutuações do movimento negro, e tentar entender, por exemplo, porque aqui em São José, não sei se você vai concordar comigo, mas eu tenho impressão de que nenhum momento a gente conseguiu essa unidade, a não ser em momentos muito pontuais, e muito mais relacionadas às ações do que a uma elaboração tática de pequeno, médio prazo a gente nunca conseguiu algum tipo de unificação como por exemplo na capital, pelo menos não nos últimos 20 anos. Entendeu? Então é interessante você trazer esse elemento de uma cooptação na superestrutura dessas lideranças, desses movimentos que tem mais alcance porque a gente tá falando de um contexto Nacional mas que não se aplica, por exemplo, a nossa realidade local. Então como que você enxerga isso? Essa contradição aqui é a nossa prefeitura, ela é de extrema direita ainda é e ela ainda aplica políticas racistas.

Raquel: Olha eu acho. Eu concordo com você nessa contradição porque imagina é o Vale do Paraíba é uma das regiões que mais trouxe negros escravizados né, e essa região existiu uma luta ferrenha contra a escravidão e que forçou, por exemplo, Taubaté, que é uma cidade aqui né, quase nossa vizinha, existia uma lei municipal que, um ano antes da Lei Áurea já proibia a escravidão. Então isso não foi obra do acaso. Isso foi por conta das lutas que houveram aqui contra a escravidão né, e é interessante porque assim eu até gostaria de falar um pouco do Vale do Paraíba, assim né, que a gente contextualizar melhor porque quanto mais a gente vai para o Vale histórico as expressões culturais negras são mais fortes por exemplo a Aparecida a festa de São Benedito né, nas cidades menores essa fomentação da cultura negra. São José dos Campos me parece que teve uma blindagem, a começar assim, eu não saberia dizer porque eu nunca via também nem fiz uma pesquisa aprofundada, mas o IBGE o índice de negros na cidade eu acho muito baixo. Menos de 30%.

Pesquisadora: *É tá subiu. Chegamos em 30% agora.*

Raquel: *E assim eu desconfio que seja só isso por exemplo, se a gente for para as periferias a população negra é grande. Ontem eu estava no Coqueiro, por exemplo e eu vi uma Negritude que expressa quem é que tá nas periferias né, então assim eu acho que talvez a gente conseguisse fazer essa pesquisa a gente identificaria melhor, mas eu acho que tem um problema, Luciana, geracional, os grandes protagonistas do movimento negro é a gente vai envelhecendo né, então eu não sei se isso conta na sua pesquisa, mas a idade das pessoas que formar esses 20 coletivos do movimento negro. Então eu acho que tem é uma questão geracional. Acho que a forma como essa nova geração se organiza é diferente de como a gente se organizava no passado.*

Pesquisadora: *Sim, sim.*

Raquel: *E existe também o que eu percebo, que os movimentos que tem, que é formado por essa Juventude né, uma juventude que tá mais, o que mais importa é se organizar em torno de seus interesses pessoais, entende? Não os interesses Coletivos né. E porque, por que que o movimento negro se organiza? Se começou a se organizar no passado? Foi também por conta das condições de vida, para lutar contra a ditadura militar e hoje isso não tá quando, lutar por emprego, as melhores condições e, me parece que o foco das organizações de hoje são outros do que foram no passado. Então existe, para mim, um problema geracional e de concepção também, do que, para que serve o movimento negro. Então muito fragmentado né, extremamente fragmentado na cidade e eu acho que por isso, essa dificuldade aí de uma organização, isso que você falou é, por conta dos acontecimentos pontuais como foi a morte de Jorge Floyd, porque esse foi o mais lactante porque foi um movimento Mundial, mas aqui em São José quantos negros e negras morrem todos os dias das periferias né, ou pela mão da polícia ou por outro, pelo suicídio né, pelas condições de vida então eu tenho primeiro que na minha opinião uma questão geracional acho que São José meio que blindou isso né.*

Pesquisadora: *A cidade, você diz.*

Raquel: *Sim, a cidade. E essa questão geracional que nos impede de nos organizarmos organicamente pelas pautas negras em São José dos Campos.*

Pesquisadora: *Quando você diz essa blindagem de São José dos Campos a gente tá falando de quem? A gente tá falando da prefeitura, a gente tá falando assim de uma maneira não só focada no governo, mas uma cultura local relacionada ao que? O que é que tem de diferente em São José, na sua percepção, que faz da gente uma cidade blindada em relação em relação a isso?*

Raquel: *Eu acho que tem a ver com a questão da migração né, uma cidade constituída de muita gente que vem de fora. Eu acho que parte desses dados do IBGE, e de que não deixa muito claro sabe, a quantidade da população negra e onde está localizado o povo né, de vender uma imagem da cidade para fora. Imagina São José dos Campos está entre as 10 cidades mais ricas do país. Não pode ser que a cidade que esteja entre as 10 mais ricas do país tem o número grande de negros claro né.*

Pesquisadora: De negros, claro né.

Raquel: Então vem de uma cidade industrial, classe média né, escondendo o que existe por trás, por exemplo, dos bairros clandestino, de quem mora nos lugares que não tem saneamento básico. Então vende a imagem de uma cidade que é os bairros nobres né, que é o centro da cidade embelezado, que é os bairros novos da cidade, Urbanova, Colinas e que isso é parte da realidade de São José. né então. E outra coisa também, é o que eu acho é a forma que a prefeitura por exemplo, ela centraliza as atividades culturais da cidade impedindo que, que a população negra tenha acesso né, e a gente sempre defende que precisa descentralizar isso, levar isso para os bairros. Então acho que o ponto principal é vender a imagem de uma cidade rica, que é de fato uma cidade extremamente rica, industrial, supostamente classe média, que esconde a população negra e isso influencia, que é uma bola de neve, que vai influenciando a gente aqui em baixo também.

Pesquisadora: Influencia a gente a não se ver né?

Raquel: A gente não se vê na cidade.

Pesquisadora: Fala uma coisa pra mim Raquel. Você mencionou que você atuou, nesses últimos anos, de uma maneira mais autônoma né, e até porque tem esse momento de fragmentação, mas você já esteve ligada a coletivos negros durante esse seu tempo de atuação militante, se sim, em quais você atuou? Quais mais te marcaram?

Raquel: Então, eu atuei em dois coletivos: que foi o Quilombo Raça e Classe, que tem a tática sócio política primeiro de formação e depois de organização do povo negro no sentido de debater a situação da população negra que é de contar nossa história de estudar a nossa história né. Também fiz parte do Quilombo Urbano.

Pesquisadora: Quilombo Urbano?

Raquel: Isso. Que é movimento nacional do Hip Hop

Pesquisadora: Ah, legal.

Raquel: Que é uma galera mais ligada ao Rap mas também trazendo essa discussão política pra dentro da discussão cultural. Assim que fizemos várias atividades na zona sul né, tinha uma sede lá, então foram esses dois movimentos aí, os dois coletivos.

Pesquisadora: Espera aí. Olha só. Já aumentou a minha soma de coletivos da minha lista. Já não somos mais em 20, somos 21. Então esse Quilombo Urbano e as ações eram majoritariamente na zona sul, correto? Vocês chegaram a ter uma sede? É isso? Que legal.

Raquel: A gente fechou na Pandemia.

Pesquisadora: Ah, que tristeza. Pandemia gente, e fala para mim, o quilombo Urbano ele teve início quando?

Raquel: Ele teve início 2012, lá para 2015, por aí. Tá então, vou colocar aproximadamente então 2015. Certo? E as ações, se você puder falar de novo, eram do Quilombo Urbano?

Raquel: Sim, a gente fazia ações no bairro mesmo. É, discutindo a, fazendo discussões políticas com o grupo Hip Hop e fazendo atividades culturais.

Raquel: Então era na Zona Sul; Campo dos Alemães, Dom Pedro, as atividades culturais na rua, discussões políticas, formação política na quebrada, sobretudo através da linguagem cultural, é isso?

Pesquisadora: Perfeito, e você mencionou o quilombo Raça e Classe. O Quilombo Raça e Classe ele apareceu num conteúdo de uma cobertura de um ato que foi realizado na zona sul, se eu não me engano em 2016, eu não me recordo exatamente, mas foi uma página de notícias daqui da região que veiculou a participação do Quilombo Raça e Classe nesse protesto de rua e a partir desse registro é o quilombo Raça e Classe ele entrou nessa minha ficha.

[Toca o celular da entrevistada]

Pesquisadora: Quer atender? Pode atender.

Raquel: Não precisa.

Pesquisadora: Então o Quilombo Raça e Classe entrou dentro dessa relação dos 20 coletivos mas eu não tinha nada de informação, então quando você falou ah o Quilombo Raça e Classe, eu suspeitava, mas a hora que você falou eu falei “yes” e fiquei muito feliz porque eu não tenho informação nenhuma do Quilombo Raça e Classe e, para nós, é aquilo Raquel, como você trouxe, você não tem o dado né, essa população não existe, então o que a gente tá fazendo aqui é dizer que as nossas lutas ela existem, eles podem até negar nossa existência, e eu não tenho condições de produzir um censo em São José dos Campos para quebrar essa blindagem dos dados, mas eu posso produzir uma pesquisa e falar esses coletivos, esses movimentos, esses protestos, eles aconteceram. Então a gente vai trazer a nossa narrativa para essa história, entendeu? Eles não podem dizer que a gente não existe, entendeu? então eu queria que você me falasse um pouquinho do Quilombo Raça e Classe, quando que ele surgiu, aonde geralmente eram as ações, quais eram essas ações?

Raquel: O Quilombo Raça e Classe é um movimento Nacional, ele surge em 2008 para fazer a discussão com recorte de raça e classe mesmo. É dizer quem nós somos, onde nós estamos, para fazer a denúncia da violência policial nas periferias e para também fazer essa discussão política da situação do povo negro. Então é um movimento que nos ajudou bastante no sentido de porquê. Eu acho que talvez o que falte um pouco nos movimentos é essa, eu acho, que é essa discussão mais política da situação da população negra. Então esse coletivo ele vem nesse sentido, mapear a população negra fazendo realmente esse recorte, fomentar o debate e organizar. Mas o interessante do Quilombo Raça e Classe é que ele é mais amplo e ele não vai discutir como o Quilombo Urbano que é mais direcionado para cultura, ele vai discutir com a juventude dentro escola, no ensino médio, nas universidades, com os

trabalhadores no geral e atuando também nos Sindicatos no sentido de fomentar a discussão racial dentro da estrutura sindical, ajudando a organizar os encontros de negros e negra pra dentro dos sindicatos e das centrais sindicais também.

Pesquisadora: *Legal. Fala para mim Raquel o Quilombo Raça e Classe, portanto, ele é um movimento que ele surge num contexto Nacional. Aqui em São José dos Campos vocês começam a organizá-lo a partir de que ano, mais ou menos esse mesmo período ou um pouco depois?*

Raquel: *Mesmo período, 2008.*

Pesquisadora: *2008 né. E o Quilombo Urbano, ele nasce com, pelo que eu entendi, ao mesmo tempo, e o Quilombo Raça e Classe muito associada a essa dimensão de trazer essa discussão né, de maneira interseccional, podemos dizer dessa forma era uma discussão interseccional pautando essas duas dimensões né da raça e da classe certo?*

Raquel: *Isso.*

Pesquisadora: *E o quilombo Urbano ele surgiria com uma necessidade de aprofundamento desse debate com foco em juventude por meio da Cultura?*

Raquel: *Isso. Exato.*

Pesquisadora: *Tá. Mas deixa eu te falar uma coisa, você acha que essa mudança tácita entre Quilombo Raça e Classe e Quilombo Urbano tá ligado a uma mudança de paradigma, até inclusive dentro do movimento negro? Tem por exemplo, tem um autor chamado Petrônio Domingos que ele, enfim tentando explicar o que que é movimento negro, ele fala justamente, ele olha para a história desse movimento negro e ele identifica quatro etapas, quatro fases do movimento negro, um movimento negro Unificado surgiria nessa terceira fase. Primeiro ele pontua duas fases anteriores, uma ligada aos primeiros movimentos republicanos, a frente Negra né, até Getúlio. Depois seriam os movimentos de Getúlio até né, passando pela questão que o Getúlio extingue a possibilidade das organizações, e isso vai se retomando na década de 60 durante a ditadura para fazer enfrentamento até chegar a 78 MNU, que entraria numa terceira etapa do movimento negro, com uma organização voltada para a necessidade da educação, da discussão da centralidade da educação. E eu lembro muito que quando eu fiz uma entrevista com Mancha né, ele pontuou bastante essa questão de movimento que sempre pautava essa necessidade da educação, da educação, da educação, e que seria o grande marcador dessa terceira fase, e quando ele vai trazer essa quarta fase do movimento negro ele fala justamente de um movimento que ele já vem marcado por essa superação entre aquilo que há de política e aquilo que é cultura né, a cultura também é política, então você não tem mais essa separação entre a política e a cultura. Você acha que o Quilombo Urbano ele surge dentro desse contexto dentro de uma reorganização desse movimento negro dentro de uma nova etapa porque eu não sei se eu sou totalmente convencida dessa divisão estanque das coisas. Sabe? Mas é interessante observar que realmente nos últimos 20 anos não tem como você negar que as políticas de ações afirmativas engrossou o caldo de jovens negros nas universidades e que isso vai ter um impacto, inclusive na*

organização do movimento negro né. E aí é, muito se fala sobre essa questão da cultura sendo trazida como uma outra, um outro contexto tático de aplicação dessa luta política que vai acontecer por meio das batalhas de rima né, ou na caneta, no batom, que é interseccionalidade entre gênero raça e classe aqui no nosso movimento hip hop, pelo menos eu leio dessa forma. Então você acha que o Quilombo Urbano ele é um desdobramento do Quilombo Raça e Classe assim a partir dessa mudança de contexto?

Raquel: Eu acho. Eu acho inclusive pelo que eu te falei antes dessa questão geracional né. A gente tem que pensar é, o quanto, pensar no movimento da sociedade, pensar no movimento do momento que a gente tá vivendo, porque o movimento negro do passado tava mais ligado a isso que o Mancha falou, mas também muito ligado as lutas mais políticas da década de 80 né, explosões de ocupações de terra, o país né, então é isso, vai mudando né. Então as novas gerações ela vai trazendo um outro olhar né, uma outra forma de organização e a gente tem que estar ligado nesses movimentos. Porque é isso. Os organizadores do movimento da década de 70 vai envelhecendo e precisa ter uma renovação disso. Então acho que tem a ver com esse movimento aí, com essa mudança de que, pela necessidade e como a juventude está se organizando. A gente vê a batalha do movimento Hip Rop, a batalha das rimas. Ela traz essa discussão política.

Pesquisadora: De uma outra forma.

Raquel: De uma outra forma entendeu? Nas letras né, e de ocupar o território como por exemplo, é ocupar as Praças nas periferias né, é ali o que acontece, às vezes né?

Pesquisadora: Sim

Raquel: Então, observando isso, a tática também ela tem que ser mudada em algum momento. Não dá para ser estático o tempo todo, tem que, a gente tem que ir observando o movimento está sendo feito né, então acho que tem a ver com isso também, dessa movimentação, dessa nova geração que vem fazer uma outra discussão, a mesma discussão, mas de outra forma.

Pesquisadora: Sim, e aí deixa eu te perguntar tanto do Quilombo Urbano como Quilombo Raça e Classe né, que é 2015 e aqui no 2008 né que depois eu preciso botar isso tudo dentro de uma linha do tempo né. Quais eram, na sua percepção, os principais objetivos desses dois coletivos e como que vocês faziam para atingir esses objetivos?

Raquel: O Quilombo Raça e Classe ele intervia nas ocupações, nas ocupações de terra onde a gente atua né, no sentido de discutir a situação com esse recorte racial né, e também, e também, mesmo sendo intervir do sindicato, é uma forma de organizar os trabalhadores para essa discussão racial, o objetivo era esse, e o Quilombo Urbano é, o maior objetivo é organizar através do movimento estudantil mesmo e das batalhas de rima nas praças né, na ocupação do território.

Pesquisadora: E essa organização seria organizar exatamente para que né, qual seria o objetivo final dessa organização? Assim, porque tem a ver com o conteúdo

ideológico. No fim das contas é o que eu tô querendo chegar. Não tem porque enganar você ou tentar usar meias palavras. Eu preciso também identificar qual é o conteúdo ideológico desses coletivos né, pra gente conseguir posicionar isso, porque é o que eu falei, a estratégia ela pode ser a mesma a gente quer superar o racismo, a gente quer superar a discriminação racial mas para que, cada um vai ter uma resposta completamente diferente para essa pergunta né, então quando você me diz do Quilombo Urbano organizando essa Juventude né, e o quilombo Raça e Classe organizando esses trabalhadores né, no território, seja do trabalho por meio do sindicatos ou mesmo do seu local de moradia por meio das ocupações, qual era o grande objetivo dessa organização.

Raquel: *Olha Luciana, para nós, vou usar aquela frase famosa do Malcom-X, não existe capitalismo sem racismo né. Pra nós, então para nós é, para acabar com o racismo não tem outra maneira a não ser destruir o capitalismo. Não tem porque, inclusive você sabe tanto quanto eu, que o capitalismo ele se alimenta disso, ele usa as nossas características né e é uma questão ideológica desde o período da escravidão, nós somos inferiores, que nós somos incapazes né, enfim tudo que a gente já sabe do ponto de vista ideológico que o capitalismo ele fomentou em todos esses séculos para criminalizar, oprimir, explorar cada vez mais, então a gente, então a gente, pra nós só destruindo capitalismo. Então a gente organiza a juventude para ganhar para o socialismo, entendeu? para ganhar para uma outra sociedade, convencer os trabalhadores que é possível viver uma outra sociedade em que a gente não seja explorado da forma que é, e nem oprimida da forma que é. Basta saber como a gente distribui toda a riqueza que a gente constrói. Então o objetivo era esse, a gente quer ganhar as pessoas para a ideia de outra sociedade a partir da destruição do capitalismo. Então nós achamos que o socialismo é a única forma de sociedade capaz de nos dar paz nessa confusão toda que o capitalismo coloca porque é a destruição da natureza né, as mortes nas periferias, o desemprego, a fome, é miséria né, então isso é parte do capitalismo e ele nos escolheu negros e negras, mulheres trans negras, lésbicas para que seja o setor que ele vai mais oprimir, mais explorar. Então, a partir desses setores mais oprimidos e mais explorado da nossa classe é que a gente quer discutir a necessidade de uma construção de uma outra sociedade.*

Pesquisadora: *Perfeito. Agora completamente, é uma pergunta que eu tenho que fazer né porque tem a ver com todo esse movimento de identificação do conteúdo tático de cada um desses coletivos que eu tô tentando mapear. Vocês possuíam CNPJ?*

Raquel: *Sim*

Pesquisadora: *Sim, olha.*

Raquel: *Mas não me pergunta o número.*

Pesquisadora: *Qual dos dois coletivos? Os dois?*

Raquel: *O quilombo Raça e Classe.*

Pesquisadora: O quilombo Raça e Classe. Ta, que interessante. Vocês eram o que? Uma associação

Raquel: Um coletivo.

Pesquisadora: Entendi.

Raquel: Inclusive um coletivo filiado a uma Central Sindical que é a SPConlutas.

Pesquisadora: Beleza. Esse CNPJ, qual, e como que foi a história assim CNPJ? Qual que era a importância desse CNPJ para organização?

Raquel: Era importante para dar legalidade. Pra dar uma certa legalidade para o movimento. A gente nunca participou de projetos de lei de incentivo à cultura.

Pesquisadora: Era a próxima pergunta. Se vocês já tinham participado de algum Edital ou Lei de Incentivo.

Raquel: Não. A nossa organização se dava mais pela, se dá inclusive, ele existe aqui em Jacareí atuando.

Pesquisadora: Qual dos dois?

Raquel: O Quilombo Raça e Classe ele existe...

Pesquisadora: Ativa em Jacareí?

Raquel: Ativa em Jacareí com movimento de capoeira. Existe ainda um grupo de capoeira Quilombo Raça e Classe que atua na Cultura, na questão da cultura.

Pesquisadora: Na cultura, entendi. Beleza. Agora vem a pergunta de um milhão de dólares que tem que ter, não tem jeito. Qual é a relação de vocês com processo eleitoral, se vocês já apoiaram candidatos ou partidos?

Raquel: Sim, a gente tem total relação com processo eleitoral. Já tivemos candidatos, temos candidatos né no país inteiro que são membros do Quilombo Raça e Classe inclusive que são membros do Quilombo Urbano também, e a gente acha importante participar do processo né, momento que fomenta né a discussão política.

Pesquisadora: Quando você mencionou o quilombo, Quilombo Raça e Classe, ele tá ativo em Jacareí no contexto Nacional, mas ele é inativo em São José?

Raquel: Sim.

Pesquisadora: E o Quilombo Urbano?

Raquel: Também. Ele é ativo em outro estado, mais norte e nordeste, mas aqui ele não existe mais.

Pesquisadora: Entendi. Pressa(?)

Raquel: Olha eu acho que organizar não é fácil né, organizar não é fácil e a partir da necessidade das pessoas, porque o grupo onde a gente se organizava também era de pessoas que eram casadas, tinham família e aí é a necessidade de trabalhar e sobreviver é mais forte do que se organizar né, no movimento por exemplo.

Pesquisadora: Resposta comum tá. Todo mundo que eu converso traz esse mesmo elemento; a sobrevivência. Ela fala mais alto. Aí você falou que vocês têm tudo, toda relação com o processo eleitoral e aí eu queria, se você se sentir confortável, você trazer para mim qual era a relação com o partido, com quais, qual partido, quais partidos existe uma conexão tanto no Quilombo Urbano quanto no Quilombo Raça e Classe.

Raquel: Olha, a relação é com PSTU, embora tenha vários membros que não sejam militantes de partido, só estão mesmo se organizando pelo movimento e a nossa única ligação é com o PSTU mesmo. Embora tenha membros do Quilombo Raça e Classe, por exemplo, que é do PSOL né.

Pesquisadora: Mas sempre no campo da esquerda.

Raquel: Sempre no campo da esquerda.

Pesquisadora: Como partido que não possuem relação com o partido e também outros partidos de esquerda. E deixa eu te falar uma coisa Raquel. Agora essa parte eu vou tomar muito cuidado na hora de levar ela para pesquisa. Mas, é uma coisa para mim que é importante porque é uma discussão que a gente tinha né, uma discussão, uma crise na verdade, assim que eu tinha por conta dessas chamadas colaterais né. Quando eu estava atuando dentro do PSOL a resistência feminista, uma colateral feminista da Resistência né, o afronte uma colateral negra da Resistência, então a gente sabe que a tática das colaterais foi utilizada por esses partidos, por alguns partidos de esquerda e também, em alguma medida, da direita, hoje em dia, também para se inserir nos movimentos sociais, nos movimentos populares com seus objetivos políticos específicos né e, assim eu tenho uma crise que é uma crise que eu não, provavelmente eu não vou conseguir explorar nessa pesquisa. Até porque eu não quero jogar água no moinho das nossas oposições né. E a gente tem que tomar muito cuidado com aquilo que vai aparecer na pesquisa porque senão a gente tá dando munção para essa ordem, para essa blindagem permanecer acontecendo e não é interesse dessa pesquisa. O interesse político dessa pesquisa é a gente tentar nos blindar também, e fazer com que a gente saia desse movimento de distanciamento que é o que sempre prevaleceu aqui no nosso contexto né. Mas eu me preocupo com essa política de coalizão porque muitas vezes, pelo menos dentro dessa experiência que eu tenho, a gente tinha essa tática adotada para dentro, que para fora aparecia como sendo um espaço de manutenção independente das ideias mas na prática, no dia a dia daquele coletivo havia uma prevalência dos interesses do grupo político partidário que estava ali fomentando aquele espaço né. Então como que você vê isso e se de alguma maneira isso para você também é problemático da mesma maneira que eu identifiquei isso como problemática na minha militância? Porque muitas vezes você tinha lá um grupo do WhatsApp né, apareceu uma pauta no grupo do WhatsApp do coletivo e aí antes dessa pauta ir para o grupo do WhatsApp nos grupos internos o centralismo estava acontecendo e as pessoas estavam

combinando votos, posicionamentos, datas daquilo que era mais interessante para organização que de alguma forma estava fomentando aquele processo, aí pra fora parecia que havia uma democracia né, e no fim das contas não era né, havia inclusive uma relação muito, não vou dizer, mas assim problemática né, no mínimo problemático com isso né, que você levar uma política pronta apresentar isso como sendo dentro de uma proposta, de um espaço coletivo democrático e como é que fala, um espaço que não há uma hierarquia né uma produção hierárquica mas que, a partir do momento que você tem nos seus componentes pessoas que estão centralizadas dentro de um processo político anterior. Como que você visualiza a garantia da democracia e dos valores do coletivo né, uma vez que o movimento social ele se tem essa ideia de como movimento social ele é feito a partir de uma não hierarquia? Pelo contrário né, você tem ali uma planificação das decisões a partir dos componentes e não de uma estrutura hierárquica né. Então, como você vê isso?

Raquel: *Olha, eu acho que por um lado é isso que você falou. Eu acho que às vezes falta sensibilidade né, falta sensibilidade de entender a vontade do coletivo né. Eu, assim particularmente eu não vejo problema e eu acho que para você também não é, a gente tá organizado num partido político. Então eu acho que ainda falta a sensibilidade de separar as coisas, porque não tem problema nenhum as organizações que estão fechadas discutir proposta tática né, desde que se houver desacordo já é discutido democraticamente, respeitado a decisão né da maioria aqui...*

Pesquisadora: *Dentro do coletivo.*

Raquel: *Dentro do coletivo.*

Pesquisadora: *Sim.*

Raquel: *Então, e mesmo que eu estar dentro desse contexto, de ser militante do partido político e, muitas vezes, estar inserida no movimento, eu ainda acho que falta a sensibilidade de quem está organizado internamente, é essa minha opinião. E o externo, sem problema nenhum né, então eu acho que a gente não ainda, a gente não achou o limite, a gente não encontrou o limite das coisas, dessa intenção. Eu acho que às vezes, inclusive a gente dá uma entrada(?) né, tem que reconhecer isso entende? Reconhecer que às vezes é a imposição, ela às vezes fala mais alto do que a decisão de todos né, então eu acho que ainda falta sensibilidade e o encontrar o qual que é o limite disso né? O que que eu posso discutir coletivamente e o que que eu vou levar, o que que eu posso levar, o que que é a forma que eu vou respeitar decisão da maioria. Na minha opinião, aí independe do partido, ainda falta essa sensibilidade e esse limite ainda né, embora eu acho que não aja problema nenhum estar no coletivo, ser organizado no partido político, mas eu acho que ainda falta balancear isso daí para que eu acho que talvez em alguns momentos é o que atrapalha.*

Pesquisadora: *Mas e quando o coletivo ele sai de dentro do partido, você não acha que de alguma maneira isso já vem atravessado dessa relação?*

Raquel: Não tenho dúvidas. Não tenho dúvidas. Justamente por conta disso. Eu acho que inclusive quem está organizado nos partidos políticos tem que ter um cuidado com a arrogância sabe.

Tem que ter porque é óbvio que, por exemplo, eu sou militante do PSTU né, estar dentro do partido político que é considerado de extrema esquerda força que eu estude mais, force que eu leia mais né para poder acompanhar né, então isso às vezes traz uma certa arrogância né, de que talvez achar que sabe mais do que o restante. Então eu acho que tem que haver essa sensibilidade entendeu? Num bem que é muito maior do que um partido político né, que é a organização das pessoas né, que é identificar os problemas né das periferias, que é entender o nosso cotidiano, cotidiano das mulheres trabalhadoras que, por exemplo, não tem às vezes nem tempo de se organizar mesmo que queira, que queiram né. Então para mim falta esse limite e a sensibilidade né, e eu acho que parte de quando o movimento sai, parte não, a maioria das vezes, é por conta disso né?

Pesquisadora: Sim, sim. É isso, deu, para mim deu. Tem mais alguma coisa que você acha que gostaria que tivesse nessa pesquisa?

Raquel: Não. Espero que eu tenha ajudado.

Pesquisadora: Tá brincando. Acho que foi assim, meu, acima das minhas expectativas. Eu tô muito feliz né, vai me ajudar muito. São reflexões fundamentais né para a gente conseguir fazer uma pesquisa séria, e ao mesmo tempo tentar dar conta da nossa complexidade né. Mas eu, é importante que a gente saiba que isso tem um propósito, a pesquisa tem um propósito né. Eu quero tentar de alguma maneira contribuir para que o nosso movimento ele consiga olhar para si, encontrar um sentido e a gente inclusive consiga superar essa fragmentação, essa flutuação para que a gente consiga visualizar que as relações elas não foram classificadas, gente. Pelo contrário a gente tem um contexto aqui local muito específico que ele precisa ser pautado, a gente precisa romper com essa blindagem. Adorei essa expressão São José foi blindada e foi mesmo. Então agradeço pelo seu tempo, foi maravilhoso ter uma hora certinho que é o tempo que eu tinha previsto para entrevista e eu agradeço tá bom, vou parar de gravar, só admiração, aumentou. Nossa, demais assim, muito bom.

III- ENTREVISTA COM ANA CAROLINA (EX- INTEGRANTE DO GRUPO CONFRARIA DO SAMBA)

Olá, eu sou Ana Carol Costa. É...eu sou uma mulher negra de 40 anos. Eu moro na zona leste de São José dos Campos, mais precisamente aqui no Jardim Santa Inês 2; e minha história dentro do movimento negro, me descobri negra em 2009, meados de 2009, depois de uma série de fatores que aconteceram na minha vida e não parei de me movimentar desde então, né. É entendendo meus atropelamentos, meus atravessamentos, me vi aí nesse contexto, quando foi em 2015 recebi o convite para não é para participar de um grupo de amantes do Carnaval é a Confraria do Samba Enredo Joseense onde, nasceu em 2014, na casa de cultura Eugênia da Silva no bairro Novo Horizonte, onde tinha por temáticaa..., realmente contar a história do Carnaval, como se se dava né a construção de samba enredo o porquê dos instrumentos e qual era a base toda negra né a base preta é do Carnaval em si e como ele foi embranquecido e mesmo assim onde a nossa cultura ainda é muito forte i que por maravilhosa 18 anos compus aí a diretoria do Confraria né conseguimos é fazer várias ações começamos ali na casa Eugênia da Silva no Novo Horizonte quando iniciamos o bloco vem pra confraria em 2016 na praça Duque de Caxias na enfrente ao mercado Piratininga né na Quadra onde os ensaios começaram modestos a cintos até a gente foi expulso devido a grande movimentação não é que a gente levava ali ficamos ensaiando e fazendo aquele percurso da praça Duque de Caxias até ali a escola Marechal Rondon no Monte Castelo durante até 2019 34 anos e ali ainda na praça Duque de Caxias gente chegou a fazer é é algumas ações não é de e aferição de pressão é consulta com advogado para devolver para a comunidade não é e não só usar o espaço mas otimizar a gente limpava o espaço chegava cedo a gente até brincava quer participar da direção da confraria tem que limpar Quadra então foi um processo muito bom de de cuidado ali daquela praça i não é até vir o convite da parte da prefeitura e falar que a gente não podia mais ensaiar ali não é que havia reclamações migramos para a região do Jussara é fizemos ali por 1 ano os ensaios fizemos o desfile no mesmo percurso EE sempre com muito amor muito cuidado quando foi em 2020 veio a pandemia conseguimos ali né é criar o nosso estatuto ter um CNPJ almejar alguns estatuto alguns editais desculpa e i visualizamos crescer não é realmente para que o Carnaval perdurasse chegamos a levar a mais de 2000 pessoas para a rua naquele desfile lindo né que sempre acontecendo nos sábados de Carnaval tivemos a ele AA presença de a gente sempre relutou né em em trabalhar com com um candidato com um vereador que fosse porque sempre

pensamos em fazer algo de forma independente para não ter nada preso não é independente vindo de alguém para que a coisa acontecesse porque sempre aconteceu com garra mesmo com luta porque tudo o que é nosso e a gente sabe que é por através de muita luta o o na eleição de 2020 a gente resolveu apoiar um candidato não é, entrou foi bem votado i aí passamos a a a fazer os nossos ensaios na sede dos Vicentinos uma instituição cristã e ali já veio outros atravessamentos não é porque o Carnaval não é se diz o profano pela igreja e a gente conseguiu ali é fazer numa instituição católica é onde chegou num determinado momento também não foi aceito é eu saí no final de 2022 é fiz o último índice de 2022 alguns desfiles alguns eventos e no final de 2022 eu eu resolvi sair por por questões mesmo que a gente faz pelo amor não é e meia faculdade é já com bem do toda dificuldade a gente a gente se sente acuado em alguns momentos e você aí eu não consigo e eu preciso movimentar aonde eu começo a me sentir travada para não me ver é onde a gente é se fecha um pouquinho então saindo 2022 com a sensação do que poderia ser muito maior se tivesse realmente um apoio né um querer do do governo municipal se se fosse de vontade né e de perdurar a história do do Carnaval e com muitas outras ações não digo apenas impor o Carnaval na rua eu digo do Carnaval porque é algo que aonde eu estava me movimentando e eu me senti travada então quando você vê um grupo de pessoas movimentando é algo em prol de uma comunidade toda trazendo ali por muitas vezes 2,3,5,1000 pessoas na rua é é difícil de se calar i eu me vi travada ali naquele momento e fui aonde eu precisei sair no último desfile da Confraria foi em 2023 onde eu já não fazia mais parte não é é o meu sentimento hoje é de é de tristeza porque aí passou 2024 chegamos em 2025 i não temos nem pelo poder público é nem com aquele grupo muitas eu vejo que muitos movimentos começam com essa fome essa vontade de fazer o diferente de de fazer o diferente não tanto mas as vezes sou mais do mesmo de perdurar a cultura de que aquilo não é para que aquilo não morra que não acabe mas somos minados a todo tempo atravessados e não temos braço mas acredito num num momento melhor

IV- FICHA DE CAMPO NÚCLEO DE MULHERES NEGRAS QUILOMBELAS

COLETIVO QUILOMBELAS				
STATUS: Ativo	INÍCIO: 1995	TÁTICA: Político- social	TERRITÓRIO: Região Central	LINGUAGEM PRINCIPAL: Palestras, Saraus e formações.
<p>Histórico de formação: - Grupo formado em 1995 pela inexistência de espaço de fala dentro do movimento negro. Objetivo de falar das especificidades de vida e das dores das mulheres negras, para promover o fortalecimento coletivo e o acolhimento. Surgiu a partir da articulação com movimentos de outros lugares, como a Casa Fala Preto, de Santos. Uma das fundadoras relatou na live “Quem somos” de 2020, que o regimento foi escrito com a ajuda de Alzira Rufino. Destacam neste mesmo evento de que elas são o primeiro coletivo negro de mulheres da cidade de São José dos Campos.</p>		<p>Ações propostas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Evento de apresentação do coletivo na Câmara Municipal (Centro) <input type="checkbox"/> Ano (?) - Evento sobre mulher negra no mercado de trabalho <input type="checkbox"/> ano (?) - Evento em parceria com o Destaque Negro, na Unesp (Centro) <input type="checkbox"/> Ano (?) -Submeteram projetos ao Fundo Municipal, mas não foram contempladas - Arte negra nas praças , na Praça do Sapo (Centro) <input type="checkbox"/> ano ? -Comemoração do dia do Assistente Social intitulado: Combate à Desigualdade Racial no Campo Profissional. 16/05/2019 na Univap Castejon (Centro) - Visita ao Museu Afro – 29/05/2019 - Roda de conversa sobre literatura com a temática: “A solidão da mulher negra” com Mariane Helena e o seu livro “O mar em mim”. – 19/08/2019 na sede do CEDECA, Jardim Bela Vista (Centro) -Evento de formação em universidade (Novembro de 2019) - Participação em evento do Vicentina Aranha (Novembro de 2019) - Sarau da Carolina – evento em comemoração aos 106 anos de Carolina Maria de Jesus – 14/03/2020 no Espaço Denegrir, Monte Castelo (Região Central) - Nota de repúdio ao caso de racismo no shopping Vale Sul em defesa do segurança que sofreu injúria racial (11/07/2020); ação conjunta com os outros coletivos: Destaque Negro, Lélia González, Comissão da Igualdade Racial da OAB, Conen Vale e SEAAC de SJC. - Live “Quem Somos?” na plataforma Facebook. (31/07/2020) - 1ª Reunião Geral Quilombelas (08/08/2020) -Calendário de celebração de personalidades negras no Facebook (2020/2021) 		
<p>Nomes possíveis para entrevistar: Grupo focal Campo: () Não ; (X) Sim. Id. De Campo: C4</p>				

FONTE: A autora.

VI- FICHA DE CAMPO DESTAQUE NEGRO

DESTAQUE NEGRO				
STATUS: Ativo	INÍCIO: 2016	TÁTICA: Político- social	TERRITÓRIO: Região Central	LINGUAGEM PRINCIPAL: Atuação institucional junto ao poder público promovendo palestras e premiações
Campo presencial: (x) Não ; () Sim. Id. De Campo: C3				
<p>Histórico de formação:</p> <p>-</p> <p>Perguntas em aberto:</p> <p>- Como eram divulgados os eventos presenciais do Destaque antes de 2018?</p> <p>- Qual a relação entre o grupo e o poder público no período em que a sua principal liderança era presidente do COMPIR?</p> <p>- Como o grupo surgiu?</p>		<p>Ações propostas:</p> <p>- No Facebook a primeira ação divulgada no perfil “Destaque Negro” é de um evento chamado “Crimes Raciais”, organizado pelo coletivo em parceria com a prefeitura. No panfleto, ainda consta o apoio do “São Paulo contra o Racismo”, da OAB e da SEAAC. O evento teve o foco no debate do acesso do negro ao sistema de justiça, genocídio e maioria penal. O evento foi na então sede da OAB, no bairro Vila Adyanna. Região Central.</p> <p>Lives:</p> <p>- Saúde da População Negra com Carlos Roberto e Dr. Sérgio Francisco 15/05/2020.</p> <p>- O impacto social no cotidiano da população negra com Carlos Roberto e Edna Gomes 27/05/2020 (live cancelada)</p> <p>- Vidas Negras Importam, transmitido pelo Bosco, com participação de Juarez Xavier (Professor e Presidente da Comissão de Averiguação das Autodeclarações para Pretos e Pardos da UNESP) e FERNANDO ALVES, Professor e Cientista Político 05/09/2020.</p> <p>- Cultura Yorubá (origem e idioma)- Carlos Roberto da Silva , afro empreendedor, Web design e Presidente do Compir SJC , membro do Destaque Negro e o Professor Mukanza Mâgbá Ayrá conversam sobre origem do dialeto yorubá e sua importância para o desenvolvimento da cultura africana no Brasil. 06/05/2021</p> <p>- Facebook – PROJETO DESTAQUE NEGRO 21/03/2022 Participação: Carlos Roberto, Vivianna Mendes, Christian Carvalho e Sônia Guimarães</p>		

FONTE: A autora.

VII- FICHA DE CAMPO GRUPO DE JONGO MISTURA DA RAÇA

GRUPO DE JONGO MISTURA DA RAÇA				
STATUS:	INÍCIO:	TÁTICA:	TERRITÓRIO:	LINGUAGEM
Ativo	2001	Político-cultural	Região Leste 03/ Jardim Coqueiro	PRINCIPAL: Roda de Jongo
<p>Histórico de formação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Surge a partir da vinda do Mestre Laudení e de sua família de Barra do Pirai-RJ. - Começaram a fazer rodas de Jongo na época em que o mestra começou a trabalhar no Museu do Folclore, durante o projeto Museu Vivo, e posteriormente no espaço Oca, na Vila Industrial -Em 2014 se mudam para o bairro Jd. Coqueiro e em 2018 se transformam em Ponto de Cultura reconhecido pelo MinC. -Passam a acessar editais de fomento e a realizarem ações no Ponto e em outros espaços. <p>Perguntas em aberto:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O mestre sempre menciona que antigamente havia Jongo na cidade, que ele estava apenas "adormecido", que história é essa? - Como o grupo negocia com a institucionalidade a partir das tensões existentes entre os grupos culturais e os gestores culturais? - Por que mistura da raça? Qual a posição ideológica do grupo em relação ao branqueamento e ao mito da democracia racial? - Alguns dados relatam o tensionamento entre os moradores do bairro e o grupo por estes associarem o jongo às religiões de matriz africana. Como se dá esse tensionamento? 		<p>Ações propostas em 2023 no Ponto de Cultura:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Oficina contínua de Inglês - Oficina contínua de ritmos -Oficina contínua de ballet -Oficina contínua de capoeira Angola - Oficina contínua de audiovisual <ul style="list-style-type: none"> - 05-10/02/2023-Semana de Boas Vindas com gincanas, brincadeiras, brinquedos, Distribuição de pipoca e algodão doce, sessões de filme, e "pré -carnaval" com confecção de fantasias e roda de Jongo e Maracatu. (PROAC) - 16/04/2023-Aniversário do Mestre e Festa de São Benedito com Jongo, Maracatu, Samba de Roda, Roda de Samba, cortejo do santo pelo bairro, Capoeira e distribuição de doce de abóbora. (PROAC) -17/06/2023-Festa Junina com bingo, quadrilha, comes e bebes (Moradores e comerciantes do bairro) - 14/07/2023-Exibição do documentario "Por Cima do Medo, Coragem" e Roda de Jongo - 30/07/2023- Celebração dos 21 anos de Jongo Mistura da Raça com apresentação das oficinas de dança do ponto de cultura, brincadeiras, distribuição de algodão doce e pipoca, samba de roda, capoeira, exposição de arte visual de grafite, forró, sarau e rap e arte-educação(PROAC) -15/10/2023 – Festa da criançada com distribuição de gulmoseimas e recreação (Colaborativo) - 26/11/2023- XIV Festa da Consciência Negra- com Maracatu, Jongo, Capoeira, Moçambique, Samba, Rap e venda de feijoada. 		

Campo presencial: () Não ; (X) Sim. Quando? 26/11/2023 Id. De Campo: C2	

FONTE: A autora

VIII- FICHA DE CAMPO COLETIVO MELANINA DO VALE

COLETIVO MELANINA DO VALE				
STATUS: Ativo	INÍCIO: 2014	TÁTICA: Político-social	TERRITÓRIO: Região Central	LINGUAGEM PRINCIPAL: Eventos sociais temáticos.
<p>Histórico de formação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Surge a partir do protagonismo de Larissa Isis ao frequentar eventos e feiras em São Paulo que dizia não existir aqui. - Relata que o Melanina não surgiu como um coletivo, mas como um evento, que aconteceu em 4 edições, que tinham o objetivo de trazer o negro "ocupando" espaços. -Após os 4 eventos o grupo se desfez e depois a atual configuração procurou Larissa com a intenção de solicitar o uso do nome para prosseguir com as atividades, agora, como coletivo. <p>Perguntas em aberto:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Como eram esses eventos? - ocupar quais espaços? - Por que o grupo se dissipou após a quarta edição? - Por que a nova composição optou por manter o nome? 			<p>Ações propostas:</p> <p>1° edição do Melanina do Vale (31/05/2015) Tema: A busca da Autoestima do Negro Centro da Juventude</p> <p>2° Edição Melanina do Vale 30/08/2015 Tema: sem tema (Workshop de make)</p> <p>Quiosque Phillosofy (R. Fagundes Varela, 141 - Vila Betania)</p> <p>3° Encontro Melanina do Vale (22/11/2015) Tema: Enaltecendo a Beleza Negra Centro da Juventude</p> <p>4° Edição Melanina do Vale (19/06/ 2016) Tema: Empoderamento da Mulher Negra</p> <p>5' Encontro Melanina do Vale 07/05/2017 Tema: Apropriação Cultural ou Esvaziamento da Cultura Realizado na Ponto de Cultura Oca - Vila Tatetuba/ São José dos Campos.</p> <p>6 Encontro Melanina do Vale 26/11/2017 Tema: A invisibilidade da beleza negra Realizado na Ponto de Cultura Oca - Vila Tatetuba/ São José dos Campos.</p> <p>7° Encontro Especial Cinema fora da caixa: (2018) Filme: Mulheres Negras: Projetos de Mundo Parque Vicentina Aranha (provavelmente após a morte de Elaine Justino (irmã de Elo e fundadora)</p>	

8° Edição Melanina do Vale (2019)
Tranças

Nossa raiz , nossa Cultura.

9° Edição MELANINA DO VALE (provavelmente
2020- pandemia)

TEMA :Auto Cuidado da Mulher Negra

Edição online na nossa página do Facebook e
Instagram [@melanina_dovale](#)

Foram exibidos vídeos gravados com as
convidadas trazendo temas relevantes ao
autocuidado da mulher negra (estilo pessoal,
consumo consciente, saúde mental e literatura
preta e feminina e estética capilar)

1ª Edição Café das Pretas 29/07/2023
(participação)

Tema: Eu não sou uma guerreira

CET - Centro de Estudos Teatrais
Av. Olivo Gomes, 100 – Parque da Cidade -
Santana

Apoio: [@fccrsic](#)

2ª Edição Café das Pretas 08/10/2023
(Observação Participante)

Tema: O caminho acadêmico para a mulher
Negra

Casa Proarquia- Jardim São Dimas

Campo: () Não ; (X) Sim. Quando? 08/10/2023

Ficha: C1

FONTE: A autora.

IX- FICHA DE CAMPO COLETIVO AFRONTITUDE

AFRONTITUDE				
STATUS: Inativo	INÍCIO: 2019	TÁTICA: Político- institucional/Social	TERRITÓRIO: Região Sul	LINGUAGEM PRINCIPAL: Atuação institucional junto ao poder público
<p>Histórico de formação:</p> <p>- O Coletivo surge a partir da intervenção de um projeto intitulado “Consciência Negra”, realizado desde 2017 na E.E. Marcia Helena Barbosa Lino. O projeto foi idealizado pelas educadoras Adélia e Andreia e tinha o objetivo de promover consciência racial, representatividade positiva e empoderamento negro e feminino. No Instagram do Coletivo, iniciado em 2019, observa-se registro das ações do projeto, com destaque a premiação que receberam em 2019 na Câmara Municipal pela COMPIR, o Troféu Consciência Negra e o trabalho de comunicação audiovisual, com forte apelo à juventude, negra e periférica. Descrevem-se na bio como um “coletivo de Jovens Negros Periféricos. Embaixadores #juntospelatransformação”. Com exceção das ações realizadas pelo projeto na escola, e uma ação no bairro de uma cessão de fotos sob a tag #afrotendencia, as ações divulgadas foram majoritariamente na rede social do coletivo, por meio de lives temáticas, conteúdos formativos sobre cultura, política e sociedade, com recorte de raça, gênero e classe.</p> <p>Uma fonte primária revelou que o coletivo está temporariamente inativo.</p> <p>Perguntas em aberto:</p>		<p>Ações propostas:</p> <p>- Projeto Consciência negra na E. E. Marcia Helena Barbosa Lino (2017, 2018, 2019,</p> <p>- Lives “Voz do Rap, é nós que fala” (2020)</p> <p>- Lives: “Bate Papo #vidasnegrasimportam” (2020)</p> <p>-Live: “Setembro Amarelo- a saúde mental do jovem durante a Pandemia” (2020)</p> <p>-Live: “Profissionais Pretos” (2020)</p> <p>-Lives: “Afrotendências Políticas” (2020)</p> <p>-Participação no projeto #juntospelatransformação da filósofa Djamilia Ribeiro (2020)</p> <p>- Photoshoot #afrotendência”: ensaio fotográfico nas ruas do bairro evidenciando a estética jovem, negra e periférica (2020)</p> <p>- Conteúdos sobre personalidades históricas (2020)</p> <p>- Conteúdos sobre literatura (2020)</p> <p>- Conteúdos sobre conceitos (2020)</p> <p>- Lives: “Quem tá é nós”, com integrantes do coletivo para comemorar 1 ano de coletivo (2021)</p> <p>- Conteúdos sobre dicas de filmes - Afrocine (2021)</p> <p>-Entrevista com a família Silva, uma família afrocentrada e moradora do bairro do Campo dos Alemães. (2021)</p> <p>-Campanha do mês do orgulho LGBT (2021)</p> <p>- Conteúdos sobre Indicação de desenhos infantis (2021)</p> <p>- Live: “Por Uma educação antirracista”</p> <p>-Iniciam 2022 com conteúdo sobre personalidades negras e citações famosas, como: Lélia González, Martin Luther King, Malcon X, Abdias Nascimento e Carolina Maria de Jesus. (2022)</p>		

<p>-O coletivo surgiu a partir do projeto proposto pelas professoras com o protagonismo dos estudantes, ou foram as educadoras que impulsionaram e idealizaram o coletivo?</p>	<p>- Conteúdos sobre dicas de filmes – Afrocine (2022)</p> <p>- Divulgação de datas institucionais como 8 de Março, 1º de Maio, 21 de Março, mês do orgulho LGBT, Setembro Amarelo, Novembro Negro e outras. (2022)</p> <p>- Vídeos com Recitação de textos históricos, como Soujourney Truth, Marcus Garvey, Luiz Gama e outros (2022); último post em outubro de 2022.</p> <p>Campo Presencial: (x) Não ; () Sim.</p> <p>Ficha: C8</p>
--	---

FONTE: A autora.

X- FICHA DE CAMPO INTITUTO LÉLIA GONZÁLEZ

INSTITUTO LÉLIA GONZALEZ				
STATUS:	INÍCIO:	TÁTICA:	TERRITÓRIO:	LINGUAGEM PRINCIPAL:
Ativo	2018	Político-institucional	Região Central	Palestra, texto, live
<p>Histórico de formação:</p> <p>O Instituto Lélia González, surge a partir do processo de institucionalização do Coletivo Lélia González. Sua fundadora, Rosa Miranda, mencionou em entrevista coletiva (Grupo Focal desta pesquisa) que a organização surge da necessidade de romper com o apagamento das mulheres negras no movimento negro e no movimento de mulheres. De acordo com as palavras da própria Rosa Miranda:</p> <p><i>“O Instituto Lélia Gonzáles nasce da necessidade de trabalhar a orientação das mulheres no sentido de sair da invisibilidade, fazendo com que todas se reconheçam como sujeito de direito; combatendo qualquer tipo de violência e buscando igualdade racial, social e de gênero.”</i></p> <p>-</p>		<p>Ações propostas:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Projeto Mulheres Negras -Escrevivência sobre nós -Fala Mulher Preta (Julho das Pretas) - Mulheres que inspiram - Conteúdos nas redes sociais evidenciando nomes das literatura negra e da ciência. -Empretecendo a escrita -Projeto “Amefricanidade: o caminho das mulheres negras” em parceria com o SESC de São José dos Campos -Mulheres Negras em Cena -Jornada Virtual de Textos, Vídeos, Arte e Debates <p>Na ficha preenchida por Rosa Miranda, na seção 2 de Grupo Focal realizada em 01/12/2024, ela anexa neste campo a observação:</p> <p>“Atuamos na Região Central, por abranger e unificar mais pessoas”</p> <p>Campo presencial: (X) Não ; () Sim.</p> <p>Ficha: Grupo Focal</p>		

FONTE: A autora.

XI- FICHA DE CAMPO GRUPO CONFRARIA DO SAMBA ENREDO

CONFRARIA DO SAMBA ENREDO				
STATUS:	INÍCIO:	TÁTICA:	TERRITÓRIO:	LINGUAGEM PRINCIPAL:
Inativo	2014	Político-cultural	Zona Leste	Samba e ações sociais
<p>Histórico de formação:</p> <p>Através da entrevista com a ex-membro da diretoria, Ana Carolina, narrou-se que o Grupo Confraria do Samba Enredo Joseense:</p> <p>“(...) nasceu em 2014, na casa de cultura Eugênia da Silva no bairro Novo Horizonte, onde tinha por temáticaa..., realmente contar a história do Carnaval, como se se dava né a construção de samba enredo, o porquê dos instrumentos e qual era a base toda negra do Carnaval em si, e como ele foi embranquecido; e mesmo assim, onde a nossa cultura ainda é muito forte.</p> <p>(...)começamos ali na casa Eugênia da Silva no Novo Horizonte quando iniciamos o bloco (...) em 2016 na praça Duque de Caxias na em frente ao mercado Piratininga, na Quadra, onde os ensaios começaram modestos até a gente foi expulso devido à grande movimentação que a gente levava ali.”</p> <p>O grupo mobilizava a população do entorno, inclusive, os comerciantes locais, que vendiam bebidas e comidas durante</p>		<p>Ações propostas:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Ensaio na quadra da praça Duque de Caxias, no bairro Jardim Paulista (Zona leste) -Ação social com assistência jurídica à população do entorno -mobilização de pequenos comerciantes para comercializar alimentos e bebidas durante os ensaios -Oficina de percussão para crianças do bairro -Saída do bloco -Em 2020 o grupo passou por um processo de institucionalização, tornando-se uma Associação da Sociedade Civil, com CNPJ, diretoria e estatuto. <p>Campo: (X) Não ; () Sim.</p> <p>Ficha: Entrevista</p>		

os ensaios do bloco na quadra. Contudo, os constantes tensionamentos com os moradores locais resultou na proibição dos eventos por parte da Prefeitura Municipal. O grupo passou a realizar ensaios na Associação dos Vicentinos e a se apresentar pela Fundação Cultural Cassiano Ricardo no projeto Patuscada. A última vez em que o bloco se apresentou foi em 2023.

FONTE: A autora

XII- FICHA DE CAMPO QUILOMBO ABAYOMI

QUILOMBO ABAYOMI				
STATUS: Ativo	INÍCIO: 2022	TÁTICA: Político-social	TERRITÓRIO: Zona Sul	LINGUAGEM PRINCIPAL: Cultura urbana, educação e ação social de assistência.
<p>Histórico de formação:</p> <p>- Definem-se na rede social Instagram como uma “Casa Física de resistência cultural, racial e social do povo preto”. De acordo com a mesma rede de comunicação, seus objetivos são de “potencializar a mudança do cenário atual, de descaso, desemprego, fome, marginalização e criminalização da nossa quebrada”. A casa fica localizada no bairro Campo dos</p>		<p>Ações propostas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cursinho Popular - Feira de arte independente - Atividades que celebram a cultura Hip Hop - Biblioteca Comunitária Carolina Maria de Jesus - Rodas de conversa - Atendimento psicológico e jurídico à população do bairro - Empório Verde 		

<p>Alemães, na Zona Sul do município de São José dos Campos. Ademais, o espaço reivindica-se como um “projeto sem fins lucrativos” contando e financia-se através de rifas, reciclagens, editais e doações.</p> <p>Nas redes sociais, a liderança do espaço se posiciona politicamente contra a violência policial, as desigualdades sociais, as lutas em favor de moradia, tecendo críticas ao poder público local a partir de abordagem interseccional, pautando raça, gênero e classe.</p> <p>O Instagram da casa conta com um total de 3.847 seguidores e apresenta-se como uma Organização Não Governamental (ONG), embora não haja informação sobre possuir identidade jurídica (CNPJ).</p> <p>Campo presencial: () Não ; (x) Sim.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Parcerias com o MST, Coletivo Nandi(Jacareí) e Coletivo Palmares Resiste (Jacareí) - Mutirões de manutenção do espaço - Ações sociais em datas comemorativas com distribuição de alimentos, recreação para crianças. - Ampla divulgação de artistas negros de diferentes linguagens e acolhimento de projetos culturais de terceiros. - Colônia de Férias para as crianças do bairro com oficinas de dança, música, percussão, literatura, adesivo, isogravura, grafiti e etc.
---	--

FONTE: A autora

XIII- FICHA DE CAMPO CAPOEIRA ANGOLA UBUNTU

CAPOEIRA ANGOLA UBUNTU				
STATUS: Ativo	INÍCIO: -	TÁTICA: Político-cultural	TERRITÓRIO: Zona Norte	LINGUAGEM PRINCIPAL: Capoeira Angola, Tradicional Capoeira Cultura
<p>Histórico de formação:</p> <p>As informações obtidas do Grupo de Capoeira Angola Ubuntu foram obtidas através de pesquisa de campo digital. Desta forma, não dispomos de informações a respeito da formação inicial do grupo. Contudo, observamos que a data inicial de publicações na rede social Facebook é 2015.</p> <p>O grupo apresenta-se na rede social Facebook como uma “escola de capoeira Angola raiz negra de São José dos Campos”. Embora os perfis nas redes sociais Facebook e Instagram não possuam informações aprofundadas sobre histórico de formação, objetivos e fontes de financiamento, o grupo divulga que os treinos acontecem às terças-feiras no Espaço Celebreiros e no Espaço Casa de Cultura Zé Mira, ambos na Zona Norte do Município.</p> <p>Pelas redes sociais observou-se que o grupo reivindica a identidade negra e a ancestralidade na prática da cultura tradicional da Capoeira, que é Patrimônio Imaterial brasileiro. Além disso, realiza rodas em espaços públicos, escolas, universidades, bem como um trabalho educativo, participando e promovendo rodas de conversa, lives e participações em encontros nacionais e</p>		<p>Ações propostas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aulas de capoeira - Jogos em espaços públicos - Jogos em escolas e universidades - Rodas de conversa sobre a cultura da capoeira e temas concernentes à cultura negra - Participação em encontros de Capoeira Angola - Lives para divulgar a cultura da Capoeira e os valores transmitidos pelos Mestres do passado e do presente. 		

regionais de Capoeira Angola. O grupo demonstra, através de suas ações, manter relações com mestres e pesquisadores de todo o Brasil, como o Mestre Zequinha, de Piracicaba-SP, Mestre Moraes, de Salvador-BA e Prof. Dr. Antonio Liberac Cardoso Simões Pires, historiador e pesquisador da capoeira carioca.

Campo presencial: (x) Não ; () Sim

FONTE: A autora.

XIII- FICHA DE CAMPO FRENTE PRETA

FRENTE PRETA				
STATUS: Inativo	INÍCIO: 2020	TÁTICA: Político-social	TERRITÓRIO: Região Central	LINGUAGEM PRINCIPAL: Protestos de rua e lives.
<p>Histórico de formação:</p> <p>- A Frente Preta SJC foi uma organização político-social que adotou a tática de Frente, que caracteriza-se pela unidade esporádica de coletivos e ativistas individuais em momentos de inflexão histórica. Naquele período, o país atravessava a pandemia de Coronavírus sob a gestão do governo de Jair Bolsonaro. A Frente Preta SJC, caracterizava o contexto como uma “situação reacionária da história, que nos coloca diante de uma realidade de avanço</p>		<p>Ações propostas:</p> <p>- 3o. Ato Vidas Negras Importam. Local: Praça Afonso Pena 03/07/2020</p> <p>- Live em repúdio ao caso de racismo no Shopping Vale Sul, envolvendo uma mulher branca e o segurança da instituição. Página no Facebook 09/07/2020.</p> <p>- Sequência de lives “Virada Preta” em conformidade com o calendário nacional do Movimento Negro do “Julho das Pretas”:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A luta das Mulheres Negras na História: De Terezas a Dandaras (25/07/2020) 2. A luta das mulheres negras na cultura e religiosidade (25/07/2020) 		

das ideologias ultraconservadoras de direita e de ataque a direitos adquiridos.” (Facebook, 2020)

Ademais, a Frente fazia coro com atmosfera de protesto e denúncia ao genocídio negro, face às políticas de saúde e segurança pública no período, balizadas pelo movimento internacional “Black lives matter” (Vidas negras importam). Embora a organização tenha tido duração curta, com postagens públicas entre junho e novembro de 2020, atuou intensamente pautando e denunciando a violência racial e a afirmação da identidade negra em dimensão local:

“compreendemos que o principal foco de nossas ações é a população negra da periferia, que sequer consegue acessar os recursos básicos à dignidade humana, quiçá possui acesso a esses debates que se processam no interior de nossas bolhas sociais. Portanto, compreendemos que a Frente deva ser uma ferramenta de perfuração dessas barreiras sociais. E que por meio dela possamos desenvolver ações locais sistemáticas e cotidianas nas periferias. Com o objetivo de garantir assistência mínima às demandas dessas populações, bem como a garantir protagonismo social e político dos mesmos nas ações de

3. Live Cultural com Ethiopia Sound, Maria Clara, Ana Clara e Mah Fernandes.

4. Mulheres Negras e Produção Artística (26/07/2020)

5. Gênero e Sexualidade (26/07/2020)

6. Mulheres Negras e o Mercado de Trabalho (26/07/2020)

- Ato contra o Genocídio da População Negra (20/11/2020) em resposta ao assassinato de João Alberto em uma abordagem violenta de seguranças da rede Carrefour. Os manifestantes ocuparam a unidade do supermercado no bairro Jardim Serimbura, Zona Oeste do município, em um ato pacífico. Esta foi a última ação pública da Frente nas redes sociais.

FONTE: A autora

combate à exploração e opressão.”

XIV- FICHA DE CAMPO AFRONORTE

AFRONORTE				
STATUS: Ativo	INÍCIO: 2003	TÁTICA: Político-social	TERRITÓRIO: Zona Norte	LINGUAGEM PRINCIPAL: ações sociais, cursos, ações culturais
<p>Histórico de formação:</p> <p>- A Afronorte surgiu entre 2003 e 2004. De acordo com entrevista cedida ao Podcast “Pretin nada básico” em 21/11/2004, um dos fundadores, Claudinei Corrêa, afirmou que a organização surgiu na esteira da aprovação da lei 10.639/2003, e que, por isso tenha se dedicado a promover projetos de valorização da educação e da formação da população negra. Durante pesquisa preliminar, a liderança e figura pública citada colaborou com a pesquisa enviando a descrição abaixo e as ações do coletivo.</p> <p>“Nossa primeira reunião foi dia 10 de novembro de 2004. Diretoria: Debora Senra, Dalva Gonçalves, Gisele Francisco, Claudinei Corrêa, ANDERSON Pinguim, Daiane Gonçalves, Jeferson Jefu e Eliane</p>		<p>Ações propostas:</p> <p>“Nossas primeiras atividades foram.</p> <p>Excursões temáticas em áreas Quilombolas do Vale do Paraíba</p> <p>Quilombo da Fazenda</p> <p>Quilombo São Bento</p> <p>Quilombo Tamandaré</p> <p>Quilombo Caçandoca</p> <p>2005 criamos o desfile Afro.</p> <p>Objetivo dialogar com a sociedade o entretenimento preto.</p> <p>Look africano</p> <p>Economia criativa</p> <p>Curso de formação de educação antirracista.</p> <p>Construção de rede de afeto entre todos envolvidos. (Toda a gestão do Dandara era juventude preta).</p> <p>2007 Apresentamos a proposta para que o SINDMETAL de São José dos Campos SP criasse o GT de negros. Fizemos a defesa na plenária do sindicato.</p>		

Santos. Objetivo da AFRONORTE	
Sempre foi dar espaço é proporcionar visibilidade para proponentes pretos.	2007 Ganhamos o PROAC Ethno Vale Nas trilhas da diversidade.
Tudo que fazemos temos o olhar de construir redes de apoio, afeto, entre nossa gente. Somos o único coletivo preto do Vale que já homenageamos todas as co-irmãs. Não concordamos em construir intrigas entre nossa gente preta.	Mapeamos diversas áreas de influência preta na região. 2008 Criamos o Prêmio Maria Figureira. Objetivo Dar visibilidade a obra de dona Maria Figureira. Homenagear nossa gente preta, que faz sem ter apoio dos poderes públicos.
Todas nossas atividades são realizadas por nossa gente.”	2008
	Criamos a Copa da Amizade Disputa de futebol na comunidade São Sebastião da Vó Ana. Alto da Ponte.
	2009 Criamos o Projeto ABC Sem Preconceito A África vai escola. Já capacitamos 10 mil estudantes.
	2010 ganhamos o edital de Cursos profissionais do PROMINP.
	Capacitamos 800 pessoas em todas as regiões de São José dos Campos
	2011 Denunciamos as Loja Riachuelo por contratação em massa de mulheres loiras.
	2012
	Iniciamos o Projeto Doutores do Futuro.
	Parceria com Anhaguera.

	<p>2016 iniciamos nosso Cursinho Popular Alto da Ponte.</p> <p>2018 iniciamos Parceria com a Co irmã Une AfroBrasil</p> <p>2019 Fabricamos uma Ducha móvel Objetivo dar banho em moradores em situação de vulnerabilidade.</p> <p>2019 Coordenamos a Campanha 4G rede de apoio à estudantes pobre e pretos.</p> <p>2020 Iniciamos a Campanha Tem Gente Com Fome!</p> <p>Atendemos 12 mil pessoas no Vale do Paraíba com apoio alimentício durante a pandemia.</p> <p>2020 iniciamos nosso Curso de lideranças antirracista on-line “Empodera Vale”; já formamos mais de 500 pessoas.”</p>
--	---

FONTE: A autora

XV- FICHA DE CAMPO CONEN-VALE

CONEN-VALE				
STATUS: Ativo	INÍCIO: 2003	TÁTICA: Político- institucional	TERRITÓRIO: Região Central	LINGUAGEM PRINCIPAL: Congressos e ações contra o racismo religioso
<p>Histórico de formação:</p> <p>Embora a Coordenação Nacional de Entidades Negras, uma central de coletivos negros, tenha sido criada em 1991; estima-se que sua filial do Vale do Paraíba tenha sido fundada por volta de 2003. Sua principal liderança, Fabrício Camilo, que protagonizou outros coletivos, como o Coletivo Zumbi dos Palmares nas décadas</p>		<p>Ações propostas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Encontro dos Povos de Axé - Participações em eventos institucionais da Prefeitura Municipal -Articulação em escala, chegando a compor o Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro-brasileira (INTECAB-SP) 		

anteriores ao recorte da pesquisa; aparece como a representatividade pública da entidade. Contudo, não foi possível realizar uma entrevista com ele. Através da pesquisa netnográfica na rede social Facebook, foi possível observar que eles atuam de forma institucional, em parceria com outras instituições. Atuam prioritariamente combatendo o racismo religioso e pela garantia dos Direitos Humanos. Promovem saberes ancestrais tradicionais, como a Capoeira e a cultura dos Orixás e promovem lives para o fortalecimento da identidade afro-brasileira e a valorização da diversidade étnico-racial.

-Visitas em outras organizações negras do estado de São Paulo

-Lives durante a pandemia com temáticas concernentes à valorização da cultura afro-brasileira, combate ao racismo e a violência racial, promoção da luta anti-racista e valorização dos Direitos Humanos.

-

FONTE: A autora

XVI- FICHA DE CAMPO COLETIVO DE MULHERES DO HIP HOP TRILUNA

Coletivo Triluna				
STATUS: Ativo	INÍCIO: 2016	TÁTICA: Político-cultural	TERRITÓRIO: Todas as regiões, exceto Zona Oeste	LINGUAGEM PRINCIPAL: Cultura Urbana, Hip Hop.
Histórico de formação:		Ações propostas:		

Essa ficha foi preenchida pela representante do coletivo na segunda seção do grupo focal. De acordo com Meire D'Origem, o coletivo é:

“Formado por 12 mulheres que atuam nas culturas e movimentos sociais com o objetivo de fomentar a cultura Hip Hop, empoderar mulheres e meninas, sobretudo negras ou periféricas. As primeiras ações foram as primeiras batalhas de rimas femininas do Vale do Paraíba, o “Na Caneta ou no Batom”. E posteriormente, realizaram um projeto de formação e capacitação, financiado pelo PROAC.”

O grupo atua nas 5 elementos do Hip Hop – Rap, Breakdance, Grafite, DJ, MC e Conhecimento. Através de ações culturais e educacionais, com foco nas periferias do município, o coletivo tensiona os espaços e os sujeitos, promovendo cultura preta e a valorização da identidade afro-brasileira.

De acordo com Meire D'Origem, as principais ações do coletivo são:

- Batalha Feminina de Rima
- Na Caneta ou no Batom (formação)
- Instalações do Triluna em escolas e universidades
- Rap, Breaking, graffiti, Dj
- Eventos
- Captação de recursos
- Oficinas de arte educação
- Palestras e rodas de conversa

FONTE: A autora e Meire D'Origem.

XVII- FICHA DE CAMPO COLETIVO NEGRO DE PSICOLOGIA SANKOFA

COLETIVO NEGRO DE PSICOLOGIA SANKOFA				
STATUS:	INÍCIO:	TÁTICA:	TERRITÓRIO:	LINGUAGEM PRINCIPAL:
Ativo	2021	Político-social	Região Central	Palestras e cursos
<p>Histórico de formação:</p> <p>Em pesquisa netnográfica verificamos que o coletivo Negro de Psicologia Sankofa descreve-se na primeira postagem no Instagram como “um grupo de estudantes negros de psicologia, onde temos por objetivo fortalecer o movimento de psicologia antirracista, prezando pelo sentimento de inclusão e acolhimento dos alunos negros em um curso que predominantemente é de pessoas brancas e onde estudamos sobre mais pessoas brancas.” (Sankofa, 2021, Instagram). A primeira postagem é de maio de 2021, apresentando o coletivo na legenda, após a imagem da logomarca do coletivo; o símbolo da Psicologia com o Adinkra Sankofa ao fundo em marca d’água.</p> <p>O perfil no Instagram, no momento deste campo, contava com o montante de 21 publicações e 385 seguidores; com uma paleta acinzentada e sóbria.</p>		<p>Ações propostas:</p> <p>De acordo com as participantes do grupo focal:</p> <p>“As ações do coletivo se iniciaram de maneira online devido ao período de isolamento social pela pandemia de Covid-19. Promovemos minicursos, palestras, encontros, formações, roda de conversa, reuniões para membros, grupos de estudo, promoção e criação de eventos. Os membros do coletivo são pessoas negras, estudantes de psicologia ou psicólogas formadas. Porém os eventos e ações promovidas podem ser fechados para membros ou abertos ao público em geral, dependendo da finalidade e objetivo”.</p> <p>Embora as representantes do coletivo tenham declarado no Grupo Focal que a tática prioritária do coletivo seja político-social, devemos ressaltar o seu papel ao tensionar a institucionalidade, tanto da ciência, quanto da universidade.</p>		

Na segunda seção de grupo focal aplicada em 02/12/2024, representadas pelas ativistas Isabela e Natália, relataram que:

“O grupo se formou por alunos negros estudantes de Psicologia da Universidade do Vale do Paraíba, com o objetivo de promover acolhimento, pertencimento e fortalecer o movimento de fazer da Ciência da Psicologia comprometida com a luta antirracista.”

FONTE: A autora e o coletivo.

XVIII- FICHA DE CAMPO COLETIVO AQUI OH, SOMOS PRETAS!

Aqui oh! Somos Pretas				
STATUS: Inativo	INÍCIO: 2015	TÁTICA: Político- institucional	TERRITÓRIO: Centro	LINGUAGEM PRINCIPAL: Rodas de conversa e palestras
Histórico de formação: A partir de pesquisa netnográfica e com a colaboração de ex-integrantes do coletivo, narrou-se que: “O coletivo nasceu no final de 2015, após duas jovens mulheres negras		Ações propostas: - Roda de conversa sobre a mulher negra no Fórum Nacional de Mulheres do Hip Hop -Participação em evento do coletivo Nandi em Jacareí		

do vale do paraíba marcharem juntas em Brasília na Marcha Nacional das Mulheres Negras, em que visava o bem viver de todas as mulheres pretas, a mesma e também as mulheres negras do vale que estão na luta há mais tempo nos despertou a construir um espaço com o objetivo de discutir, articular e construir rodas e projetos de Reparação Histórica pelos terríveis danos causados pelo colonialismo e escravização do povo negro, e então nasce o Aqui óh, visando a desconstrução desses paradigmas impostos pelo sistema, dando ênfase aos fragmentos omitidos na historiografia da mulher negra brasileira.”

De acordo com o documento disponibilizado pela informante da pesquisa, os objetivos, valores e missões do coletivo, eram:

- Propor um diálogo de forma democrática, dando destaque e liberdade de expressão à mulher preta e sua afetividade no cotidiano.
- Resignificar uma filosofia afrocentrada, sendo eu diáspora.
- Buscamos reconstruir e construir a identidade do povo preto brasileiro.

-Piquenique das Pretas no Parque Vicentina Aranha

-Roda de conversa sobre a história da mulher negra no Brasil em Taubaté

O coletivo era composto por 6 mulheres negras de regiões periféricas da Zona Sul e Leste; contudo, muitas de suas ações eram realizadas na região central do município, em regime de ocupação de espaços.

FONTE: A autora

XIX- FICHA DE CAMPO COLETIVO QUILOMBO RAÇA E CLASSE

QUILOMBO RAÇA E CLASSE				
STATUS: Inativo	INÍCIO: 2008	TÁTICA: Político-social	TERRITÓRIO: Zona Sul	LINGUAGEM PRINCIPAL: Debate, formações e organização.
<p>Histórico de formação:</p> <p>- Os dados sobre este coletivo foram obtidos através da entrevista com a liderança e ativista Raquel de Paula. Ela define que:</p> <p>“o Quilombo Raça e Classe, que tem a tática sócio política primeiro de formação e depois de organização do povo negro no sentido de debater a situação da população negra que é de contar nossa história</p>		<p>Ações propostas:</p> <p>“O Quilombo Raça e Classe ele intervém nas ocupações, nas ocupações de terra onde a gente atua né, no sentido de discutir a situação com esse recorte racial né, e também, e também, mesmo sendo intervir do sindicato, é uma forma de organizar os trabalhadores para essa discussão racial, o objetivo era esse.” (Raquel de Paula, entrevista)</p>		

de estudar a nossa história né. (...)O Quilombo Raça e Classe é um movimento Nacional, ele surge em 2008 para fazer a discussão com recorte de raça e classe mesmo. É dizer quem nós somos, onde nós estamos, para fazer a denúncia da violência policial nas periferias e para também fazer essa discussão política da situação do povo negro, (...)esse coletivo ele vem nesse sentido, mapear a população negra fazendo realmente esse recorte, fomentar o debate e organizar. Mas o interessante do Quilombo Raça e Classe é que ele é mais amplo.” Através da entrevista foi possível verificar a relação do coletivo com partidos políticos no campo da esquerda e com a defesa da superação do sistema capitalista, como única forma possível de acabar com o racismo. Atualmente, o coletivo encontra-se inativo em São José dos Campos, mas está ativo em Jacareí, de acordo com a entrevistada.

FONTE: A autora

XX- FICHA DE CAMPO COLETIVO QUILOMBO URBANO

QUILOMBO URBANO				
STATUS: Inativo	INÍCIO: 2015	TÁTICA: Político-cultural	TERRITÓRIO: Zona Sul	LINGUAGEM PRINCIPAL: Cultura urbana, Hip Hop
<p>Histórico de formação:</p> <p>Os dados sobre este coletivo foram obtidos através da entrevista com a liderança e ativista Raquel de Paula. Ela relatou que este coletivo estava ligado a um movimento nacional do Hip Hop.</p> <p>“uma galera mais ligada ao Rap, mas também trazendo essa discussão política pra dentro da discussão cultural. Assim que fizemos várias atividades na zona sul né, tinha uma sede lá.” A sede do coletivo fechou durante a pandemia, mas enquanto esteve em atividade, Raquel relatou que:</p> <p>“Quilombo Urbano que é mais direcionado para cultura, ele vai discutir com a juventude dentro escola, no ensino médio, nas universidades, com os trabalhadores no geral e atuando também nos Sindicatos no</p>		<p>Ações propostas:</p> <p>De acordo com a entrevistada, as ações estavam associadas à cultura Hip Hop, com realização de festas, batalhas e reuniões. A ações eram realizadas em espaços públicos, como praças e parques, bem como na sede do coletivo.</p> <p>“a gente fazia ações no bairro mesmo. É, discutindo a, fazendo discussões políticas com o grupo Hip Hop e fazendo atividades culturais.</p> <p>Raquel: Então era na Zona Sul; Campo dos Alemães, Dom Pedro, as atividades culturais na rua, discussões políticas, formação política na quebrada, sobretudo através da linguagem cultural.” (Raquel de Paula)</p>		

sentido de fomentar a discussão racial dentro da estrutura sindical, ajudando a organizar os encontros de negros e negra pra dentro dos sindicatos e das centrais sindicais também. (...) Quilombo Urbano é, o maior objetivo é organizar através do movimento estudantil mesmo e das batalhas de rima nas praças né, na ocupação do território”

De acordo com Raquel, a estratégia estava associada à indissociabilidade com a luta de classes:

“para nós é, para acabar com o racismo não tem outra maneira a não ser destruir o capitalismo.”

Atualmente, o coletivo encontra-se inativo no sudeste, porém, segue ativo em estados do Norte e Nordeste do país.

FONTE: A autora.